

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Jax Nildo Aragão Pinto

Acesso à terra, experiências de vida e saúde no meio rural amazônico: estudo de caso no Assentamento Palmares II

Rio de Janeiro
2020

Jax Nildo Aragão Pinto

Acesso à terra, experiências de vida e saúde no meio rural amazônico: estudo de caso no Assentamento Palmares II

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), como requisito parcial de obtenção do título de doutor em Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto

Coordenador: Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas

Rio de Janeiro
2020

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Access to land, life and health experiences in the rural Amazon: a case study in the Palmares II Settlement

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

P659a Pinto, Jax Nildo Aragão.
Acesso à terra, experiências de vida e saúde no meio rural Amazônico: estudo de caso no assentamento Palmares II. / Jax Nildo Aragão Pinto. -- 2020.
206 f. : il. color. ; gráf. ; mapas

Orientador: Marcelo Firpo de Souza Porto.
Coordenador: Carlos Machado de Freitas.
Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Condições Sociais. 2. Saúde Pública. 3. População Rural. 4. Ecossistema Amazônico. 5. Promoção da Saúde. 6. Saúde da População Rural. 7. Saúde do Trabalhador. 8. Estudos de Casos e Controles. I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.11098113

Jax Nildo Aragão Pinto

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), como requisito parcial de obtenção do grau de Doutor em Saúde Pública.

Aprovação em: 28 de julho de 2020.

Banca Examinadora

Examinador: Prof. Dr. Gabriel Morais de Outeiro
Universidade do Sul e Sudeste do Pará

Examinador: Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira
Universidade do Estado do Pará

Examinadora: Profa. Dra. Rosely Magalhães Oliveira
Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz

Examinador: Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda
Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz

Examinador: Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto (Orientador)
Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2020

(in memoriam)

Dedico esse trabalho aos lutadores *(in memoriam)* da luta pela terra no sudeste do Pará: Onalício Araújo Barros, o “Fusquinha” (assassinado), Joaquim Ribeiro dos Santos (falecido no assentamento) e Valentim Silva Serra, o “Doutor” (assassinado). Esses líderes do MST dedicaram a sua vida na organização, mobilização e luta pelo acesso à terra e melhores condições de vida e trabalho no sudeste paraense, Amazônia, Brasil.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa tese aconteceu junto a acontecimentos importantes que marcaram a minha vida. 1) a consolidação do curso de jornalismo e a construção da Faculdade de Comunicação (FACOM) na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), especificamente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), onde atuo desde 2015, como docente; 2) À chegada de mais uma mulher na minha vida, Hilda Maya Pinto; 3) em um processo de amadurecimento no trabalho, na família e na produção de conhecimentos em que reafirmo meu compromisso com as lutas dos povos da Amazônia, especialmente os camponeses, em suas várias faces. Com isso, agradeço aos companheiros e companheiras do MST. Homens e mulheres do meio rural amazônico, cujo saberes e experiências tive a oportunidade de compartilhar e dialogar. Do MST gostaria de agradecer especialmente, pelos diálogos e convivência, ao Jorge Neri, Carla Almeida, Geni Almeida e ao Tito.

Aos agentes de Pastoral da CPT, espaço de atuação social da Igreja Católica, onde adquirir conhecimentos, construir amizades e compreendi mais sobre o campesinato e as condições de vida no meio rural. Especialmente ao camarada José Batista Afonso pelos diálogos e colaborações e o pesquisador Airton dos Reis Pereira pelas contribuições no projeto de qualificação e os diálogos estabelecidos sobre a tese.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da ENSP, que estiveram em Marabá e no Rio de Janeiro na condução do DINTER, seja na coordenação e/ou como professores, com quem oportunizei diálogos e trocas de conhecimentos. Especialmente, a Rosely Magalhães e o Carlos Machado, presentes na coordenação e condução das atividades do Programa de Doutorado.

Aos colegas de turma do DINTER em Saúde Pública pela convivência, amizade construída, diálogos e troca de conhecimentos e saberes.

Aos servidores do ICSA, especialmente Marcelo Barbalho, Ingrid Bassi, Janine Bargas, Lívia Barroso e Sandra Sepeda Gonçalves.

Ao meu orientador, Marcelo Firpo pelos diálogos indispensáveis para a produção dessa tese. Foram momentos de partilha de conhecimentos e experiências de vida. É importante destacar o comprometimento do Marcelo com a produção do conhecimento e a valorização de saberes e experiências, principalmente de povos e comunidades indígenas na Amazônia.

Aos meus pais (Neide e João), pelas condições de vida e saúde que me proporcionaram. Vida simples, mas digna. De saberes vinculados à justiça e a solidariedade que até hoje orientam minha caminhada.

Aos meus filhos (Jax Filho, Jéssica, Raissa) que são a expressão de felicidade e amor. Aprendo com eles e busco transmitir os saberes que experimentei e absorvi. A chegada da Hilda deverá aumentar a felicidade de todos e todas.

A minha companheira (Thais) pelo amor, compromisso e compartilhamento de sonhos e projetos de vida. Ela esteve sempre a meu lado nos bons e nos momentos mais desafiadores dessa jornada. Com isso, esta tese de doutorado, encerra e inicia uma nova fase, meio aos desafios de nosso tempo, que desafiam a ciência e as sociabilidades. Assim, com esperança em dias melhores, seja na saúde, mais essencialmente nas alterações das condições de vida de grupos sociais que historicamente foram esquecidos e marginalizados pela lógica da colonialidade do poder e do ser, que sob à égide da acumulação do capital, invisibilizou pessoas, povos, conhecimentos e saberes diversos.

Soberania dos povos;
Democracia Popular;
Reforma Agrária;
Demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de populações tradicionais;
Direito à moradia;
Soberania alimentar;
Conservação do ambiente;
Respeito à cultura e tradições.

Lutar pela vida, afinal diante da realidade desse modelo predatório e excludente, é necessário
“perder a inocência” (CONCEIÇÃO, 2014).

Trecho da Carta de São Luis, Amazônia, Brasil, 14 de maio de 2014.

Manuel da Conceição

RESUMO

A tese de doutoramento em saúde pública buscou atualizar os elementos constitutivos da luta pelo acesso à terra e por melhores condições de vida e saúde no meio rural amazônico, tendo como referência o Assentamento Palmares II, impactado historicamente pela mineração e com migração constante de famílias do Maranhão e outros estados do Nordeste. O objetivo da pesquisa foi compreender em que medida o acesso à terra tem possibilitado melhorias nas condições de vida e saúde de famílias migrantes sem terra do meio rural amazônico, tomando como caso o Assentamento Palmares II, município de Parauapebas, sudeste do Pará, Amazônia, Brasil. O referido Assentamento representa desde o início dos anos 1990, com a espacialização do MST no sudeste paraense, o epicentro das ações do Movimento, sendo uma das expressões organizativa e dirigente das ações do campesinato na fronteira amazônica. As reflexões apresentadas corroboram para a discussão sobre a importância do acesso à terra como mecanismo de alteração das condições de vida e saúde no meio rural amazônico, na perspectiva de re-contar a história de camponeses que ousaram enfrentar as formas desumanas e colonizadoras da reprodução do capital. Como resultado e estrutura da tese foram produzidos quatro artigos que problematizam e analisam o objeto de estudo proposto. O primeiro artigo discute as condições de vida e a promoção emancipatória da saúde, a partir dos referenciais sobre a luta pelo acesso à terra no sudeste paraense. O segundo artigo reflete sobre as transformações nas condições de vida e saúde das famílias assentadas na Palmares II, a partir das narrativas sobre suas trajetórias e experiências de vida, a luz das teorias sobre experiências históricas. O terceiro artigo aborda a correlação entre o garimpo de Serra Pelada e o acesso à terra, marcada pelo conflito, violência e precárias condições de vida e saúde. O quarto artigo problematiza a importância da comunicação dialógica e os veículos de comunicação alternativos como potência colaborativa das lutas sociais camponesas para a construção de melhores condições de vida. Com isso, a tese produziu evidências que indicam que as alterações nas condições de vida e saúde são possíveis quando sujeitos sociais se juntam em processos de mobilização, articulação e luta para atingir objetivos comuns, meio a diversidade de relações e trocas de saberes.

Palavras-chave: Condições de vida e saúde. Assentamento Palmares II. Meio rural amazônico

ABSTRACT

The doctoral thesis in public health sought to update the constituent elements of the struggle for access to land and for better living and health conditions in the rural Amazon, having as reference Palmares II, which is a settlement historically impacted by mining and has constant migration of families of Maranhão in addition other northeastern states. The purpose of the research was to understand the extent to which access to land has enabled improvements in the living and health conditions of landless migrant families from the Amazonian rural environment, taking as a case the Settlement Palmares II, municipality of Parauapebas, southeastern Pará, Amazon, Brazil. This settlement represents since the beginning of the 1990, with the spatialization of the MST in southeastern of Pará, the epicenter of the Movement's actions, being one of the organizational and leading expressions of the peasantry's actions on the Amazon frontier. The reflections presented corroborate for the discussion about the importance of access to land as a mechanism to change living and health conditions in the Amazon rural environment, in the perspective of tell again the story of peasants who dared to face the inhuman and colonizing ways of reproducing of capital. As a result and structure of the thesis, four articles were produced that problematize the proposed object of study. The first article deals with: Living conditions and emancipatory health promotion in access to land in the Palmares II Settlement. This article problematizes living conditions and the emancipatory promotion of health, based on the references on the struggle for access to land in the southeast of Pará. The second article addresses: Historical experiences: narratives of life and collective struggles in Palmares II. This article reflects on the changes in the living and health conditions of families based in Palmares II, from the narratives about their trajectories and life experiences, in the light of theories on historical experiences. The third article discusses the correlation between the Serra Pelada mining and access to land, marked by conflict, violence and precarious living and health conditions. The fourth article -Dialogic Communication and Generative Community: The Role of Community Radio in the Construction of Resistance in the Palmares II Settlement aims to problematize the importance of dialogical communication and alternative communication vehicles as a collaborative power of peasant social struggles.

Keywords: Living and health conditions. Palmares II Settlement. Amazonian countryside

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Chegada à Agrovila do Assentamento Palmares II-----	30
Foto 2 – Jornal do MST que foi registrado na casa de um assentado durante a pesquisa-----	81
Foto 3 – Família de migrantes do Maranhão, assentados na Palmares II, regional do Rio Novo-----	85
Foto 4 – Registro do terreiro do lote de Cubana-----	94
Foto 5 - Garimpeiro segura a arma de um policial militar (Serra Pelada, 1986)-----	121
Foto 6 – Registro do jornal do MST encontrado na casa de assentado-----	140
Foto 7 – Entrevista na rádio camponesa FM 106,3-----	142
Foto 8 – Estúdio da Rádio Comunitária FM 106,3-----	156
Foto 9 – Foto do Jornal da MAM guardada por assentada-----	170
Foto 10 – Notícia publicada em Jornal de Parauapebas a respeito de um incidente em que o trem de minérios da VALE S/A atropelou e matou um morador de Palmares II-----	172
Foto 11 – Lotes do assentamento cortados pela EFC-----	173
Quadro 1 – Criação de Projetos de Assentamentos Coordenados pela Superintendência do INCRA Sul do Pará-Sr (27) do Ano De 1987-2015-----	78
Quadro 2 – Situação de Renda, por Família Palmares II, 2019-----	179
Quadro 3 – Dados sobre Bolsa Família e CadÚnico-----	179
Quadro 4 – Dados sobre a renda Per Capta-----	180

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APROCPAR	Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região.
CEB	Comunidade Eclesial de Base.
CEPASP	Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular.
CODESPAR	Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
DINTER	Doutorado Interinstitucional.
EFC	Estrada de Ferro Carajás
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública.
FM	Frequência Modular.
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IEC	Instituto Evandro Chagas.
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária.
MAM	Movimento Nacional pela Soberania Popular da Mineração
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PA	Projeto de Assentamento.
PGC	Programa Grande Carajás.
SESMA	Secretaria Municipal de Assistência Social
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	30
2.1 ACESSO À TERRA, CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE NO MEIO RURAL AMAZÔNICO: BREVES REFERENCIAIS QUE ORIENTARAM A PESQUISA.....	30
2.2 PESQUISA QUALITATIVA DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA E NÃO EXTRATIVISTA	36
2.3 O LUGAR DE FALA: EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS CORROBORAM NA ABORDAGEM DO OBJETO.....	46
3. OBJETIVOS	52
3.1 OBJETIVO GERAL.....	52
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	52
4. Artigo: CONDIÇÕES DE VIDA E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE NO ACESSO À TERRA NO SUDESTE PARAENSE.....	61
5. Artigo: EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS: NARRATIVAS DE VIDA E DAS LUTAS COLETIVAS NA PALMARES II.....	89
6. Artigo: DO SONHO DO OURO AO ACESSO À TERRA: SIGNOS DA VIOLÊNCIA EM SERRA PELADA E HISTÓRIAS DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA EM PALMARES II	118
7. Artigo: COMUNICAÇÃO DIALÓGICA E COMUNIDADE GERATIVA: O PAPEL DA RÁDIO COMUNITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO PALMARES II	136
8. ANOTAÇÕES SOBRE OS ARTIGOS QUE COMPÕEM A TESE.....	162
8. 1 CONTRIBUIÇÕES PARA ESTUDO NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA NO MEIO RURAL AMAZÔNICO	163
8. 2 APONTAMENTOS PARA NOVOS ESTUDOS	166

9. CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	197

1. INTRODUÇÃO

...O campesinato, quando se revolta, aparece imediatamente como a classe *radical*: conhece a verdadeira opressão, sofreu muito mais que os trabalhadores das cidades e, para não morrer de fome, necessita de derrubar todas as estruturas... (SARTRE, 1961, p. 08)¹.

Homem simples, de sessenta e oito anos, pai de cinco filhos, aqui o identificarei como “Colombiano”, do assentamento Palmares II. Foi no acesso à terra que esse camponês e sua família mudaram suas condições de vida e saúde.

Trabalhava na terra com meus pais antes da minha aventura na Amazônia em busca de ouro e riqueza. Tornei-me garimpeiro, andava por todo canto que diziam ter um lugar para garimpar. Mas foi em Serra Pelada que fiquei por mais tempo. Vivi tempos de sofrimento e perdas. Hoje, tenho uma vida boa. Deixei a bebida, estou indo à igreja, tenho minha roçinha, minhas vaquinhas, de tudo um pouquinho. Meus filhos estão formados na universidade e foi na terra que recuperei a minha vontade de viver, de sorrir. Tenho saúde e força para trabalhar. A vida de dificuldades ficou para trás, aqui no assentamento temos escolas, posto de saúde e alimentação de qualidade (ENTREVISTA CONCEDIDA POR COLOMBIANO, PALMARES II, jan. 2020).

A importância histórica da luta política e social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense, Amazônia Oriental, especialmente no assentamento Palmares II, se consolida em função da capacidade estratégica de criar condições materiais e simbólicas para que ex-garimpeiros, peões de fazenda, desempregados retornassem à terra, revivendo sua experiência histórica de camponês, que esteve adormecida pelas precárias condições de vida, em meio à migração e à diáspora.

A reprodução social dos camponeses tem sido garantida ao longo da história sob as mais variadas formas sociais. Assim, como por meio da apropriação da natureza, em meio a conflitos e violências, o que têm afirmado e reafirmado o modo de ser e de viver, estabelecendo diferenças em relação às outras maneiras de sociabilidades, estilos de vida e de produção dominantes na sociedade contemporânea. A relevância política, econômica e social dessa população tem produzido diversas interpretações teóricas e o prenúncio sobre o seu desígnio.

¹ Trecho extraído do prefácio escrito por Jean-Paul Sartre para a obra de: FANON, Frantz. Os condenados da terra. Lisboa: Ulisseia, 1961.

Ao longo da história, em particular com o advento do modo de produção capitalista, o campesinato tem sido objeto de estudos que abordam seu modo de ser, viver e de se reproduzir. Os questionamentos e indagações sobre temas relacionados à reprodução social, organicidade, resistência, lutas e transformações têm indicado compreensões e campos teóricos polêmicos e, mesmo, divergentes. No Brasil, trabalhos realizados por José de Souza Martins (1996; 1997), Leonarda Musumeci (1988), Jean Hébette (2004), Otávio Velho (1972), Alfredo Wagner de Almeida (2010), Francisco de Assis da Costa (2012), Berta Becker (2005), Airton Pereira (2015), entre outros, corroboram com interpretações e análises que são referências para apontar leituras novas sobre o tema.

Os referidos autores têm em comum em suas abordagens teóricas e metodológicas, o questionamento ao modelo de desenvolvimento exógeno implantado na Amazônia, tendo como característica central a ignorância e a invisibilidade dos saberes e modos de vida das populações locais tradicionais, impondo uma lógica econômica de exploração e expropriação do território, baseada na rapina dos recursos naturais. Em suas indagações sobre o campesinato, ator social negligenciado, esquecido e estereotipado ao longo da história oficial do meio rural brasileiro, tais autores destacam a luta e o protagonismo dessa gente ao longo de sua história, discutindo frentes de expansão e frentes pioneiras; conflitos e violências; culturas e modo de viver, como categorias essenciais à compreensão da constituição e territorialização do campesinato. Os registros da experiência histórica da diversidade de manifestação do campesinato se contrapõe a visão que busca ocultar ou invisibilizar os povos do meio rural.

É importante destacar que essa percepção teórica metodológica que compõem as análises desses autores, sob alguns aspectos convergem com análises de matrizes pós-coloniais e da abordagem do sistema-mundo, principalmente no que se refere à crítica ao desenvolvimentismo do processo de acumulação capitalista e suas consequências decorrentes. Porém, não se aprofunda nas argumentações questões centrais dos processos de colonialidade, como as formas eurocêntricas de conhecimento, as desigualdades entre os sexos, as hierarquias raciais e os processos culturais/ideológicos que fomentam a subordinação da periferia no sistema-mundo capitalista (GROSFUGUEL, 2008; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017; WALLERSTEIN, 2000; MALDONADO-TORRES, 2010).

O encontro dessas matrizes teóricas abordadas na tese, decorre do acúmulo realizado no mestrado em sociologia rural, partir de metodologias sustentadas em categorias conceituais e na experiência de campo que problematizam Amazônia e desenvolvimento. No doutorado

em saúde pública oportunistei o aprofundamento de estudos vinculadas as epistemologias do Sul que abriram horizontes diversos no campo das ciências sociais na perspectiva pós-colonial.

Nas discussões apresentadas por Castro (2017) e Almeida e outros (2010), a Amazônia, como a última fronteira terrestre da América Latina que desafia a tecnologia moderna, frente à diversidade dos recursos naturais disponíveis, desde o início de sua ocupação não indígena, foi objeto de diferentes movimentos de penetração em que se impuseram pelas mãos dos colonizadores a escravização do índio, trabalho análogo à escravidão de negros/camponeses (migrantes), expropriação e expulsão de populações tradicionais de suas terras, marcadas pela violência e massacres. A relação estabelecida foi de subordinação, tendo como base uma economia primário-exportadora, vinculada aos interesses nacionais e internacionais. Tal contexto, inscrito sob a égide desenvolvimentista, ignorou historicamente o protagonismo do campesinato e suas ações nas alterações das condições de vida e de trabalho, por meio da luta pelo acesso à terra, no Brasil e na Amazônia.

Analisando o papel do campesinato na construção de um patrimônio material, intangível e familiar, percebe-se como elemento peculiar, o capital cultural marcado nas estratégias e acúmulo de saberes no processo de mobilidade social e espacial que busca, entre outros objetivos, o acesso aos recursos produtivos (terra) para a reprodução familiar, interculturalidade e a criação de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados (GODOI *et. al.*, 2009).

Na apresentação da obra - *Diversidade do campesinato: expressões e categorias* – os autores destacam que os camponeses introduzem, na formação social brasileira, em condições variadas e singulares e mediante resistências de intensidades diversas, uma maneira de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Os camponeses dedicaram esforços ao longo da história na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária (GODOI *et al.*, 2009, p. 13).

Desta feita, na história das lutas sociais, os camponeses constroem uma cultura de resistência coletiva que são partilhadas e transmitidas ao longo de sua existência marcadas por disputas, sofrimento, violências e conquistas por melhores condições de vida. A história dessa

gente evidencia que suas lutas focalizam o acesso e a garantia do território como espaço de produção e reprodução social, rompendo com as formas de colonialidade e de invisibilidades que insistem em subjugar-los. A superação dessa forma de opressão que questiona sua existência social, instaura a liberdade, justiça e a dignidade social.

Analisando uma das faces do campesinato² na fronteira amazônica, Martins (1997) destaca que a mesma só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história dessa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos pois somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. O movimento na fronteira representa a busca permanente por terra e trabalho, longe de conflitos e violência, com paz e alteridade. (MARTINS, 1997, p. 151). Afirma ele: “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 1996, p. 26).

A fronteira expressa a contradição das formas de poder e a diversidade de acesso ao território. Caracteriza-se pela busca de um lugar para viver e se reproduzir, em um contexto de disputas e subalternização. O pensamento de fronteira não comporta a homogeneidade, estabelecimento de pensamento único e os fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais, incluindo o eurocêntrico e a diretriz que orienta o sistema-mundo, baseado na premissa de que existe apenas uma tradição epistêmica a partir da qual se pode alcançar a Verdade e a Universalidade. A fronteira é lugar de questionamentos e incertezas, de sonhos e de busca de outras utopias (GROSFOGUEL, 2008).

As contradições da ocupação da fronteira amazônica se impõem quando se verifica que as terras abundantes da região, de propriedade de povos tradicionais e do Estado, foram

² Godoi *et. al.* (2009, p. 12) afirmam que existe uma diversidade da condição camponesa que inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. A existência do camponês é verificada nas mais variadas formas de organização social, como a escravocrata, feudal, socialista e capitalista. A referência para delimitar o conceito tem sido a base familiar, que ao longo da história de luta pelo acesso à terra, tem se mantido como fundamento da organização da vida camponesa e de sua reprodução social (FERNANDES, 2004).

destinadas, apropriadas, griladas e cercadas considerando a lógica do sistema-mundo apregoado por Grosfoguel (2008) e Wallerstein (2000) que se instalou na região alterando e acelerando o metabolismo social, articulado e sob a proteção e apoio do poder público e oligarquias locais e nacionais. Para os camponeses, as poucas terras que o Estado destinou, estavam em lugares de difícil acesso, sem infraestrutura (educação, saúde, moradia, água, alimentação) e, portanto, sem possibilidade de viver dignamente. Essa expressão desigual da fronteira não impediu que mudanças fossem protagonizadas pelos camponeses, seja nas faces migratórias, seja nos rostos dos povos autóctones.

No sudeste paraense, Amazônia Oriental, o campesinato de fronteira³, constituído principalmente por migrantes negros de áreas empobrecidas do Nordeste brasileiro faz parte dessa diversidade de modos de viver e de reproduzir. Nesse território de riquezas naturais estratégicas, desde os anos 1970, os camponeses e povos tradicionais vivem tempos de disputas pelo acesso à terra para se estabelecer, enfrentando o latifúndio, as empresas rurais e de mineração, meio a conflitos⁴, violência e mortes.

A capacidade de mobilização e desprendimento de esforços coletivos para ocupar a terra foi um dos elementos essenciais para a garantia de vida e saúde. Portanto, a reprodução social na fronteira amazônica dos “despossuídos da terra”, esteve em questão pelas precárias condições de vida e de trabalho a que foram submetidos, destoando dos discursos oficiais do governo civil-militar que aludia “terra para todos”. No entanto, vale destacar que a luta dessa face do campesinato na fronteira, incorporando as dimensões de condições de vida, saúde e ecologia deve considerar essencial o diálogo intercultural com as lutas dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros para pensar as alternativas de desenvolvimento que valorize os saberes e as experiências históricas acumuladas por esses grupos sociais.

³ A definição de campesinato de fronteira tem seus fundamentos nas discussões do economista russo Alexander Von Chayanov que foi problematizada por Costa (2012, p. 117-118). O autor se refere às famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

⁴ O conflito de terras ocorre porque, desde que temos vivido o processo de colonização, as populações negras e indígenas estão sendo espoliadas. Não por acaso maior incidência de conflito está concentrada nas regiões Nordeste e Norte do país, onde há um grande fluxo migratório incentivado pelo governo, que faz uma sobreposição de terras – concedendo terras a grandes empresas e grandes fazendeiros – e desconsidera a presença nesses locais de indígenas e camponeses, entre outros. Cf. entrevista com Edmilson Rodrigues de Souza - Romaria como mito fundador da luta pela terra. A sacralização de mártires no Norte e Nordeste do Brasil – realizada por Ricardo Machado, Fev. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/596464-romaria-como-mito-fundador-da-luta-pela-terra-a-sacralizacao-de-martires-no-norte-e-nordeste-do-brasil-entrevista-especial-com-edmilson-rodrigues-de-souza>. Acesso em 29 de fev. 2020.

A tese tem como objetivo geral compreender em que medida o acesso à terra tem possibilitado melhorias nas condições de vida e saúde de famílias migrantes sem terra do meio rural amazônico, tomando como caso o Assentamento Palmares II, município de Parauapebas, sudeste paraense, tendo como objetivos específicos: 1) descrever a relação entre a luta pela terra e a espacialização dos assentamentos rurais do MST no sudeste paraense, enfocando promoção emancipatória da saúde; 2) caracterizar as transformações nas condições de vida e saúde das famílias assentadas na Palmares II, a partir das narrativas sobre suas trajetórias e experiências de vida; 3) examinar estratégias da promoção emancipatória da saúde presentes no Assentamento Palmares II, considerando as redes de cooperação, comunicação, solidariedade e saberes construídas durante o processo de ocupação e fixação das famílias e; 4) conhecer os limites e desafios atuais no Assentamento Palmares II, diante das políticas públicas recentes e possíveis impactos nas condições de vida e saúde das famílias.

Neste sentido, a pesquisa busca apresentar elementos que corroborem para a discussão sobre esse contexto de importância do acesso à terra como mecanismo de alteração das condições de vida e saúde no meio rural amazônico, na perspectiva de re-contar a história de camponeses que ousaram enfrentar as formas desumanas e colonizadoras da reprodução do capital, materializadas no núcleo estratégico denominado “Programa Grande Carajás” (PGC)⁵. Hall (1991) afirma que as forças que empurram os imigrantes pobres e o capital financeiro e especulativo para a Amazônia estão vinculadas à economia e à estrutura da sociedade brasileira. Concentração e especulação da propriedade fundiária, escassez de terras e pobreza, aliados a uma inflação flutuante apascentam a migração de camponeses para fronteira amazônica.

Com isso, questiona-se: em que medida o acesso à terra alterou as condições de vida e saúde de milhares de camponeses na fronteira amazônica, em um período marcado por conflitos, violência, massacres, utopias da terra liberta, superação do latifúndio e partilha da

⁵ O Programa Grande Carajás foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, com uma área de 900.000 km que abrangia parte do Estado do Pará (sudeste paraense), Goiás, hoje estado do Tocantins, e Maranhão. O PGC incluiu três grandes frentes integradas: um conjunto de projetos minero-metalúrgicos; um conjunto de projetos agropecuários e florestais; um grupo de projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/530505-o-que-significou-para-a-regiao-e-a-quem-beneficiou-o-programa-grande-carajas-30-depois-de-sua-implantacao-na-regiao-amazonica>. Acesso 10 de nov. de 2017. A experiência do PGC tem pelo menos uma virtude: a de ter fornecido uma considerável e cara lição aos formuladores de políticas públicas sobre os perigos iminentes de qualquer abordagem de desenvolvimento regional, que seja míope e extremamente sectária, ignorando impactos sociais, ecológicos mais amplos (HALL, 1991).

terra? O território escolhido como recorte do objeto para a realização da pesquisa é o Assentamento Palmares II, que se localiza a 20 km da sede do município de Parauapebas⁶, sudeste paraense, abrangendo, ainda que em menor proporção territorial, os municípios de Curionópolis e Marabá.

O nome do assentamento expressa as características das pessoas que ocuparam a área da fazenda, que conforme as explicações expressas em estudos de Monteiro e Teixeira (2006) e Brito-Filho (2016), a maioria dos assentados em Palmares II é negra, mais de 70% analfabetos, migrantes do Estado do Maranhão, expulsos de suas terras e condenados a seguir a trilha da fronteira amazônica. Em condições de exclusão, tornaram-se garimpeiros, peões de fazendas, escravos e sem terra no sudeste do Pará. Com isso, o nome Palmares⁷ é uma referência ao símbolo de resistência e luta, Zumbi que libertou e organizou em torno de trinta mil pessoas no então quilombo de Palmares.

Diante do fundamento de marco teórico exposto, é importante trazer o contexto histórico do local de onde se investiga a pesquisa desta tese.

O acesso à terra no sudeste paraense sempre foi marcado por conflitos, violência e assassinatos. A chegada do MST na região no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 marca um período importante na história do campesinato na Amazônia. As principais áreas ocupadas pelo movimento foram latifúndios improdutivos, terras griladas e destinadas pelo Estado às grandes empresas rurais, bancos e outros empreendimentos vinculados ao agronegócio. A conquista legítima da área da Fazenda Reunidas Rio Branco deu origem a três assentamentos (Rio Branco, Palmares I ou Sul e Palmares II) e a disputa que marcou o acesso a essa fazenda começou no início dos anos 1990 com os trabalhos de base realizados pelo MST nos municípios da região como Curionópolis e Parauapebas, especialmente no garimpo de Serra Pelada e nas periferias das referidas cidades.

⁶ O município de Parauapebas dista 645 km da capital Belém, localiza-se na mesorregião do Sudeste Paraense. Surgiu de um povoado do então município de Marabá, no curso do rio Parauapebas, no final dos anos 80 do século XX, em decorrência da descoberta da jazida de ferro e no contexto das políticas econômicas nacionais e globais que fomentaram e financiaram o processo de ocupação da região. A região que hoje é o município de Parauapebas era um território habitado por povos indígenas Xikrins do Cateté, subdivisão dos Kaiapós, castanheiros e beradeiros que viviam do extrativismo de produtos da floresta, cuja expressão mais simbólica era os imensos castanhais. Cf. Bringel (2015) e Souza (2010).

⁷ De acordo com Gomes (2011) Zumbi dos Palmares nasceu no estado de Alagoas no ano de 1655. Foi um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Foi líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas. Na época em que Zumbi era líder, o Quilombo dos Palmares alcançou uma população de aproximadamente trinta mil habitantes. Nos quilombos, os negros viviam livres, de acordo com sua cultura, produzindo tudo o que precisavam para viver.

Na área que deu materialidade ao Assentamento Palmares II dois terços da área da fazenda estavam desmatados quando as 517 famílias foram assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1996. Cada uma delas recebeu dois lotes: um na agrovila, medindo 10 metros de frente e 30 metros de fundo e outro ao longo das regionais: Vila e entorno; Limão, Três Voltas e Rio Novo, medindo em média de 25 hectares (MICHELOTTI, 2008; BRITO-FILHO, 2016 e BRINGEL, 2015).

No início do Assentamento, as famílias sofreram muito em razão da ausência de infraestrutura. Informações coletadas de jornais da época, como *O Liberal* e *A Província do Pará* explicam sobre as condições sanitárias serem precárias, não havia estradas, energia elétrica, habitação digna, alimentos, fatores que são evidências de condições de vida e saúde vulneráveis, em que os assentados eram vítimas, principalmente, de doenças como diarreia (provocada por vírus e bactérias), doenças infecciosas e parasitárias, além dos agravos relacionados a picadas de animais peçonhentos.

Na agrovila funcionam os núcleos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tais como Educação, Saúde, Produção, Mulheres, Juventude, Geração de Renda e Trabalho, Cultura e Comunicação, em que se busca participação em um processo social coletivo. Isso favorece a luta e organização de homens, mulheres, crianças e jovens, tornando-se espaços fundamentais para possibilitar os diálogos e favorecer as interações sociais. O espaço público do assentamento, tais como Unidade Básica de Saúde, Escolas, Sedes das Associações e Cooperativas consolidaram-se como lugar de cooperação, de sociabilidade, de troca de saberes, do exercício do cuidado, de partilha e de ampliação das redes de relacionamentos autônomos. A agrovila é provida de conexão à internet (via rádio), bem como de um sistema estruturado de acesso aos meios de comunicação de massa, via TVs a cabo e antenas parabólicas, além disso o MST mantém uma rádio comunitária FM 106.3 (BRITO-FILHO, 2016, BRINGEL, 2015).

A agrovila de Palmares II, já considerada um bairro de Parauapebas, possui aproximadamente 150 hectares, representando média de 1% do Assentamento, em que estão localizadas escolas, posto de saúde, estádio de futebol, posto de gasolina, praça pública, entre outras (BARBOSA, 2018; BRITO-FILHO, 2016; BRINGEL, 2006, 2015). Conforme assinalou Bringel (2015), na agrovila do Palmares II existiam 650 lotes, sendo a maioria das habitações feitas de alvenaria e o restante de madeira. Atualmente, em função da explosão populacional, a quantidade de lotes cresceu e com isso aumentou os casos de violência e a

miséria na Agrovila o que impacta negativamente a imagem do assentamento, pois as condições de vida e saúde das famílias que vivem nos lotes são bem diferentes da vida das famílias, recém chegadas no Palmares II.

No Palmares II existem atualmente três escolas, atendendo os níveis do ensino básico, são elas: Escola Municipal de Ensino Infantil Maria Salete Ribeiro Moreno (EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno), Escola Municipal de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira (EMEF Oziel Alves Pereira), Escola Municipal de Educação Fundamental e Médio Crescendo na Prática (EMEF Crescendo na Prática) e um anexo da Escola Estadual de Ensino Médio Eduardo Angelim (EEEM Eduardo Angelim), que funciona no prédio da escola Crescendo na Prática. Além disso, o assentamento conta com ações do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que também ocorrem na escola Crescendo na Prática e estão permitindo que as pessoas de idade mais avançada que vivem no assentamento possam retomar seus estudos (BRITO-FILHO, 2016; BARBOSA, 2018).

O Assentamento conta ainda com boa estrutura e serviços urbanos, conquistados pelos camponeses no processo de luta. Cada nome em praça, escola, rua é uma homenagem a pessoas e organizações que inspiram a luta do MST. O Quilombo dos Palmares nomeia o Assentamento e uma das ruas do local, relembra a resistência de negros escravizados. O herói negro Canga Zumba, o ambientalista Chico Mendes, Fidel Castro e a educadora do MST, Roseli Nunes, também são homenageados. O jovem Oziel Alves Pereira virou nome de escola. Ele e mais 18 mártires do massacre de Eldorados dos Carajás, em 1996⁸, estão na memória e são sementes regadas pela comunidade, nos debates e nas atividades culturais (APROCPAR, 2019).

Trabalhos realizados por Monteiro e Teixeira (2006); Michelotti (2008); Souza (2010); Moreno e Guerra (2012); Bringel (2006, 2015); Brito-Filho (2016) e Barbosa (2018) dão conta da importância histórica do Assentamento Palmares II como lugar de resistência, luta e enfretamento da lógica e contradições do capital na fronteira amazônica. No bojo das

⁸ Em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais sem terra foram executados pela polícia militar no episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no sudeste do Pará. Os trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra faziam uma caminhada até a cidade de Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. Mais de 150 policiais – armados de fuzis, com munições reais e sem identificação nas fardas – foram destacados para interromper a caminhada, o que levou a uma ação repressiva extremamente violenta. A violência da polícia militar contra as famílias sem-terra na curva do S não conseguiu impor um retrocesso à luta camponesa no sul e sudeste do Pará; ao contrário, a ato violento produziu um processo de lutas crescentes, unindo diferentes segmentos da sociedade, brasileira e até internacional em defesa da reforma agrária (cf. AFONSO, 2016; BRELAZ, 2015; NEPOMUCENO, 2007).

discussões realizadas pelos referidos autores, há uma produção teórica e contextual que problematiza a importância histórica do campesinato no sudeste paraense, bem como a forma pela qual o capital se acomodou na região, tendo como substrato e lógica dirigente a implementação do PGC. Os autores buscaram compreender, portanto, a região como território em disputa e apresentaram variadas formas de enfrentamento e resistência dos camponeses, bem como suas trajetórias econômicas e vida social.

A pesquisa, considerando as contribuições dos referidos autores, busca avançar nas discussões sobre a importância histórica da luta pela terra, a partir das alterações nas condições de vida e saúde protagonizadas por atores sociais invisibilizados, vivendo em condições de trabalho superexplorado, análogo à escravidão e marginalizados pela lógica do sistema-mundo implantado na região do Carajás. A experiência histórica dessa gente demonstrou que o sofrimento experimentado na fronteira não os impediu de construir dignidade e novas intersubjetividades.

Neste sentido, a produção de mais um trabalho sobre o Assentamento Palmares II se justifica pelos seguintes fatores: em primeiro, o referido assentamento carrega no cerne de sua história a consolidação do MST no estado do Pará. Depois da experiência realizada em Conceição do Araguaia (1990)⁹, no sul paraense, por meio da ocupação da fazenda Ingá (articulando práticas de ocupação da terra dos posseiros da região e as novidades de militantes do MST do Maranhão, Piauí e Goiás) e de uma passagem pelo município de Marabá, as ocupações ao longo da rodovia PA 275 vão determinar a presença e a territorialização no MST no sudeste paraense, num território em disputa, seja pelo latifúndio improdutivo e degradante, seja pelos empreendimentos de exploração mineral, desde o ouro de Serra Pelada, até o ferro de Carajás.

⁹ Pereira (2015) descreve, no entanto, que as primeiras ações do MST no Pará não foram realizadas em Conceição do Araguaia, mas onde atualmente é o município de São Geraldo do Araguaia, criado em 10 de maio de 1988, a partir do desmembramento de Xinguara. O referido autor afirma que: Algumas lideranças sindicais de Conceição do Araguaia simpáticas à atuação do MST, em contatos com a Coordenação Nacional do Movimento, decidiram ocupar uma fazenda denominada Mutamba, de Renato Fraga, localizada no distrito de São Geraldo do Araguaia, município de Xinguara, em 31 de agosto de 1989. Embora tivessem tentado negociar com o INCRA a desapropriação da fazenda, a PM, sem mandado judicial, entrou na área, oito dias depois, e expulsou as trinta e três famílias acampadas [...] A expulsão de todas as famílias da Fazenda Mutamba pela PM frustrou a primeira tentativa do MST na organização de ocupações de terra no Pará. O INCRA propôs, então, levar as famílias despejadas para que fossem assentadas na Fazenda Propasa/Dois irmãos, de 34.848 hectares, em Santana do Araguaia, a 350 quilômetros de Xinguara [...]” (PEREIRA, 2015, p. 292-293). Porém, em virtude da distância do local sugerido, o autor afirmou que as famílias não aceitaram a proposta e que “Após essa tentativa, a secretaria estadual do Movimento foi, então, transferida para Conceição do Araguaia, onde havia maior número de simpatizantes que contavam com o apoio de lideranças do MST dos estados do Piauí, Pernambuco e Maranhão” (PEREIRA, 2015, p. 292-293). Assim, foi em Conceição do Araguaia, que ocorreram as primeiras atividades dirigidas de MST no Pará.

O segundo fator diz respeito ao legado histórico desse assentamento que em vinte e seis anos construíram-se dezenas de lideranças camponesas, que eram em sua maioria ex-garimpeiros, peões de fazenda, ex-escravos que atuam na territorialização do MST na Amazônia, especialmente no Pará, e que são referências do movimento no Estado e no Brasil.

O terceiro elemento aponta para a busca em compreender as alterações na composição do espaço populacional. Pressionado pela urbanização que atinge o município de Parauapebas, o Assentamento Palmares II experimentou um aumento populacional considerável, principalmente na agrovila. De uma população equivalente a 2.585 pessoas (considerando as 517 famílias assentadas e uma média de cinco pessoas por núcleo familiar) que foram assentadas em 1996, Palmares II apresenta hoje em torno de quatorze mil habitantes, conforme indica pesquisa realizada pelo setor de saúde do MST e pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Parauapebas¹⁰. Trata-se do assentamento no meio rural amazônico mais pressionado pela urbanização decorrente, entre outros fatores, do Programa Grande Carajás da Vale S/A, que continua atraindo milhares de migrantes para o sudeste paraense, especialmente para os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, polos de maior efervescência de exploração mineral na contemporaneidade.

Os censos demográficos de 2000 e 2010 registraram aumento significativo na população de Parauapebas, apontando um crescimento populacional de 7,95% ao ano, alterando o número de habitantes de 71.591 para 153.908, respectivamente. Esse crescimento foi superior ao registrado no Pará no período equivalente, que ficou em 2,5% ao ano, e foi superior ao da região norte que foi de 2,10% ao ano. A estimativa populacional para o ano de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 208,273 habitantes. Soma-se a isso o crescimento da taxa de urbanização, de uma população urbana, em 2000 de 82,75% da população total, o município atinge 90,11%, em 2010.

É importante destacar que o aumento da população no Assentamento, ao mesmo tempo que demonstra que o Palmares II é um território acolhedor e de possibilidades, impõe novos desafios no que diz respeito à pobreza e à miséria. Como os lotes do Assentamento estão todos ocupados e em processo produtivo, os novos migrantes que chegam acabam

¹⁰ DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: **riscos e vulnerabilidades em um território não referenciado pela proteção social básica da política de assistência social**. Prefeitura Municipal de Parauapebas - Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Coordenadoria da Vigilância Socioassistencial. Parauapebas-PA, 2019.

criando bolsões de miséria na Agrovila. Isso exige do MST novas estratégias junto ao poder público local, estadual e federal.

O quarto fator, diz respeito à referência histórica do Assentamento Palmares II. Em 1996, ano de criação do assentamento, eram 517 parcelas de cinco alqueires (em torno de 25 hectares por família), hoje, de acordo com dados disponibilizados pelo INCRA, em 21 de agosto de 2017 existiam 936 nomes de beneficiários da reforma agrária na lista relacionada à Palmares II, demonstrando que houve um aumento significativo de novas famílias ocupando áreas do assentamento que desvela singularidade, se considerarmos dados sobre assentamentos rurais no Brasil, em que existe um déficit de famílias ocupantes ao longo de um período de constituição do assentamento (média de 10 anos), dando lugar a processos de reconcentração da terra. Nessa perspectiva, o Assentamento Palmares II continua sendo uma alternativa de acolhimento aos novos migrantes que chegam, principalmente do Maranhão e não encontram espaços de trabalho e acabam nas periferias das cidades da região como fora no passado. Essa questão foi mencionada nos diálogos das rodas de conversas em que vários assentados indicaram que houve divisão de lotes no núcleo familiar em decorrência de casamentos dos filhos e divórcios. Além de pessoas que abandonaram os lotes estes foram ocupados por mais de uma família. Mas o que é significativo é o fato de não ter ocorrido reconcentração de terras.

O quinto elemento, aparece na capacidade de articulação política dos atores sociais assentados. Como se trata de um assentamento com um número significativo de dirigentes do MST, envolvidos em diversas formas de cooperação, associativismo e lutas políticas, Palmares II tornou-se território resistente às forças externas do projeto de colonização e expropriação do Programa Grande Carajás, da Vale S/A e seus aliados políticos e econômicos, local, regional, nacional e internacional. Essa força coletiva diversa, atua no sentido de garantir novos direitos para melhorar as condições de vida e trabalho e manter as conquistas históricas da luta pela terra. A construção de consensos, meio a diversidade de interesses presentes no território, é uma tarefa árdua do MST para evitar que forças conservadoras e autoritárias dominem o assentamento e dispersem a organização camponesa.

Cabe destacar que os assentamentos ligados ao MST na região amazônica, sudeste paraense, especificamente ao longo das rodovias BR 155 e da PA 275, estão localizados em áreas de antigas fazendas do latifúndio improdutivo, desmatado e degradado. Um desses

latifúndios, a fazenda Rio Branco, deu origem a três assentamentos do movimento, entre eles a Palmares II, a qual é protagonista da resistência no território.

A fazenda Reunidas Rio Branco foi ocupada em 1992 pelo MST com 548 famílias, onde foi criado o primeiro Projeto de Assentamento (PA), com uma área de 11.938,5284 ha, tendo assentadas 236 famílias. O referido PA teve sua criação oficial pelo, em 12 de agosto de 1993.

O MST realizou outra ocupação na fazenda Reunidas Rio Branco, que resultou na criação de dois PAs – Palmares I, conhecida como Palmares Sul; e Palmares II, que para o INCRA é apenas PA Palmares. Como houve divisão interna durante o processo de ocupação, 327 famílias ficaram na Palmares Sul, ocupando uma área de 9.614,6931, tendo a data de criação do PA, em 13 de dezembro de 2001. No assentamento Palmares II ficaram 517 famílias, na maior área da fazenda, equivalente a 14.921,8902, tendo o PA sido regularizado no dia 11 de março de 1996. Com isso o total desapropriado das fazendas Reunidas Rio Branco foi de 36.471 hectares (MOREIRA e PEREIRA, 2020).

É importante destacar, conforme assinalaram Moreira e Pereira (2020), a fazenda Rio Branco era da família Lunardelli, cafeicultores do Paraná e de São Paulo. No sul do Pará concentrou cerca de 400.000 hectares. Eram proprietários, por exemplo, da Cia. de Terras da Mata Geral (Fazenda Santa Tereza), de 201.528 hectares, no município de Redenção; da Fazenda da Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A (CODESPAR), de 52.358,4 hectares, no município de Santana do Araguaia e da Administração Agrícola Ltda. (NICOBTRAN), de 143.847 hectares, no município de Santana do Araguaia.

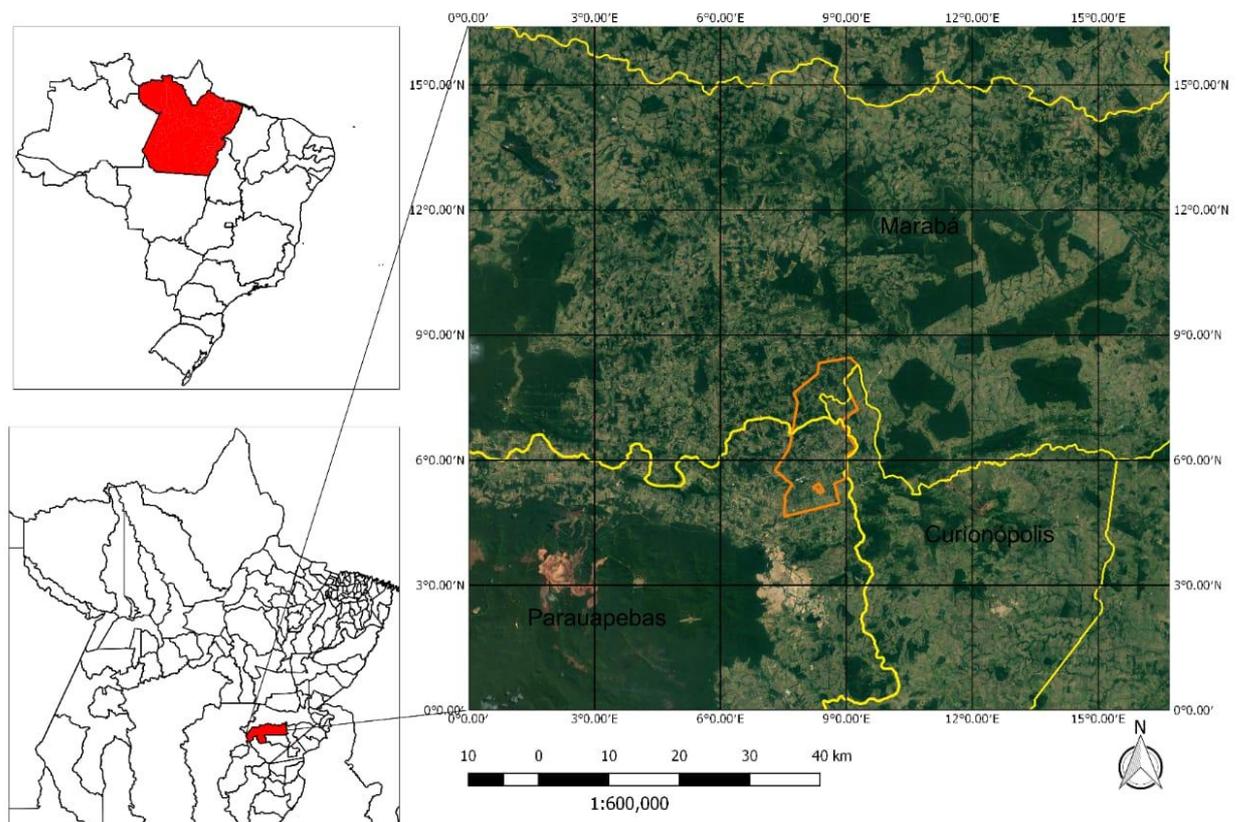
O Assentamento Palmares II é cortado e recebe os impactos do Projeto Grande Carajás. Assim descreve o Relatório da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região (APROCPAR):

[...] a movimentação na área é intensa, com o vaivém de caminhões, caminhonetes e ônibus em direção ao Projeto Carajás e a Parauapebas. A seca, com períodos cada vez mais prolongados, faz subir a poeira, que é aplacada pelos caminhões-pipas contratados pela companhia senhora de tudo na região: a Vale. Diversas obras e estradas da empresa cortam Palmares II, incluindo uma rodovia e uma estrada de ferro que corta 22 km no assentamento, para escoar minério da Vale. A cada trinta minutos passa um comboio com 360 vagões de minério de ferro, cobre, ouro e, dizem, na região, até urânio, em direção ao porto de São Luís, no Maranhão, para exportação. A ferrovia está sendo duplicada e os comboios passarão a levar 600 vagões em cada viagem. A Vale tem três minas principais na região: Salobo, Carajás e S11 D. O grande comprador de ferro é a China, que envia o produto industrializado de volta ao Brasil. Duas redes de transmissão de energia cortam a área e outras duas estão em construção. Além delas, mais quatro redes estão

programadas, para conduzir energia da controversa usina de Belo Monte. As compensações para tantos cortes e intromissões no assentamento são pequenas. E sobram os problemas, como os dejetos de minérios que a Vale despeja no Rio Parauapebas, que percorre o assentamento durante 20 km (RELATÓRIO DA APROCPAR, 2019).

Dados recolhidos durante a pesquisa de campo no período de 10 a 30 janeiro de 2020 indicam que a produção em Palmares II é diversificada, com ênfase na mandioca, feijão e em frutíferas como acerola, cajá, murici, banana e açaí, mesmo considerando os poucos recursos disponíveis para essa linha de produção. A cultura permanente de frutas é decisiva para uma agroindústria recente, de polpas e derivados de frutas. A hortifruticultura é resgate de antigo sonho de transformar o assentamento num cinturão verde. Os assentados têm pelo menos quinze mil cabeças de gado e diversos estão partindo para criação de bovinos confinados, com rotação de pastos. Outros estão trocando o gado de corte por leiteiro. A produção de galinhas caipiras também tem importante peso na economia local.

Mapa 1: Área em estudo



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Figura 1 - Imagem da Agrovila do Assentamento Palmares II



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Foto 1 - Chegada à Agrovila do Assentamento Palmares II



Fonte: pesquisa de campo (2020).

A presente tese foi construída tendo como base a pesquisa qualitativa e diálogos colaborativos junto aos sujeitos sociais camponeses que atuam na região do sudeste paraense, Amazônia Oriental e das reflexões teórico-metodológicas sobre saúde coletiva, determinação social do processo saúde-doença, condições de vida e promoção emancipatória da saúde. Sua gênese se vincula a necessidade de significar conteúdos que colaborem com a compreensão das condições de vida de camponeses ligados ao MST, que cumprem um papel histórico nas alterações das condições de vida no meio rural, combatendo o modelo de desenvolvimento neoeextrativista, o latifúndio e à violência, pela democratização da terra e por uma vida digna.

A compreensão histórica das narrativas dos vinte e cinco anos da Palmares II é uma potência empírica para afirmar que a luta social camponesa tem significado e relevância para os povos do campo, floresta e águas. Apreender seus significados, a partir da leitura de autores pós-coloniais, da saúde coletiva e do processo de determinação saúde-doença, torna o trabalho fundamental para uma práxis libertadora. Para os movimentos sociais fortalece a ideia de que a experiência histórica mudou a vida de milhares de camponeses despossuídos da terra; para a academia consolida a importância teórico-metodológica dos estudos nesse campo, com toda a sua diversidade que acrescenta conteúdo aos estudos sobre os povos da Amazônia.

O estudo, com isso, situa-se no campo da saúde coletiva (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998) e sua relação com a questão do desenvolvimento (acesso à terra, economia, meio ambiente e trabalho), admitindo-se que as condições de vida determinam o processo saúde-doença na busca da promoção emancipatória em saúde. A potência que essas discussões podem promover no campo da saúde na Amazônia torna o estudo relevante, dado que a produção ainda é incipiente na região.

Por fim, cabe destacar que a base social mobilizada pelo MST é fundamentalmente oriunda de povos migrantes, especialmente nordestinos do Maranhão, do Piauí, Ceará e de outros estados com menor expressão. Em sua maioria é gente de origem negra, ex-agricultores que trabalhavam como meeiros, peões de fazendas, bóias-frias, geralmente em condições de super-exploração e em condições análogas à escravidão nos lugares de onde vieram. Foram atraídos à Amazônia em busca de riqueza nos garimpos e de terras fartas oferecidas pelo governo civil-militar, desde os anos de 1970. No Pará, muitos continuaram sua sina migratória, perambulando por vários lugares e municípios em busca de trabalho, terra

e esperança. Muitos, se quer, conseguiram recompor os laços familiares nos lugares de origem e milhares perderam sua vida.

2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 ACESSO À TERRA, EXPERIÊNCIAS DE VIDA E SAÚDE NO MEIO RURAL AMAZÔNICO: BREVES REFERENCIAIS QUE ORIENTARAM A PESQUISA

No Brasil prevaleceu ao longo da história a desigualdade no acesso à terra, produto direto do processo de colonização. Carvalho (2004) destaca que a colonização foi marcada por quatro características fundamentais: latifúndio, escravidão, patriarcalismo e patrimonialismo. Os interesses da coroa portuguesa estiveram vinculados à exploração de matéria-prima (recursos da floresta) e/ou produção para o mercado europeu (açúcar, tabaco, etc.). Grandes extensões de terra (latifúndios) foram destinadas e/ou expropriadas, desde o período colonial, por proprietários de monoculturas e fazendas, sendo símbolo de poder. Escravos, ex-escravos ou homens livres de classes subalternas tiveram dificuldades de acesso e posse da terra. É importante destacar que uma multiplicidade de povos indígenas, negros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e outros povos do campo, floresta e águas foram escravizados e subjugados ao trabalho imposto pelo processo de colonização e colonialidade.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, nas últimas décadas, gerou grandes transformações no meio rural brasileiro, destacando-se a acumulação flexível do capital e a reprimarização da economia, com estímulo estatal para a produção e consolidação de *commodities* para exportação. Tal contexto vincula-se ao modelo de desenvolvimento neoextrativista brasileiro que tem a mineração e a produção de grãos como atividades econômicas estratégicas.

A reorganização econômica, decorrente das transformações nas empresas e indústrias, caracterizadas pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, também priorizou a construção de hidrelétricas em terras ocupadas por povos tradicionais e camponeses, principalmente na Amazônia, provocando conflitos pela terra e água, entre Estado, capital e as populações rurais, acarretando mortes, violência, contaminação ambiental e riscos à saúde humana (PESSOA, ALMEIDA e CARNEIRO, 2018).

Na Amazônia, o movimento intensivo do capital é recente. Durante séculos a Amazônia viveu em condição de marginalização em relação ao mundo e, em especial, em relação ao próprio Brasil. Essa marginalização permitiu reprodução de povos e comunidades tradicionais que hoje resistem nesses territórios (VELHO, 1972). Como assinalam Loureiro e Pinto (2005), até meados dos anos 1960, as terras amazônicas pertenciam basicamente à

União e aos Estados. As terras constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos, comunidades indígenas e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal, múltiplas práticas sócio-culturais conformadas há milênios. “As incursões capitalistas moderno-coloniais sobre a Amazônia foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 41).

Cinquenta anos depois da entrada decisiva do capital do norte global na Amazônia, por meio de um processo de ocupação incentivado e planejado pelo governo civil-militar, o rastro de destruição, violência, conflitos e disputas de paradigmas de desenvolvimento é evidente e se intensifica ainda mais, dado os limites dos recursos naturais que são explorados e expropriados da região e das precárias condições de vida que padecem os povos tradicionais e os mais variados grupos sociais subalternizados¹¹ e colonizados pelo capital.

Castro (2017) enfatiza que a fronteira se refaz, cada vez que a acumulação do capital se expande em busca de novas terras e de recursos hídricos, minerais e a biodiversidade, ao passo que, cada vez mais, o projeto de tornar a Amazônia núcleo exportador de *commodities* minerais e agrícolas, se materializa nos projetos governamentais de médio e curto prazos para a região. O que está se consolidando de maneira decisiva e de forma mais explícita nas políticas governamentais é a ocupação pelo mercado de territórios da Pan-Amazônia, imensa região privilegiada pela sua floresta tropical e rico potencial mineral, hídrico e de biodiversidade, conclui a autora.

As consequências deletérias do processo de globalização da economia monetária e financeira têm provocado a expropriação e a rapina dos recursos naturais em vários territórios no mundo, especialmente em nações que permanecem subjugadas ao colonialismo moderno, revestido da lógica neoliberal que desapossa milhões de pessoas e grupos sociais tradicionais e camponeses, subtraindo direitos e promovendo injustiças ambientais de toda ordem. Sua matriz orientadora é a produção e o consumo, cada vez mais desiguais e excludentes (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016).

Como salienta Becker (2005), para que se possa alterar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores que

¹¹Gramsci indica que o termo *subalternidade*, mais do que ter um significado fixo e isolado, reflete na realidade uma “relação”, ou seja, se existe a subalternidade, existe, pois, a dominação de um grupo/classe sobre o outro. Classes ou grupos subalternos, como afirma Gramsci, o são em relação a outras classes dominantes. Os indivíduos pertencentes aos grupos subalternos possuem diferentes etnias, culturas e religião. São grupos que historicamente não apresentam uma homogeneidade no âmbito político-institucional, o que os tornam susceptíveis de sofrerem influências das classes dominantes (SILVA, 2016).

estão na base dos conflitos, para tentar formas de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais, inclusão social e respeito às práticas e modo de vida local.

A geopolítica da Amazônia pressupõe movimentos locais, nacionais e internacionais, que vão desde a atuação do sistema financeiro internacional, dominado pelas potências do centro do capitalismo mundial, com o apoio do Estado nacional, quase irrestrito, até a luta pela internacionalização dos movimentos sociais que atuam na região, que possuem agentes sociais organizados, corporações de capital privado, organizações religiosas, movimentos sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado. Assim, Becker indica o grau de complexidade da geopolítica na Amazônia, bem como os danos produzidos na região que comprometem o presente e o futuro.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2005, p. 2, grifo da autora).

Autores do campo da saúde coletiva, como Alho (2012) e Confalonieri (2005), afirmam que a implantação de projetos de infraestrutura, construções de estradas, desmatamentos, abertura de pastos, mineração, garimpo e hidrelétricas na Amazônia produziram destruição e alteração dos ecossistemas naturais, com perda da biodiversidade, o que interfere na qualidade de vida e nas doenças endêmicas do território.

A qualidade de condições de vida, entendida como conceito ampliado de saúde de uma dada população, está condicionada por fatores sociais históricos, determinados pelos modos de produção, com maior ou menor sensibilidade na infraestrutura produtiva, bem como nos processos de distribuição de riquezas. Assim, as alterações evidenciadas no metabolismo social, isto é, na produção, consumo e excreção, impactam nos perfis de morbi/mortalidade; de qualidade de vida e de conflitualidade social (PORTO, 2016; BREILH, 2008 e SCHÜTZ *et al.*, 2014).

A discussão sobre saúde e determinação do processo saúde-doença incorpora a categoria das *condições de vida* como expressão particular dos procedimentos gerais de reprodução da sociedade. Esta categoria atua como mediadora entre os processos mais amplos que conformam o modo de vida da sociedade como um todo e a situação de saúde de um grupo populacional específico. As condições de vida se expressam em quatro grandes dimensões do processo de reprodução social, a saber: biológica, ecológica, consciência e conduta e econômica (CASTELLANOS, 1991).

As reflexões, desse modo, sobre condições de vida e saúde, em territórios desiguais demonstram que a determinação da situação de saúde não é um processo simples, mecânico, com relações claras de efeito, aceitas em modelos epidemiológicos tradicionais, mas sim um processo complexo, dinâmico e mutável de uma realidade para outra, no qual os determinantes atuam como a rede de interações e não na forma linear, considerando as contradições, o movimento e a totalidade do território (SUÁREZ JIMÉNEZ e MÁRQUEZ, 1995).

Na percepção apresentada por Harvey (2005) sobre a *acumulação por desapossamento* - processo que se dá quando há crises crônicas de sobreacumulação – o capitalismo internaliza práticas canibalísticas, depredadoras e fraudulentas. Esses processos são produtores e reprodutores das iniquidades que se conformam na determinação social do processo saúde-doença nos assentamentos rurais do sudeste paraense. Com isso, o processo de determinação social saúde-doença implica reconhecer as dinâmicas sociais que engendram os processos de produção e reprodução dos padrões estruturais de dominação, exploração e marginalização nas sociedades concretas, moldam os modos de vida e se expressam nos processos saúde-doença (BREILH, 2006; ARREAZA, 2012).

Castellanos (1990), no documento que analisa os Sistemas Nacionais de Vigilância em Situações de Saúde, segundo Condições de Vida e Impactos de Ações de Saúde e Bem-estar na América Latina, é contundente em afirmar a estreita relação existente entre fatores econômicos de desenvolvimento e as alterações no metabolismo social com as condições de vida e situações de saúde de populações específicas em um dado território. Nessa perspectiva, fica evidente que há uma matriz teórica e conceitual que problematiza as questões ligadas à saúde e modo de vida de grupos sociais, o que se pretende analisar a respeito das condições de vida e saúde dos assentados da Palmares II. Assim enfatiza o autor:

[...] Por fim, há convicção suficiente, tanto nos governos e instituições dos países como na comunidade científica e nos organismos internacionais especializados, sobre a estreita relação entre a situação de saúde e as condições de vida de diferentes grupos populacionais e, portanto, sobre a necessidade de desenvolver ações abrangentes e multissetoriais, não limitadas aos cuidados médicos, para transformar as condições de vida e as situações de saúde. Portanto, na Carta de Ottawa sobre Promoção da Saúde, enfatizou-se que ‘paz, educação; habitação, alimentos, renda, um ecossistema estável, conservação de recursos, justiça social e equidade são requisitos fundamentais para a saúde (CASTELLANOS, 1990, p. 9-10, tradução nossa)¹².

Nesse âmbito, pensar melhores condições de vida e saúde pressupõe um olhar atendo ao território, relações de produção e o modelo de desenvolvimento que motiva as práticas sociais e o modo de vida. Estudos já demonstraram que na Amazônia, especificamente no sudeste paraense ficou latente que as formas de colonização e o projeto do colonizador produziram crescimento econômico, ao custo da destruição da natureza e do aumento da pobreza e desigualdades sociais, o que deteriorou e subjugou o modo de vida dos povos autóctones e relegou o campesinato da fronteira à condição de inferioridade, exploração e racismo.

Há evidências apresentadas por autores como Scopinho (2010), de que os assentamentos rurais têm sido considerados como uma expressão de resistência e luta social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo por melhores condições de trabalho e vida; espaços de múltiplas relações sociais, cooperação, solidariedade e trocas de saberes, que contribuem para solucionar o problema do desemprego e da miséria que os afetam, se posicionando contra a lógica de acumulação do capital, como se verifica na Palmares II no enfrentamento ao latifúndio e ao PGC.

Análises de pesquisadores acerca de assentamentos de reforma agrária, indicam diferentes dimensões da vida nestes espaços sociais, desde o acampamento, chegada à terra, até as formas de produção, de organização espacial e social dos lotes. Não se trata de uma categoria de fácil entendimento considerando que no processo de conquista dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, histórias de vida diversas (encantos e desencantos), bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado. Com isso, o acesso

¹² [...] em definitiva, existe suficiente conviccion, tanto em los gobiernos e instituciones de los países como em la comunidad científica y los organismos internacionales especializados, sobre la estrecha relacion entre la situacion de salud y las condiciones de vida de diferentes grupos poblacionales y, por lo tanto, sobre la necesidad de desarrollar acciones integrales, multisectoriales, que no se limiten a la atencion médica, para transformar las condições de vida y situacion de la salud. Por ello, en la Carta de Ottawa sobre Promocion de la salud, se enfatizo que ‘la paz, la educacion; la vivend, la alimentacion, el ingreso, un ecosistema estable, la conservacion de los recursos, la justiça social y la equidad, son requisitos fundamentales para la salud’.

à terra e conseqüentemente melhores condições de vida e saúde fazem parte do ideário desses sujeitos sociais que buscam construir alternativas daquelas que tinham em outros tempos e lugares (FARIAS, 2005).

Desta maneira, somente a partir da constituição dos assentamentos rurais, ao longo dos últimos 40 anos, no sudeste paraense¹³, que se reestabeleceu a possibilidade de garantia de vida digna, condições de reprodução social e justiça social. Centenas de camponeses e lideranças sindicais, do MST, padres e agentes de pastorais, ativistas de direitos humanos e militantes políticos foram assassinados/as, e/ou sofreram violência de todas as formas para edificar o sonho e renovar a esperança de milhares de camponeses. Com isso, condições de vida e saúde nas ruralidades camponesas no sudeste paraense, Amazônia Oriental, somente são possíveis com terra, políticas públicas para a pequena propriedade camponesa, tendo como prisma um paradigma de desenvolvimento com sustentabilidade.

Neste sentido, o raciocínio hipotético que envolve o objeto de estudo e sua problematização apontam no sentido de que o acesso à terra possibilita melhorias nas condições de vida e trabalho, frente ao desemprego, exclusão e subalternização ao capital, estabelecendo espaços de sociabilidades, redes de solidariedade, resistência coletiva, organização política cooperada e experiência histórica de vida¹⁴.

A gravidade das questões socioambientais e seus impactos na saúde humana tem sido objeto de estudo de pesquisadores e estudiosos no Brasil e no mundo, bem como fonte de preocupação de segmentos sociais diversos, que questionam a ofensiva do capital sobre os recursos ecossistêmicos, afetando as condições e o modo de vida das populações, especialmente dos setores mais pobres, como camponeses e povos tradicionais. (SILVA, 2015). De acordo com Viana, Freitas e Giatti (2016) a produção sobre saúde, meio ambiente, desenvolvimento e populações camponesas na Amazônia ainda é muito restrita; diversos autores têm suas questões e apontamentos focados em aspectos ecológicos, biológicos e sociais da região em questão. No campo da saúde, as pesquisas estão mais na linha de análise de aspectos epidemiológicos ou clínicos de doenças endêmicas e quando focalizam no meio ambiente, o desenvolvimento e povos da região (negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e o camponês) se limitam a abordagens disciplinares.

¹³ Segundo os dados do INCRA mais recentes foram criados no âmbito da SR-27, 513 projetos de assentamentos e mais de 4 milhões de hectares de terras.

¹⁴ Edward Palmer Thompson ao teorizar a história real feita por homens concretos deixa claro que as experiências históricas determinam que as análises nas ciências humanas descartem modelos fictícios e estruturantes que tiram de cena os agentes da transformação social e histórica (MÜLLER, 2002).

Com isso, os estudos sobre condições de vida e saúde no meio rural amazônico tiveram como ponto de partida a percepção de uma região homogênea, caracterizada pela abundância de recursos naturais imersos na floresta recortada por rios e igarapés, isolada e pouco habitada. No bojo desse processo de produção de sentidos e de discursos, sobre e da região amazônica, uma tônica sempre é recorrente: silenciar vozes e invisibilizar sujeitos sociais autóctones (índios, negros, ribeirinhos) e migrantes que adotaram a/ e da região como lugar de possibilidades de vida e de esperança. Santos e outros (2018) afirmam que:

[...] apesar de toda a riqueza natural da Amazônia, a sua população, composta por cerca de 27,5 milhões de pessoas (IBGE, 2018a), convive com uma baixa qualidade de vida, expressa em indicadores sociais e econômicos inferiores ao restante do Brasil. Isso porque o modelo de desenvolvimento da região tem sido marcado pelo uso predatório dos recursos naturais, desmatamento ilegal, conflitos sociais e subdesenvolvimento econômico. Além disso, a Amazônia sofre com uma presença insuficiente de serviços públicos, principalmente na zona rural, e uma infraestrutura precária (SANTOS *et al.*, 2018, p. 11).

Portanto, sem alterar o padrão de desenvolvimento e o metabolismo social, reestabelecendo novas modalidades na relação sociedade e natureza, interferindo na lógica de crescimento econômico que a Amazônia alcançou nos últimos 50 anos, torna-se cada vez mais complexo modificar as condições de vida e saúde impostos à maioria dos seus habitantes que vive no campo e nas cidades que se formaram. Assim, sem alterar as formas de *colonialidade do ser e do poder*¹⁵, torna-se impossível romper com a lógica econômica do capitalismo de fronteira, predatória e excludente.

2.2 PESQUISA QUALITATIVA DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA E NÃO EXTRATIVISTA

A saúde coletiva se constitui como uma disciplina inter e transdisciplinar, estabelecendo diálogos em várias áreas do conhecimento (ciências da vida, ciências da natureza, ciências sociais, ciências ambientais). Analisar e interpretar dados nesse campo

¹⁵ Expressão cunhada por Quijano (2005) para designar a forma de acumulação capitalista exercida pelas economias mais ricas sobre os territórios e nações da periferia e da semi-periferia do capital, estabelecendo um 'sistema-mundo' hierarquizado em estamentos fundados no valor da produção capitalista. (WALLERSTEIN, 2000).

pressupõe considerar “[...] que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço, de forma particular e diferente de outras”. (MINAYO, 2007, p. 12).

Enquanto experiência de vida, o pesquisador desta tese, conhece o Assentamento Palmares II desde o início dos anos 2000, quando em contato com algumas lideranças e membros do MST na região do sudeste paraense. Naquele período era colaborador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade da igreja católica, que estabelecia relações com movimentos e lideranças do meio rural amazônico. Totô, Tito, Soraia, Jorginho, Geny, Padre e Gonzaga, são algumas lideranças que teve e mantém conversas e diálogos sobre as organizações camponesas e as condições de vida no campo. Neste âmbito, o *locus* da pesquisa é um território de conhecimento do pesquisador, o que possibilita acesso a informações essenciais típicas das lutas camponesas e as evidências refletidas nesta tese são resultantes da vivência em campo, por meio de observações etnográficas, rodas de conversas e entrevistas em profundidade; revisão da literatura e pesquisa exploratória em documentos do MST, Órgãos Oficiais ligados às questões agrária e fundiária e fontes da área da saúde e outras instituições de pesquisa com estudos realizados de forma científica. A experiência do pesquisador junto ao território e aos movimentos sociais corroborou, portanto, para qualificar os dados colhidos e evidenciar experiência de referência nessa coleta de informações.

Em que pese as tensões, contradições mas também riquezas metodológicas na produção de conhecimentos quando o pesquisador possui um viés militante e de articulação com movimentos sociais é importante assinalar que há uma grande crítica na academia sobre os problemas de produzir ciência nesse contexto. As abordagens freireanas, da pesquisa-ação, da educação popular e mais recentemente das metodologias colaborativas não-extrativistas das epistemologias do Sul funcionam como uma resposta a esse tipo de crítica. O desafio é como articular a qualidade do conhecimento científico com a dignidade das pessoas e comunidades que lutam por transformação, e possuem também saberes e desejam participar das decisões sobre seu presente e futuro. Esse é o sentido de processos emancipatórios que articulam ciência e outros saberes, nas epistemologias do Sul, pela ecologia de saberes e pelo diálogo/tradução intercultural.

A base metodológica utilizada para dialogar, organizar e interpretar os dados, atribuindo significados e significação foi de natureza qualitativa, com foco no estudo de caso, pois se parte do pressuposto de que o objeto de estudo se constrói em uma dinâmica que envolve história e cultura, presente e passado, em um processo dialético permanente.

Conforme destaca Yin (2010), o estudo de caso é uma estratégia metodológica que visa examinar acontecimentos contemporâneos contextuais, com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, porém acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: grupo de discussão ou grupos focais, rodas de conversas e uma série sistemática de entrevistas.

Para Yin (2010, p. 39) “[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Com isso, os estudos de casos têm a capacidade de trabalhar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações, afirma o autor. Corroborando com a abordagem de Yin, Rothman (1994) confirma que o estudo de caso é relevante para análise de fenômenos sociais complexos, permitindo que a investigação empírica mantenha características holísticas e importantes fatores da vida real.

A contextualização histórica e espacial do estudo de caso é realizada por meio da interação e cotejamento do caso específico com espaços mais amplos no qual está inserido. A contextualização permite entender o caso como resultante de um processo histórico mais amplo no qual aquele território particular se insere. Isso pode ser feito, por exemplo, através de análises entre o particular e o geral que possibilitam uma maior compreensão das proximidades e diferenças daquele território (assentamento Palmares II) com outras escalas socioespaciais, como a estadual (Estado do Pará), regional (Amazônia), nacional (Brasil) e continente (América Latina). Para isso podem ser usados mapas, séries históricas e produções teóricas que nos informam sobre aquele espaço em múltiplas escalas e seus vários fenômenos relacionados, por exemplo, economia, população, saúde e meio ambiente.

É importante ressaltar outro elemento da metodologia adotada. Trata-se da identidade entre *sujeito e objeto* (MINAYO, 2007). Como a pesquisa versa sobre populações camponesas assentadas, ou seja, sujeitos sociais e históricos que desempenham papel de protagonistas na transformação social, fato que o pesquisador esteja imbricado e comprometido com suas causas sendo importante para a contextualização, aprofundamento das análises para a construção de alternativas de transformação. Isso, no entanto, não deveria deixar de questionar, refletir e revelar novos significados, problematizando o espaço em construção dialógica. Nesse aspecto, as contribuições de Paulo Freire são fundamentais para a compreensão da dimensão humanística que a comunicação dialógica pode proporcionar. Para

ele, “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade, por meio de interações e sociabilidades” (FREIRE, 1983, p.28).

A pesquisa qualitativa realizada de forma colaborativa e não extrativista é um trabalho artesanal e cuidadoso, atentos a todas as formas de conhecimento manifestadas no decorrer do levantamento dos dados em campo. Sem prescindir da criatividade, se realiza por meio de pressupostos assentados em conceitos, proposições, hipóteses e técnicas, dialogadas permanentemente com os atores sociais (SANTOS, 2010).

As reflexões teórico-metodológicas devem possibilitar a produção compartilhada de conhecimentos por meio de comunidades ampliadas de pesquisa-ação sobre as realidades dos territórios onde se atua (PORTO *et al.*, 2016). Como destacam esses autores, tal processo se justifica pela necessidade de:

[...] o foco de análise serem os problemas de saúde rural e ambiental, bem como de políticas públicas relevantes, tendo por referência a determinação social da saúde, conectando problemas de saúde, condições de vida, trabalho, meio ambiente, cidadania e direitos humanos, ou seja, dimensões sanitárias, ambientais, políticas e culturais relacionadas às desigualdades sociais, aos déficits de democracia e às assimetrias de poder que marcam tais territórios. Em outras palavras, a construção coletiva de uma ética das prioridades e da ação prática por meio de processos participativos de produção, circulação e apropriação de informações e conhecimentos do e no lugar...” (PORTO *et al.*, 2016, p.1749).

O território, *lócus* do objeto de estudo, tem uma história de luta e resistência. Os atores sociais que ali vivem são portadores de práticas e saberes que corroboram no processo de resistência e na constituição das relações sociais que produzem transformações. Não cabe, portanto, uma produção de conhecimento baseada no extrativismo autoritário de pesquisas pretensamente neutras, descomprometidas com os sujeitos sociais.

Favret-Saada (1977) afirma que a pesquisa suscita muitos afetos ligados à sua história pessoal, às opções éticas e políticas, ou relacionados com as ciências humanas, como campo de saber. Os afetos são suscitados ou revelados em uma experiência vivida da alteridade, seja no trabalho de campo, seja por outros meios. Aceitar ocupar o lugar e ser afetado por ele, abre uma comunicação específica, dialógica e comprometida, confirma a autora.

Em outra perspectiva, Bourdieu (2010), em suas análises sobre objetivação participante, salienta que, sem dúvida o exercício mais difícil que existe na pesquisa refere-se às rupturas das “aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente

aquelas que, muitas vezes, constituem o interesse do próprio objeto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objeto que ele procura conhecer” (BOURDIEU, 2010, p. 51).

Na verdade, essa vivência de trabalho de pesquisa de campo no Palmares II suscitou afetos, encontros e reencontros, com gente que faz a luta no meio rural amazônico. Trabalhadores e trabalhadoras simples, mulheres e homens com uma experiência histórica de vida, marcada pelo sofrimento, angústia, sonhos e conquistas. O dia a dia com esses atores sociais, indo para roça, observando a ordenha, acompanhando as reuniões dos grupos de trabalho do movimento, as festas, o futebol, enfim, convivendo com o ser e o fazer da vida no campo, corroborou na compreensão das questões que orientaram a pesquisa, intercambiando colaboração, afeto, diálogo e a objetividade da pesquisa científica.

A experiência do trabalho de campo realizado no Assentamento Palmares II, em quarenta e cinco dias, divididos em três momentos – novembro e dezembro/2019 (10 dias); janeiro/2020 (20 dias) fevereiro/2020 (05 dias) – diferente de um trabalho em laboratório e/ou na solidão do escritório, foi uma vivência etnográfica, mais do que ato científico bibliográfico, por exemplo. Como bem assinalou o antropólogo Carlos Brandão (2007), o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, seja em comunidades rurais junto a populações tradicionais e/ou em comunidades urbanas.

A pesquisa foi organizada a partir da lógica interna de funcionamento estrutural do assentamento (área da Agrovila e Entorno, vicinal do Limão, vicinal do Rio Novo e vicinal das Três Voltas). Essa estrutura organizativa leva em conta as vias de acesso e a lógica organizativa do MST. Com isso, as vinte entrevistas realizadas por meio de instrumento de pesquisa (questionários com questões semi-estruturadas, ver anexos ao final da tese) foram distribuídas nesse espaço, sendo que a maioria delas foi realizada nas proximidades da agrovila, regional do Limão e do Rio Novo, sendo que a amostra da região das Três Voltas foi menor, o que, no entanto, não desqualificou os dados pelo conhecimento interno das lideranças do movimento que atuam no Assentamento Palmares II. É evidente que as entrevistas não se limitaram apenas aos instrumentos de pesquisas, questões novas emergiram e foram registradas pelo pesquisador por meio de gravações e anotações no diário de campo.

É importante destacar que as entrevistas foram realizadas nos lotes rurais dos participantes da pesquisa. A marca em todas as inquirições realizadas foi o café,

acompanhado de tapioca (beiju), leite e frutas e em alguns casos almoço e/ou janta, que ao pesquisador passou a narrativa de que aquelas pessoas queriam demonstrar que as condições de vida e saúde de sua família estavam melhores do que abordaram durante os diálogos, nos tempos de vida de peão de fazenda e/o de garimpeiro. Na observação realizada durante o estudo, verificou-se que os assentados mais antigos que participaram como colaboradores ressignificaram suas histórias a partir do presente, isto é, das condições de vida atuais, oferecendo ao pesquisador elementos para construção de um ponto de vista analítico sobre a vida no meio rural, a partir da experiência do Assentamento Palmares II. A efetivação da pesquisa no meio em que os assentados vivem, junto a tudo que construíram nos últimos 25 anos, valoriza as narrativas que são acompanhadas de risos e movimentos corporais que indicam um estado de felicidade de ter um lugar digno para viver e se reproduzir. Foi significativo, em vários momentos durante a pesquisa, o interesse de assentados em mostrarem os seus lotes e tudo que conquistaram, passando a ideia de agradecimento e de orgulho da luta coletiva que enfrentaram e sob certas condições foram vitoriosos.

Em um contexto em que a modernidade invisibiliza esses atores sociais subalternizados, torna-se indispensável apresentar reflexões e análises que corroborem para demonstrar a importância histórica do campesinato, com base de produção familiar, na formação econômica do meio rural brasileiro, com destaque para a produção de alimentos, geração de emprego e renda, e melhores condições de vida¹⁶.

As rodas de conversas (ver anexo) foram realizadas na região da Agrovila e entorno Limão e do Rio Novo. Cada momento reuniu em torno de dez membros da referida área, com a presença de lideranças do MST e os assentados mais antigos, incluindo homens, mulheres e jovens. As questões suscitadas também foram registradas em anotações no diário de campo. As rodas de conversa foram acompanhadas de comida farta, cantos da terra e muita alegria. Para os que participaram desse momento, houve uma clara expressão gestual de felicidade de contar a história de sua luta e organização social.

¹⁶ A agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos para os brasileiros. Ela se destaca pela produção de diversos gêneros alimentares, como milho, mandioca, feijão, arroz entre outros. Diferente da monocultura, baseada em commodities, os pequenos agricultores produzem alimentos variados, com respeito ao solo e ao ecossistema. São mulheres e homens que tem à terra como sua principal fonte de sustento (cf. PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. 1 e-book). O censo agropecuário de 2017 do IBGE indica ainda que a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários.

Ainda foram anotados comportamentos e práticas dos camponeses, observados durante o período que estive no assentamento, tanto nas atividades organizativas do Palmares II, como também nas festas culturais e entretenimentos. O dia a dia, em afazeres e no trabalho no lote, demonstrou o significado e importância da terra para os camponeses, o jeito de cuidar da roça, dos animais de criação e a preocupação com os rios e a mata. As refeições fartas, com frutas, hortaliças, carnes e leites evidenciam, que por onde andei naquelas terras, as condições de vida e saúde estão melhores do que a vida de outrora. Dado importante também observado foi a ausência de jovens nos lotes, questão que desenvolverei nas considerações finais da tese.

É importante salientar que os conflitos e a violência na região diminuíram se considerarmos o período recente de maior efervescência das lutas camponesas - início dos anos 1990 até meados dos anos 2000. No entanto, não cessaram em função do avanço das forças políticas e econômicas conservadoras, que continuam a ameaçar, intimidar e assassinar camponeses na região. Ainda há notificações de perseguições e ameaças, dentro e fora do assentamento pela diversidade de pessoas e grupos que atuam na região e que transitam no assentamento e pelas redondezas. Como se trata de território em permanente disputa, as pessoas entrevistadas não serão identificadas pelo seu nome, mas o chamarei aqui nessa tese, reportando-me aos países da América Latina e Caribe (cubano, colombiano, peruano, paraguaio, uruguaio, boliviano, chileno, entre outros), seguindo essa lógica e resguardando a qualificação de gênero.

Com isso, a pesquisa de natureza qualitativa, buscando métodos e práticas não extrativista, se desenvolveu considerando como válida a dimensão de conhecer “com” e não “sobre”, valorizando e dialogando com os sujeitos sociais da pesquisa. A referida práxis pressupõe valorizar processos comunicacionais e diálogos em que as questões, respostas e explicações encontradas para um dado problema de pesquisa são construídas coletivamente, valorizando as contribuições e as informações descobertas no contexto construtivo e dinâmico.

Desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos e seu grupo de pesquisa no âmbito das chamadas epistemologias do Sul, em estreita relação com conceitos como linha abissal, pensamento pós-abissal, ecologia dos saberes, tradução intercultural e artesanias das práticas, as metodologias não extrativistas se materializam na defesa de formas alternativas de produção de conhecimento, valorizando o protagonismo dos atores, sujeitos dos processos sociais. “Sua relação com a comunicação, entendida não apenas como um campo de

conhecimentos e práticas, mas também como um componente irredutível dos possíveis encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.4).

Conforme assinala Howard Becker (1993), é fundamental a compreensão sociológica da relação entre pesquisadores e sujeitos potenciais de estudo, de modo a possibilitar a elaboração de métodos analiticamente apropriados para garantir acesso aos grupos em estudo, na perspectiva de intercambiar conhecimentos, valorizando o protagonismo dos agentes da pesquisa.

Por conseguinte, a primeira fase da pesquisa foi exploratória, e se constituiu na organização do projeto de pesquisa, definição metodológica e teórica, bem como levantamento de materiais bibliográficos e documental sobre o problema de pesquisa. Nessa fase, definiu-se o objeto e o campo teórico-metodológico de investigação, considerando as questões e as hipóteses apresentadas, e teve seu ciclo encerrado na defesa do projeto de qualificação.

A segunda fase foi o trabalho de campo realizado no Assentamento Palmares II em três fases já mencionadas anteriormente. Essa foi composta de entrevistas com questionários semi-estruturados junto aos assentados, lideranças de organizações que atuam no território, bem como três rodas de conversas nas vicinais do Limão, Três Voltas e Rio Novo; e grupos de discussão (anexos 1 a 4). Na terceira etapa de análise e tratamento do material empírico e documental, os dados foram ordenados, classificados e analisados conforme a lógica interna do grupo de assentados. As entrevistas foram transcritas e analisadas.

De acordo com Minayo e Sanches (1993), há vários métodos e técnicas de análise do material qualitativo. No entanto, o uso superficial e a simples transcrição do que se ouve e ver nas incursões de campo, pode torná-los ineficiente e incapaz de encontrar respostas e significados para o problema da pesquisa. Tal perspectiva pode acontecer também nos métodos e técnicas quantitativas, quando o investigador pode incidir em erros nas análises matemáticas e espaciais. Segundo Granger (1982 apud MINAYO E SANCHES, 1993) um verdadeiro modelo qualitativo “descreve, compreende e explica”, trabalhando exatamente nesta ordem.

Com isso, a análise dos dados leva também em consideração a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016) que estabelece a pré-análise (1ª. etapa); exploração do material (2ª. etapa); tratamento dos dados, inferências e a interpretação (3ª. etapa). As técnicas e

procedimentos específicos que compõe a presente tese serão ainda detalhados em cada artigo que compõe a presente investigação.

A tese foi organizada da seguinte forma: a presente introdução, em que há apresentação da problemática da pesquisa, reflexões teóricas metodológicas e o lugar de fala; quatro artigos, que discutem o objeto e os objetivos da tese; considerações finais que apresenta conclusões da pesquisa e faz apontamentos sobre novas perspectivas de estudo, limites e desafios da luta pelo acesso à terra e melhores condições de vida e saúde. Essa estrutura de tese está prevista no Regimento Interno da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública da ENSP, no Capítulo VI - Seção V, Art. 96, Item II, que admite como trabalho de conclusão final do Doutorado em Saúde Pública, o trabalho em formato de artigos científicos. Assim se delimita o referido Item:

A tese no formato de artigos científicos publicados ou aceitos para publicação em revistas científicas, preparados ao longo do curso de doutorado, devendo ser o doutorando o primeiro autor, sendo aceitas duas formas: a) pelo menos um artigo publicado ou aceito para publicação em revista de circulação internacional e amplamente indexada, além de dois artigos formatados para serem enviados para publicação em revistas científicas; b) pelo menos dois artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e amplamente indexadas (ENSP. REGIMENTO INTERNO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SAÚDE PÚBLICA. RIO DE JANEIRO, 2019, p. 38).

Desta feita, a tese adotando o formato de artigos, elaborados a partir dos resultados obtidos por meio da investigação do objeto principal da pesquisa e dos objetivos específicos propostos intrinsecamente articulados, levou de maneira inevitável que os artigos-capítulos redundassem em alguns aspectos fundamentais e posteriormente seguissem para aspectos singulares. Na leitura dos referidos artigos serão notadas repetições de informações em comum, posto que os meios utilizados para tal foram considerados essenciais para a compreensão do conjunto da investigação.

Para que se relacionem diretamente os autores aos artigos em que são citados, as referências bibliográficas da tese serão vinculadas a seus respectivos capítulos. E para que se tenha uma visão do conjunto bibliográfico, a lista geral da tese acompanhará o final do texto como indica os parâmetros metodológicos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O primeiro artigo versa sobre: *Condições de vida e promoção emancipatória da saúde no acesso à terra no Assentamento Palmares II*. Este artigo problematiza as condições de vida

e a promoção emancipatória da saúde, a partir dos referenciais sobre a luta pelo acesso à terra no sudeste paraense, protagonizada por migrantes sem terra e articulada junto às variadas organizações, dentre elas: MST e a CPT. O segundo artigo aborda: Experiências históricas - narrativas de vida e das lutas coletivas na Palmares II. Este artigo reflete sobre as transformações nas condições de vida e saúde das famílias assentadas na Palmares II, a partir das narrativas sobre suas trajetórias e experiências de vida, à luz das teorias sobre experiências históricas. O terceiro artigo aborda a correlação entre o garimpo de Serra Pelada e o acesso à terra na região da rodovia PA 275, marcada pelo conflito, violência e precárias condições de vida e saúde. Com o título: *Do sonho de Serra Pelada, ao acesso à terra na Palmares II - Signos da violência e narrativas de melhores condições de vida*. O quarto artigo - Comunicação Dialógica e Comunidade Gerativa: O Papel da Rádio Comunitária na Construção da Resistência no Assentamento Palmares II pretende problematizar a importância da comunicação dialógica e os veículos de comunicação alternativos como potência colaborativa das lutas sociais camponesas. Este artigo vincula-se também a minha formação acadêmica em Comunicação Social e às perspectivas de inauguração de um programa de mestrado em comunicação e desenvolvimento, vinculado à Faculdade de Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Unifesspa.

Nas considerações finais discute-se a luta pelo acesso à terra e por melhores condições de vida e saúde no Palmares II: limites, desafios e possibilidades 25 anos depois. Pretende-se atualizar os elementos constitutivos da luta pela terra e por melhores condições de vida e saúde no sudeste paraense, tendo como referência o Palmares II, assentamento impactado pela mineração e com imigração de novas famílias do Maranhão e região em busca de trabalho e melhores condições de vida. Visa ainda compreender as novas dinâmicas do MST e dos diversos grupos no Assentamento. Nesse momento, será também considerado oportuno o diálogo com o campo conceitual da ecologia dos saberes, dialogia e processos de libertação e transformação sociais, buscando elementos nas análises de Boaventura Santos (2010), José de S. Martins (1996), Paulo Freire (1983) e Marcelo Porto (2016). Tais abordagens foram centrais para a metodologia qualitativa adotada, que incluiu entrevistas com questões semiabertas e rodas de conversas, instrumentos adotados no levantamento de campo. Os trabalhos realizados no Assentamento Palmares II já mencionados foram fundamentais para a tese, bem como as obras já citadas sobre o campesinato no sudeste paraense e Amazônia.

Considerando as orientações sobre a ética em pesquisa, estabelecidas pela Fiocruz, poder-se-ia afirmar que a pesquisa foi construída a partir dos quatro princípios: “autonomia” (o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos que de alguma forma participam da pesquisa); “beneficência” (o compromisso do pesquisador em refletir sobre suas ações e estratégias, sempre considerando os procedimentos que tragam o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos aos sujeitos da pesquisa); “não-maleficência” (a garantia de que danos previsíveis serão evitados); e “justiça e equidade” (a relevância social da pesquisa contida na premissa de que ela deve trazer contribuições significativas para os sujeitos envolvidos, minimizando possíveis ônus). A relação que se estabeleceu entre o observador e o observado foi de natureza social e política, fruto de reflexão permanente, pois nossas convicções e valores, vinculam-se às experiências, convicções e inserções sociais como pesquisador, estando implicadas no processo de construção do conhecimento (RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, FIOCRUZ).

2.3 O LUGAR DE FALA: EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS CORROBORAM NA ABORDAGEM DO OBJETO

Para completar esta introdução, considero importante me apresentar enquanto sujeito da tese. Desde o final dos anos 1980, no auge da minha vida juvenil, quando comecei a leitura de obras da Teologia da Libertação, escritas pelos irmãos Clodovis Boff¹⁷ e Leonardo Boff¹⁸, bem como minha inserção na Pastoral da Juventude e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), percebi a importância das lutas sociais; pelos direitos humanos e por melhores condições de vida.

Foram nos espaços das CEBs e da Pastoral da Juventude, em rodas de conversas, em círculos bíblicos, nos encontros de fé e política, nas romarias da terra, no sindicato dos trabalhadores rurais que despertei à consciência para construção de uma sociedade solidária e

¹⁷ Frade da Ordem dos Servos de Maria. Licenciado em Filosofia, doutorado em Teologia pela Universidade de Lovaina (Bélgica), com a tese “Teologia e prática”, sobre a metodologia da “Teologia da libertação” (1976). Atualmente é professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus de Curitiba (PR).

¹⁸ Teólogo, escritor, filósofo e professor universitário brasileiro. Boff é expoente da teologia da libertação no Brasil e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos. Foi membro da Ordem dos Frades Menores (franciscanos) e atualmente é professor emérito de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu trabalho atual está relacionado principalmente às questões ambientais.

fraterna, observando no mundo da vida, as profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas.

A formação de técnico em Magistério, no colégio da Igreja Católica, me possibilitou os primeiros contatos com as obras de Paulo Freire, sendo a mais marcante, a “Pedagogia do Oprimido”, que dialogava com os estudos que fazíamos sobre a Teologia da Libertação e os documentos da Igreja Católica na América Latina, elaborados pelos bispos, em Medellín, Colômbia¹⁹ e Puebla, México²⁰. Esses documentos, seguindo as perspectivas do Concílio Vaticano II²¹, estabeleceram a opção preferencial pelos pobres, no processo de evangelização e missão.

Dois experiências que fazem parte de minha vivência com a luta camponesa por melhores condições de vida foram: os conflitos que ocorreram em Baião, no Pará, em uma localidade chamada de Anilzinho, que originou a primeira lei de terras, feita por posseiros coletores e extrativistas de castanhas e frutos. De maneira geral, os eventos que aconteceram na referida localidade, referem-se às disputas entre comerciantes portugueses e ribeirinhos camponeses. Conflitos como este foram abordados por Hébette (2004) e por Velho (1972) em suas análises sobre a fronteira amazônica. Em Anilzinho, além das visitas realizadas naquele período, estive no VII Encontro do Anilzinho, realizado pela Prelazia de Cametá, em 1987.

A segunda narrativa que experimentei foi a Romaria da Terra e o 10º Encontro Anilzinho, realizados em Tuerê²², a cerca de 200 km da rodovia Transamazônica, no município de Pacajá, sudeste paraense, à época o maior assentamento rural da América Latina, com cerca de cinco mil famílias, colocadas pelo INCRA na região, sendo que a

¹⁹ A Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín (1968), poucos anos após a clausura do Concílio Vaticano II, significou esforço de traduzir a novidade do Concílio para a realidade do subcontinente. Ao olhar para a realidade que os circundava e buscar no evangelho respostas para os desafios dessa realidade, os bispos se encontraram com uma região que passava por profundas mudanças, mas ainda era marcada pelo flagelo da desigualdade social: o modelo colonial não tinha sido superado, e a grande maioria da população se via subjugada por aqueles que detinham o poder político, econômico e cultural. Medellín assume a opção preferencial pelos pobres no processo de evangelização.

²⁰ Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que realizou-se em Puebla de los Angeles no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Puebla teve como preocupação básica: o que é evangelizar, hoje e amanhã, na América Latina? A missão fundamental da Igreja é evangelizar, hoje, aqui, de olhos abertos para o futuro.

²¹ O Concílio Vaticano II foi convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal "Humana e Salutis", pelo Papa João XXIII. Este mesmo Papa inaugurou-o, no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, foi realizado em 4 sessões, terminando no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século 20 e teve o objetivo de modernizar a Igreja.

²² Hoje Tuerê pertence ao município de Novo Repartimento, criado dois meses após a realização do evento da Prelazia de Cametá em conjunto com o STR, pela Lei 5.702, de 13 de dezembro de 1991. Foi desmembrado dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Pacajá.

maioria não possuía o título da terra e viviam de três a quatro famílias no mesmo lote, sem infraestrutura, saúde e educação, em precárias condições de vida e saúde, conforme descreve o relatório do 10º Encontro Anilzinho. De 24 a 27 de outubro de 1991, aconteceram nos barracões de Tuerê, no meio da floresta amazônica, debates sobre a luta pela terra, violência contra camponeses, direitos humanos e várias romarias organizadas pela Igreja Católica (Prelazia de Cametá e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais). Cerca de 1.200 camponeses experimentaram luta coletiva, fé e o sentido do acesso à terra, para alterar suas condições de vida. Momentos marcados por ameaças e pressões da pistolagem e jagunços que atuavam na região. Tratava-se, então, de um conflito entre camponeses migrantes sem terra e o latifúndio improdutivo comandado pelas empresas rurais que se apossaram de terras no período da ditadura civil-militar. Pereira (2015); Hébette; Velho (1972); Musumeci (1988); Martins (1996) discorrem e exemplificam questões similares que ocorreram na Amazônia, especialmente no sul e sudeste do Pará.

O relato dessas duas experiências é significativo na minha vida, pela sua importância histórica nas narrativas sobre o acesso à terra, pelo campesinato na Amazônia, alterando condições de vida, em um contexto de subordinação, colonialidade, conflitos, violência e mortes, característica marcantes da fronteira.

No bojo desse processo estava a construção da Hidroelétrica de Tucuruí, que como parte do Programa Grande Carajás (PGC), obra estratégica do desenvolvimento exógeno pensado para a região, corroborou com a grilagem e expropriação da terra, aumento dos conflitos e as precárias condições de vida de ribeirinhos, indígenas e camponeses.

Em 1976, com o início da construção da Hidroelétrica de Tucuruí e a abertura de estradas, aliadas com a proposta do governo civil-militar de ocupação da Amazônia, promovendo uma disputa por terras, à jusante e montante do rio Tocantins, milhares de famílias de posseiros, arrendatárias de terra foram expulsas e as terras vendidas e/ou apropriadas por meio da grilagem²³. Terras de quilombos e de povos indígenas foram invadidas, conflitos se aprofundaram na região e a violência caracterizou as disputas por território que se estabeleceram.

Neste contexto, a Igreja Católica teve papel atuante, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de suas Pastorais Sociais, especialmente a Comissão Pastoral da

²³ Cf. TRECCANI, G. D. Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, Iterpa, 2001.

Terra (CPT) que possibilitou à formação de lideranças e apoio as organizações sociais que surgiram. Desta feita, a Igreja Católica, sob a égide do ideário da Teologia da Libertação e das decisões do Concílio Vaticano II e dos documentos latino-americanos (Medellin e Puebla), se fortaleceu quanto à luta em defesa da vida e dos territórios dos camponeses, quilombolas e povos indígenas, atingidos pelos projetos de desenvolvimento patrocinados pelo governo civil-militar.

Com isso, minha experiência histórica em movimentos de resistências de grupos e povos marginalizados está vinculada à matriz da Teologia da Libertação, por meio da práxis na CEBs e nas pastorais sociais da Igreja Católica. Conheci e vivi as lutas realizadas pelos ribeirinhos e posseiros do rio Tocantins e experimentei, em menor proporção, pelas distâncias que se impunham a luta dos camponeses na fronteira da transamazônica. Vidas distintas e marcadas pela subalternização, o que estabeleceu diversas estratégias de luta pela alteração das precárias condições de vida.

Em 1994, saí de Cametá (município localizado às margens do rio Tocantins) e mudei-me para Belém do Pará, em busca de qualificação e trabalho. Foi nesse período que trabalhei como Secretário Adjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Regional Norte 2 (Pará e Amapá), Pastoral da Juventude, Pastoral da Comunicação e depois na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na CPT conheci o sul e o sudeste do Pará, seus problemas, desafios e seu povo, e pude continuar atuando junto aos assentamentos rurais que se constituíam e no apoio aos movimentos sociais camponeses, como o MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Atingidos por Barragem e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

Esses espaços consolidaram ainda mais meu compromisso com os povos das florestas, das águas e dos campos. Em 1995, conheci lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e me dediquei a leituras sobre o papel político deste movimento e de suas estratégias de atuação, baseadas no trabalho de base, mobilização e articulação política para possibilitar o acesso à terra, alterando as condições de vida dos acampados.

A experiência acadêmica também foi importante. No curso de Comunicação Social e no mestrado em Sociologia aperfeiçoei e ampliei minha formação e compreensão sobre temas importantes como globalização, modernidade, economia, política e sociedade. O contato com a teoria crítica da Escola de Frankfurt, a partir de autores como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer na compreensão da dialética do esclarecimento; Jürgen Habermas, na análise da

ação comunicação e esfera pública; Raymond Henry Williams sobre a cultura popular, infraestrutura e superestrutura; e Walter Benjamin sobre experiência e narrativas, entre outros.

A aprovação em concurso público para atuar como professor do magistério superior no ICSA/UNIFESSPA, e a conseqüente tarefa de coordenar a criação do curso de jornalismo possibilitou dar continuidade ao meu engajamento social. Desta feita, com maior aporte acadêmico, atuando em uma Universidade Pública comprometida com as questões centrais para pensar o desenvolvimento, tais como migração, campesinato, território, luta pela terra, estrutura agrária e fundiária, grandes projetos e povos indígenas. Nessa trajetória recente busquei articular o meu compromisso pela transformação social com a produção acadêmica.

A leitura de obras de José de Souza Martins (1996), Jean Hébert (2004), Otávio Velho (1972), Leonarda Musumeci (1988), Violeta Loureiro (1996), Francisco de Assis da Costa (2012), Bertha Becker (2005), Bernardo Mançano (2000), Florestan Fernandes (1975), Caio Prado Júnior (1981), Alfredo Wagner de Almeida (2010), Edna Castro (2017), entre outros, colaboraram para a compreensão sobre a Amazônia e desenvolvimento. Elaborei a minha dissertação de mestrado, problematizando os conflitos e a violência na Terra do Meio, no município de São Félix do Xingu, no sudoeste do estado paraense, além de apresentar discussões sobre a questão fundiária na Amazônia.

Tentando romper com os estudos que abordam os assentamentos rurais como experiências negativas no Brasil, Leite e outros (2004), em um trabalho de referência, por meio de uma pesquisa robusta (eles analisaram assentamentos em seis diferentes regiões do Brasil, vistas por eles como *manchas* da reforma agrária, por concentrarem um número elevado dessas experiências. São elas: o Sudeste do Pará; o Entorno do Distrito Federal; o Sertão do Ceará; a Zona Canavieira do Nordeste; o Sul da Bahia; e o Oeste de Santa Catarina), os autores apresentaram resultados animadores, mostrando que apesar dos problemas presentes no mundo rural brasileiro, os assentamentos rurais ainda assim são experiências positivas, que melhoraram significativamente as condições de vida dos seus beneficiários e dinamizaram economicamente, politicamente e socialmente as regiões onde eles foram inseridos. A obra apresenta resultados positivos e potenciais que qualificam e retomam o debate sobre a reforma agrária de forma vigorosa, destacando as suas potencialidades e a necessidade de se redefinir as políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro.

A decisão de problematizar as condições de vida no Assentamento Palmares II se inscreve nessa história de comprometimento social com os povos do campo, das águas e da floresta, bem como na busca em encontrar evidências, ou não, de que as condições de vida melhoram com a posse da terra.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL:

Compreender em que medida o acesso à terra tem possibilitado melhorias nas condições de vida e saúde de famílias migrantes sem terra do meio rural amazônico, tomando como caso o Assentamento Palmares II, município de Parauapebas, sudeste paraense.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. descrever a relação entre a luta pela terra e a espacialização dos assentamentos rurais do MST no sudeste paraense, enfocando promoção emancipatória da saúde;
2. caracterizar as transformações nas condições de vida e saúde das famílias assentadas na Palmares II, a partir das narrativas sobre suas trajetórias e experiências de vida;
3. examinar estratégias da promoção emancipatória da saúde presentes no Assentamento Palmares II, considerando as redes de cooperação, comunicação, solidariedade e saberes construídas durante o processo de ocupação e fixação das famílias;
4. conhecer os limites e desafios atuais no Assentamento Palmares II, diante das políticas públicas recentes e possíveis impactos nas condições de vida e saúde das famílias.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 173f. 2016.
- ALHO, Cleber J. R. Importância da biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica. **Rev. Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et. al (orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.
- APROCPAR. **Relatório do encontro regional de avaliação dos 25 anos da Palmares II.** Parauapebas: Fevereiro de 2019.
- ARREAZA, Antônio L. V. Epidemiologia crítica: por uma práxis teórica do saber agir. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1.001-1.013, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000400022.
- BARBOSA, Marcelo Bruno Ribeiro. **Assentamento Palmares II: perspectivas para a reforma agrária na Amazônia em meio ao avanço dos agro-minero-negócios.** Dissertação de Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 297 f. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, Bertha K. A Geopolítica da Amazônia. **Estud. Av.** v. 19, n.53, jan./abr. 2005.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007.
- BREILH J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- BREILH J. **Uma perspectiva emancipadora da pesquisa e da ação baseadas na determinação social da saúde.** Cidade do México Universidade Autônoma do México, 2008. Disponível em: <http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf>, Acesso em 16 mar. 2019.

BRELAZ, Walmir Moura. **Os sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana**. Montevideo: Ventara SA, 2015.

BRINGEL, F. de O. Fronteiras agrárias intermitentes e processo de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará. 2015. **Tese de Doutorado em Geografia**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974>. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Rumos, trechos e borocas: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no sudeste do Pará. 2006. **Dissertação (Mestrado em Agrícoltas Amazônicas)** – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, 2006.

BRITO-FILHO, G. Consequências Ambientais e na Saúde No Processo de Disputa De Modelos Agrícolas: O caso do Assentamento Palmares II- Se do Pará. 2016. Dissertação de **Mestrado em Saúde Pública**. ENP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, J.M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In*: Avelar, Cintra A. O (org.). **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: Ed. UNESP, 2004.

CASTELLANOS, Pedro Luis. Epidemiologia, saúde pública, situações de saúde e condições de vida: considerações conceituais. *In*: BARATAS, Rita Barradas (org.). **Condições de vida e Situações de saúde**. Rio de Janeiro. Abrasco, 1997.

CASTELLANOS, Pedro Luis. **Sistemas Nacionales de Vigilancia de la Situación de Salud según Condiciones de Vida: y el Impacto de las Acciones de Salud y Bienestar**. Washington D.C: OPS/OMS, 1991.

CASTRO, Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

COLOMBIANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Rev. Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: Naea/UFPA, 2012.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: riscos e vulnerabilidades em um território não referenciado pela proteção social básica da política de assistência social. Prefeitura Municipal de Parauapebas - **Secretaria** Municipal de Assistência Social – SEMAS Coordenadoria da Vigilância Socioassistencial. Parauapebas-PA, 2019.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ENP/FIOCRUZ. **Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde Pública (PPG-SP/Ensp)**. Rio de Janeiro, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. As representações sociais em assentamentos de reforma agrária: algumas reflexões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Minas Gerais. **Anais, [...]**. Minas Gerais, 2005.

FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. v.12, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em:

FAVRET-SAADA, Jeanne. Os Afetos e a etnográfica (tradução Márcio Godman). In. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. *A delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/220579704/Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernardo-Mancano>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1975.

FIOCRUZ. **Resolução N°510, de 07 de Abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80 | 2008, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697>; DOI: 10.4000/rccs.697.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (1971-2011)*. Belém: EDUFPA, 2004 (Volume I).

IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. O que significou para a região e a quem beneficiou o Programa Grande Carajás 30 depois de sua implantação na região amazônica? Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/530505-o-que-significou-para-a-regiao-e-a-quem-beneficiou-o-programa-grande-carajas-30-depois-de-sua-implantacao-na-regiao-amazonica>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05 de agosto de 1992, p. 16.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 02 de junho de 1995.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de julho de 1995, p. 3, caderno 2.

LEITE, S. *et al.* (Coord.). **Impacto nos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília; São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: Ed. UNESP, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e conflito na Amazônia**. Belém: Ed. Cejup, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A Questão Fundiária na Amazônia. In: **Rev. Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia Brasileira II, São Paulo: IEA, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

MACHADO, Ricardo. Romaria como mito fundador da luta pela terra. A sacralização de mártires no Norte e Nordeste do Brasil. Entrevistado: Edimilson Rodrigues de Souza. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/596464-romaria-como-mito-fundador-da-luta-pela-terra-a-sacralizacao-de-martires-no-norte-e-nordeste-do-brasil-entrevista-especial-com-edimilson-rodrigues-de-souza>. Acesso em: 20 abr.2020.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 396-443, 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Social. USP**, São Paulo, v.8, n.1, p. 25-70, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Campina Grande – PB. **Anais [...]**. Campina Grande, PB, 2008.

MINAYIO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petropolis-RJ. Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 3, p. 239-262, jul./set, 1993.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu e TEIXEIRA, Sheila do Socorro Lima. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no Sudeste do Estado do Pará, Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1 e 2, p. 48–54, jan./dez. 2006.

MOREIRA, Edma Silva; PEREIRA, Airton dos Reis. Government and popular participation in the Brazilian Eastern Amazon Region. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**. v. 7, n. 4, Apr. 2020. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/government-and-popular-participation-in-the-brazilian-eastern-amazon-region/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MORENO, Glaucia de Sousa & GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, nº. 21 pp. 79-99 Jul./dez. 2012.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e utopia:** Thompson e a história. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da Terra Liberta:** colonização ‘espontânea’, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice: Anpocs, 1988.

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre:** Eldorado do Carajás, uma história da impunidade. Planeta Brasil: São Paulo, 2007.

PACAJÁ, TUERÊ. **Relatório.** In: ENCONTRO DE ANILZINHO. 10., 1991, Cametá (PA). Prelazia de Cametá (PA): [s. n], 1991.

PAIM, J.S e ALMEIDA Filho, N. Saúde coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra:** a luta pela terra no Sudeste do Pará. Recife: Ed. da UFPE, 2015.

PESSOA, Vanira Matos; ALMEIDA, Magda Moura; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, 42, Número Especial 1, p. 302-314, set. 2018.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019. 1 e-book

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, fev. 2016.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Crise ecológica, capitalismo e metabolismo social: reflexões para a transição civilizatória e paradigmática. *In: Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura*, 20. ed. Abr. 2017.

PORTO, M. S. F. *Et al.* Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(6):1474-1756, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro. Consequência, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. *In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-129. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROTHMAN, Franklin Daniel. O estudo de caso como método científico de pesquisa. *In. SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR*, 1., 1994, Viçosa. **Anais [...]**. Viçosa: UFV/Departamento de Economia Doméstica, 1996. p. 246-255. Tema: Economia familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-72

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal – das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos (CEBRAP)**, n. 73, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Daniel *et al.* **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira (IPS)**. Belém, PA: Imazon, 2018.

SANTOS, V. M. **A economia do sudeste paraense = fronteira de expansão na periferia brasileira.** Tese Doutorado, no programa de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 341p. 2011.

SCHÜTZ, Gabriel Eduardo *et al.* Sobre determinação socioecológica da saúde da ruralidade em Humaitá-AM, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4051-4060, 2014.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15, p. 1575-1584, 2010. Supl. 1

SILVA, Maria das Graças e. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set. 2015.

SILVA, S. de S. Contribuições acerca do tema classes subalternas em Gramsci. Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, 1.; jornada regional de estudos e pesquisas em nAntonio Gramsci, 7., 2016. Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação, 2016 –: Tema: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia.

SILVA, Idelma Santiago Da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988).** Dissertação de mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 181p. 2006.

SOUZA, Haroldo. **A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA.** Dissertação de mestrado - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. NAEA/UFPA. Belém, 174 f. 2010.

SUÁREZ JIMÉNEZ, J. S.; MÁRQUEZ, M. A. Los Proyectos Locales de Promoción de la Salud. Nuevos Escenarios para el Desarrollo de la Salud Pública. **Serie Desarrollo de La Representacion Ops/Oms**, Cuba, n. 19, 1995.

TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará.** Belém: UFPA, Iterpa, 2001.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

VIANA, Rosana Lima; FREITAS, Carlos Machado de; GIATTI, Leandro Luiz. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 25, n. 1, jan./mar. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the age of transition? a long-term view of the trajectory of the world-system. **International Sociology**, v. 15, p. 249-265, 2000.

YIN R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

4. Artigo: CONDIÇÕES DE VIDA E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE NO ACESSO À TERRA NO SUDESTE PARAENSE

LIVING CONDITIONS AND EMANCIPATORY HEALTH PROMOTION IN ACCESS TO LAND IN PARÁ, BRAZIL

Resumo: O artigo visa discutir as condições de vida e a promoção emancipatória da saúde a partir das evidências descritivas dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referências sobre a luta pelo acesso à terra no sudeste paraense, protagonizada por migrantes sem terra e articulada junto ao movimento camponês. Com isso, problematizou-se: em que medida o acesso à terra promoveu melhorias nas condições de vida aos migrantes sem terra no sudeste paraense? Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, a partir dos achados expressos em documentos e relatórios da CPT à luz das teorias pós-coloniais e da saúde coletiva. Apresenta uma discussão crítica sobre o modelo de desenvolvimento capitalista neoextrativista e o moderno sistema-mundo, fabricante de exclusão e subalternização, propondo alternativas epistemológicas e ontológicas, em articulação com as lutas sociais emancipatórias nos campos e nas cidades. Há evidências nos relatórios da CPT e nos dados oficiais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de que o acesso à terra na região analisada alterou as condições de vida e saúde de milhares de sem terra num contexto de elevados conflitos e violência no campo.

Palavras-chave: Condições de vida. Promoção emancipatória da saúde. Sudeste paraense.

Abstract: The study aims to discuss living conditions and emancipatory health promotion based on descriptive evidence from the reports of the Pastoral Land Commission, references on the struggle for access to land in southeastern Pará (Northern Brazil), led by landless migrants and articulated with the peasant movement. As a result, the question arose: to what extent did access to land promote improvements in the living conditions of landless migrants in southeastern Pará? It is a qualitative study, based on the findings expressed in documents and reports of the Pastoral Land Commission in the light of post-colonial theories and public health. It presents a critical discussion about the neo-extractive capitalist development model and the modern world-system, manufacturer of exclusion and subordination, proposing epistemological and ontological alternatives, in articulation with the emancipatory social struggles in the fields and in the cities. There is evidence in the reports of the Pastoral Land Commission and in the official data of the Colonization and Agrarian Reform Institute that access to land in the analyzed region has changed the living and health conditions of thousands of landless people in a context of high conflicts and violence in the countryside.

Keywords: life conditions; emancipatory health promotion; Pará.

4.1 INTRODUÇÃO

Nossas sociedades são complexas e inter-relacionadas. Assim a saúde não pode estar separada de outras metas e objetivos. As inextricáveis ligações entre a população e seu meio-ambiente constituem a base para uma abordagem socioecológica da saúde. O princípio geral orientador para o mundo, as nações, as regiões e até mesmo as comunidades é a necessidade de encorajar a ajuda recíproca – cada um a cuidar de si próprio, do outro, da comunidade e do meio-ambiente natural. A conservação dos recursos naturais do mundo deveria ser enfatizada como uma responsabilidade global. Mudar os modos de vida, de trabalho e de lazer tem um significativo impacto sobre a saúde. Trabalho e lazer deveriam ser fontes de saúde para as pessoas. A organização social do trabalho deveria contribuir para a constituição de uma sociedade mais saudável. A promoção da saúde gera condições de vida e trabalho seguras, estimulantes, satisfatórias e agradáveis. O acompanhamento sistemático do impacto que as mudanças no meio-ambiente produzem sobre a saúde – particularmente, nas áreas de tecnologia, trabalho, produção de energia e urbanização – é essencial e deve ser seguido de ações que assegurem benefícios positivos para a saúde da população. A proteção do meio-ambiente e a conservação dos recursos naturais devem fazer parte de qualquer estratégia de promoção da saúde (CARTA DE OTTAWA, 1986, p. 1).

As discussões promovidas na América Latina, especialmente no Brasil, sobre a medicina social e a práxis da saúde coletiva²⁴ são importantes referências de publicações e debates sobre as categorias condições de vida e promoção emancipatória da saúde. No bojo dessas reflexões que ocorrem durante os anos 1980, os debates sobre a chamada 'determinação social do processo de saúde-doença'²⁵ foram abordagens fundamentais para entender as desigualdades na saúde relacionadas à exploração econômica e do trabalho na região, sob o desenvolvimento capitalista periférico (PORTO, 2019).

Na parte oriental da Amazônia brasileira, a preocupação com a questão da saúde vem desde o início do século XX, de acordo com o paradigma da moderna saúde pública. A literatura se vincula mais à medicina tropical, aspectos epidemiológicos ou clínicos de doenças endêmicas, trabalhos multidisciplinares de determinada categoria de doenças e estudos de doenças em grupos populacionais específicos, enquanto as análises focalizam a

²⁴ Paim e Almeida Filho (1998) enfatiza que a 'saúde coletiva' é um campo do conhecimento que contribui para o estudo do fenômeno saúde-doença em populações enquanto processo social; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde (processo de trabalho) na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender, enfim, as formas pelas quais a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, buscando sua explicação e organizando-se para enfrentá-los.

²⁵ O campo da determinação social do processo saúde-doença se afirma por uma crítica ao modo de produção capitalista liberal, que transforma utilidades em valores de troca e mercadorias, produzindo iniquidades que deterioram as condições de vida e da saúde coletiva, enquanto que a discussão dos determinantes sociais em saúde, busca compreender os processos de governança e políticas de governo que atuam para minimizar os impactos e as consequências do modelo de organização da produção e do trabalho (BLEILH, 2011).

questão do meio ambiente e do desenvolvimento se limitam a abordagens disciplinares, em aspectos ecológicos, biológicos e sociais da região (CONFALONIERI, 2005; VIANA, FREITAS E GIATTI, 2016).

Neste âmbito, questões relacionadas à saúde coletiva, na perspectiva da compreensão das condições de vida e promoção emancipatória da saúde, considerando categorias como iniquidades, injustiças ambientais, desenvolvimento, conflitualidade e violência, ainda são bem restritas. É importante destacar trabalhos realizados por Sabroza e Leal (1992), Couto (1999), Schütz *et al.* (2014), Vicentin; Minayo (2003), Viana, Freitas e Giatti (2016), entre outros. Estes trabalhos têm seu foco em experiências que questionam o modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia e suas consequências no campo da saúde sem, no entanto, problematizar alterações históricas nas condições de vida de dado grupo social camponês²⁶, como é o caso deste trabalho.

É importante salientar que a região em questão, o sudeste paraense²⁷, é um território estratégico de atuação do capitalismo neoextrativista²⁸, que atua no sentido de apropriação e exploração da terra e de seus recursos naturais, subjugando povos tradicionais e camponeses. Esse processo de subalternização carrega no seu bojo a ‘colonialidade do poder’, expressão cunhada por Quijano (2005) para designar a forma de acumulação capitalista exercida pelas economias mais ricas sobre os territórios e nações da periferia e da semiperiferia do capital, estabelecendo um ‘sistema-mundo’ hierarquizado em estamentos fundados no valor da produção capitalista (WALLERSTEIN, 2000).

Nesse cenário de contradição do processo de acumulação de capital e força de trabalho, em um ambiente de acelerado metabolismo social, povos do campo, das águas e das florestas são as principais vítimas, pois seus territórios são cobiçados e expropriados, o que

²⁶ A existência do camponês é verificada nas mais variadas formas de organização social, como a escravocrata, feudal, socialista e capitalista. A referência para delimitar o conceito tem sido a base familiar, que ao longo da história de luta pelo acesso à terra, tem se mantido como fundamento da organização da vida camponesa e de sua reprodução social (FERNANDES, 2004).

²⁷ Três abordagens geográficas sobre a região do sudeste paraense. Uma sustentada pelo IBGE que divide o estado do Pará em seis mesorregiões, que por sua vez abrangiam 22 microrregiões, segundo o quadro vigente entre 1989 e 2017. A outra concepção vem do governo que divide o estado paraense em 12 regiões de integração, sendo o sudeste do Pará está pertence a região de integração do Carajás. Por fim, a definida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) nos anos de 2004-2008, denominada de território da cidadania da região sudeste, abrange 14 municípios, alguns de potencial mineral, a saber: Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

²⁸ Refere-se ao processo intensivo de exploração e expropriação dos recursos naturais, desta feita reorganizada mediante as reformas de ajuste fiscal e reestrutura produtiva da economia neoliberal, com alto padrão de intervenção tecnológica, da terra e de seus nutrientes, e da água via também (Castro, 2017).

tem pressionado e possibilitado lutas e resistências por melhores condições de vida e emancipação social.

Refletindo sobre a promoção emancipatória da saúde no contexto das populações das florestas, águas e campos, Porto (2019) apresenta um cenário que demonstra a importância histórica dessas populações para o enfrentamento do modelo de desenvolvimento excludente e gerador de injustiças simultaneamente sociais, sanitárias, ambientais e cognitivas. O autor aponta, para além da dimensão demográfica, a relevância política e cultural de indígenas, quilombolas, camponeses e agricultores familiares, entre outras, para a proposta de uma promoção emancipatória da saúde. Trata-se de uma concepção crítica que busca avançar na visão mais clássica de promoção da saúde desenvolvida desde os anos 1970 no Canadá, e posteriormente assimilada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a chamada Nova Saúde Pública. A visão clássica traz importantes contribuições quanto a noções como intersectorialidade, participação social e empoderamento individual e comunitário, porém sua visão acrítica quanto às origens sistêmicas da produção de desigualdades e injustiças reforça posições individualistas como a mudança de estilos de vida. Para embasar teoricamente sua proposta, Porto incorpora várias contribuições da saúde pública, da ecologia política e dos referenciais pós-coloniais, em especial as epistemologias do Sul desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos. A emancipação passa a ser visto em seu conjunto com lutas sociais anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais desenvolvidas nas últimas décadas por vários grupos excluídos do Sul Global, como dos movimentos antirracistas, feministas, indígenas e Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais (LGBTQI+), dentre outros.

A mobilização coletiva desses povos teve como horizonte a luta contra as formas de colonização expressas na violência e patriarcalismo, alienação do trabalho, racismo e na rapina dos recursos do território. Tal processo de organização e resistência foi essencial, pois sem a terra e a riqueza da floresta é impossível garantir a reprodução social e a emancipação dessas comunidades e povos, com trabalho digno, condições de vida e saúde.

O objetivo do presente artigo é discutir as condições de vida e a promoção emancipatória da saúde com base nas evidências descritivas dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referenciais sobre a luta pelo acesso à terra no sudeste paraense, protagonizada por migrantes sem terra e articulada junto ao movimento camponês. Com isso, problematizou-se: em que medida o acesso à terra promoveu melhorias nas condições de vida

aos migrantes sem terra no sudeste paraense? Trata-se de um grupo social excluído e subalternizado; mas, que se reinventa, mantendo a esperança e reelaborando seu modo de acessar à terra, produzir e resistir. São os ‘despossuídos da terra’ que se integram a um processo de interculturalidade e hibridismo (CANCLINI, 1997; MARTINS, 1997). Ou seja, gente vinda de lugares diferentes, com experiências históricas distintas que se encontram na fronteira amazônica.

Castellanos (1997) afirma que as discussões sobre saúde, determinantes e determinação, incorporam a categoria das condições de vida como expressão particular dos procedimentos gerais de reprodução da sociedade. Esta categoria atua como mediadora entre os processos mais amplos que conformam o modo de vida da sociedade como um todo e a situação de saúde de um grupo populacional específico. Este autor argumenta que as condições de vida se expressam em quatro grandes dimensões do processo de reprodução social, a saber: biológica, ecológica, consciência e comportamento, e econômica.

O debate sobre condições de vida e saúde demonstra que a determinação da situação de saúde não é um processo simples, mecânico, com relações claras de efeito, aceitas em modelos epidemiológicos tradicionais. Mas, sim, um processo complexo, dinâmico e mutável de uma realidade para outra, no qual os determinantes atuam como uma rede de interações, e não na forma linear, considerando as contradições, o movimento e a totalidade do território (SUÁREZ JIMÉNEZ E MÁRQUEZ, 1995).

4.2 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

O artigo, de natureza qualitativa, foi delineado tendo como procedimentos a leitura e a interpretação textual de narrativas evidenciadas em documentos e relatórios da CPT (dados sobre conflitos e violência no campo no Pará e no Brasil) e registros oficiais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra); textos analíticos escritos por lideranças e agentes de pastoral e relatórios de atividades das lutas camponesas encontrados em jornais e revistas. Ao mesmo tempo que a pesquisa exploratória em fontes secundárias, realizou-se também revisão da literatura em trabalhos produzidos sobre a luta pela terra e sobre os assentamentos do sudeste paraense, dialogando com os temas condições de vida, promoção emancipatória da saúde e estudos pós-coloniais. Como o referido artigo foi encaminhado para revista após

aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz foram analisadas entrevistas com membros da CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que foram realizadas no final do mês de dezembro de 2019, em Marabá e no Assentamento Palmares II. As entrevistas tiveram questões semiabertas, indagando condições de vida e o acesso à terra de camponeses no sudeste paraense.

A bibliografia sobre assentamentos rurais no Brasil tem evidenciado perspectivas analíticas, que dialogam entre si, destacando três eixos principais: alterações nas condições de vida das famílias e dos indivíduos, que geralmente são positivas no conjunto dos assentamentos rurais no Brasil; territorialização do campesinato, com alterações fundiárias significativas, que embora não represente um processo de desconcentração da terra no Brasil, modificam a distribuição da terra e o acesso a esta, em regiões historicamente marcadas pelo latifúndio, estabelecendo novos padrões na estrutura agrária e; ressignificação de modos de vida, interculturalidade e novas modalidades de sociabilidade, comunicação e relacionamento (MEDEIROS E LEITE, 2004; FERNANDES, 1999; MARTINS, 2003; PICCIN, 2012; PEREIRA, 2015).

Portadores de uma nova temporalidade que se movimenta permanentemente, conforme as dinâmicas territoriais, os assentamentos carregam em seu bojo conflitos e subjetividades diversas que ora convergem e divergem, de acordo com os projetos familiares que os compõem, os Movimentos Sociais que os orientam e de acordo também com o Estado. Desta feita, não se pode constituir uma visão linear e homogênea sobre os assentamentos rurais no Brasil e na Amazônia. Cada espaço construído como território vivido é a expressão de experiências históricas construídas antes, durante e ao longo do processo de luta social pelo acesso à terra, por melhores condições de vida e saúde. Com isso, poder-se-ia entender os assentamentos como espaços em construção, em que estão presentes “as rupturas, as (des)construções, as (re)construções, diante dos variados projetos presentes no cotidiano das famílias” (FARIAS, 2005, p. 03).

No sudeste paraense, Amazônia Oriental, fica evidente tais processos, tanto no que tange à territorialização do campesinato, como dos projetos diversos que se constituíram nos assentamentos da região. Estes alteraram a estrutura agrária e fundiária; possibilitaram um processo de territorialização do campesinato, criando uma concentração de assentamentos em áreas de antigos latifúndios improdutivos; e modificaram modos de viver e de socializar, permitindo interações culturais diversas, com alterações evidentes nas condições de vida e

saúde de famílias e indivíduos, que se encontravam em condições de pobreza e miséria. No entanto, cada território (assentamento) construiu estratégias diversas, conforme a história de vida das famílias, bem como do movimento que possibilitou a conquista da terra, sob dadas condições políticas, econômicas e culturais.

Tais evidências sobre o campesinato no sudeste do Pará são confirmadas em trabalhos de autores como Esterci (1987), Hébette (2004), Costa (2005), Loureiro e Pinto (2005), Monteiro e Teixeira (2006), Michelotti (2008), Moreno e Guerra (2012), Bringel (2015), Pereira (2015) entre outros, que analisando a dinâmica de territorialização do campesinato na Amazônia, possibilitaram tais compreensões. Desta feita, as análises se vinculam a vertentes socioeconômicas que se materializam em indicadores definidos pelos pesquisadores, bem como em interpretações de significados e representações dos agricultores nos assentamentos.

A diversidade das atividades rurais produtivas nas unidades familiares dos assentamentos do sudeste paraense, tais como o desenvolvimento da agricultura (permanente e temporária), criação de gado de leite e corte, cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais, possibilitou, nos últimos 30 anos, a estabilidade do campesinato na região, permitindo alterações nas condições de vida e maior emancipação nas condições de trabalho e renda (Monteiro e Teixeira, 2006).

A leitura de autores vinculados à matriz teórica pós-colonial pode nos oferecer elementos teóricos e metodológicos para a compreensão das condições de vida e a promoção emancipatória da saúde no meio rural que se materializa com toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e interdisciplinar, estabelecendo com clareza a diferença colonial e intercedendo pelo colonizado. Na sua essência, é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Melhores condições de vida e saúde para populações do campo se vinculam a processos emancipatórios de luta e resistência coletiva frente ao projeto capitalista que se impõe mediante a colonialidade do poder, o racismo, e a superioridade técnico-científica e epistemológica. Conforme assinala Porto (2019), a definição mais importante para uma perspectiva emancipatória no campo da saúde está relacionada a duas dimensões:

Primeiro, considerar que a promoção da saúde deve incluir lutas anticapitalistas e anticoloniais como centrais para reduzir as desigualdades entre e dentro dos países em um comércio global injusto. Em segundo lugar, questionar o conhecimento científico como universal e superior por meio de novos diálogos mais horizontais e

colaborativos com conhecimentos não científicos, como proposto por Santos (2007) com uma ecologia de conhecimentos (PORTO, 2019, p. 157, tradução nossa)²⁹.

Paulo Sabroza foi um dos pioneiros no campo da saúde a relacionar condições de vida e saúde à complexidade migratória e ao modelo de desenvolvimento na Amazônia. Conforme o autor, as mudanças históricas impostas à Amazônia que transformaram seu território tiveram forte impacto nas condições de vida e no processo social saúde-doença (Sabroza, 1985; Sabroza; Leal, 1992). Em nível global, essas mudanças se articulam com o padrão de desenvolvimento do capitalismo e das formas de colonização e colonialidade do poder, ser e saber, categoria problematizada por autores como Santos (1991, 2007a, 2010), Maldonado-Torres (2010, Quijano (2005) e Mignolo (2017).

A noção de emancipação, abordada por vários autores, entre eles Marx (2009) e Habermas (2012), vinculados ao ideário da modernidade ocidental, é importante nas discussões sobre condições de vida e saúde. Nas obras de Marx, tal categoria se expressa nas discussões sobre alienação e trabalho, apropriação, ideologia e mais-valia. A emancipação, para esse autor, representaria a libertação do trabalho alienado e o controle da produção, elementos essenciais para alterar as condições de vida do operariado. Em Habermas, em suas reflexões sobre a ação comunicativa e interações sociais, a emancipação emerge em um contexto de razão e comunicação, como mecanismos capazes de romper com a dominação e a manipulação constitutivas da modernidade, permitindo aos atores sociais uma práxis comunicativa segundo o mundo da vida, libertando-se das amarras do mundo do sistema que produz alienação.

Porto (2019) assinala que, mais recentemente, os chamados estudos pós-coloniais foram incorporados nas referências como base importante para discutir a proposta de promoção emancipatória da saúde, particularmente o trabalho do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Tais estudos estão influenciando as discussões sobre o significado de emancipação analisado por autores como Marx e Habermas, entre outros, não só nas periferias urbanas, mas também no meio rural.

É importante destacar que especialmente após os anos 2000, surgiu no campo da promoção da saúde na América Latina uma abordagem alternativa e crítica que tem sido associada à emancipação. Alguns autores referem-se a cientistas sociais europeus e filósofos

²⁹First, to consider that health promotion must include anti-capitalist and anti-colonial struggles as central to reducing inequalities between and within countries in a global unfair trade. Secondly, to question scientific knowledge as universal and superior by means of new, more horizontal and collaborative dialogues with nonscientific knowledges, as proposed by Santos (2007) with an ecology of knowledges.

como Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Mas, a literatura mais original também aborda autores latinoamericanos, como Paulo Freire e Orlando Fals Borda para aprofundar a noção de promoção emancipatória da saúde, incluindo questões sobre diferenças entre empoderamento e emancipação (Porto, 2019).

A luta contra as iniquidades em saúde deve se colocar no marco da luta contra a ordem social dominante e eurocêntrica, que quer manter sua hegemonia e dominação. Santos (2010) é categórico ao afirmar que:

o capitalismo global, mais que um modo de produção, é um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afetam (SANTOS, 2010, p. 18).

Tal abordagem de Boaventura de Sousa Santos requer, para o campo dos que atuam contra essa lógica do capital, a conformação de uma práxis que esclareça a indefinição de quem são os dominantes e dominados. “Lutar contra uma dominação cada vez mais polifacetada, significa lutar contra a indefinição de quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios” (SANTOS, 2010, p. 18). A tarefa central da modernidade seria a de dominar e subalternizar não só territórios e seus recursos, mas outras visões de mundo, culturas, saberes e populações consideradas como ‘atrasadas’, ‘irracional’ e ‘primitiva’, incorporando-as à visão moderna, universal, racional e capitalista (PORTO, 2019).

Autores do campo das ciências sociais, especialmente da saúde pública, por vezes ignoram pressupostos históricos do modo de produção e as contradições do território (fluxos locais e globais) que interferem nas condições de vida e saúde, além de referenciar conceitos e percepções, por exemplo, da OMS, que reiteradamente contribuem para hegemonizar conceitos que anunciam e reproduzem a lógica do capitalismo global, como se faz na discussão sobre determinantes e determinação (ARREAZA, 2012; ALBUQUERQUE E SILVA, 2014; SCHÜTZ *ET AL.*, 2014).

A saúde coletiva no Brasil surge no contexto dos governos civil-militares nos anos de 1970, conformando-se como campo de práticas e saberes que questionam o modelo de desenvolvimento que produz pobreza, exclusão e desigualdades sociais (PAIM E ALMEIDA FILHO, 1998). Tal paradigma se impõe aos países da periferia e da semiperiferia do

capitalismo global e que também se funda numa perspectiva pós-colonial, em processos de colonialidade do ser, do poder e do saber, o lado escuro da modernidade ocidental e eurocêntrica, como fora designado por Mignolo (2017).

Nas discussões apontadas por Anibal Quijano sobre a colonialidade do poder e a classificação social, o autor afirma que o primeiro “é um dos elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder”. O autor assim denomina:

a colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferentes identidades, mas nem sempre, nem necessariamente, implica, relações racistas de poder. O colonialismo é mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. (QUIJANO, 2005, p. 84).

A instalação das modalidades de acumulação capitalista na Amazônia se firmou fundamentada na colonialidade do ser e do saber, subalternizando populações tradicionais da região, ao mesmo tempo em que despreza e inferioriza outras formas de conhecimento da natureza e tradições ancestrais dos povos que aqui vivem. O indígena, o caboclo, o ribeirinho e beiradeiros foram classificados como subumanos e inferiores; assim, incompatíveis com a civilidade da modernidade que se colocou como dominante e indispensável para o progresso local e global (MIGNOLO, 2017).

Como assinala Porto (2017), estudos nessa linha de investigação possibilitam diálogos entre a matriz analítica da saúde coletiva com outros campos relevantes como a ecologia política, economia ecológica, direito, antropologia e a sociologia numa aproximação entre abordagens transdisciplinares e construtivistas que colocam a promoção da saúde em articulação com lutas emancipatórias por direitos humanos, sociais e territoriais, bem como por outras economias e sociedades mais solidárias, justas e ambientalmente mais sustentáveis. “As contribuições da ecologia política e da economia ecológica nos ajudam a compreender problemas sociais, de saúde e meio ambiente em sua relação com os processos e modelos de desenvolvimento econômico de um território, país ou região” (PORTO, 2017, p. 280).

Porto e Milanez (2009) argumentam que:

a economia ecológica tem como seu precursor mais importante o economista Georgescu-Roegen, cujos estudos entre os anos cinquenta e setenta buscaram integrar os processos econômicos e os processos de organização da natureza em seus fluxos de energia e materiais na produção da vida, em especial através das

implicações das leis da termodinâmica no funcionamento da economia. Mas foi somente no final dos anos oitenta, quando a crise ambiental passou a fazer parte da agenda pública internacional, que o campo foi oficialmente inaugurado através da criação da *International Society of Ecological Economics*. (PORTO E MILANEZ, 2009, p. 1987).

Nos apontamentos apresentados por Mignolo (2017), admite-se que Quijano (2005) deu um novo sentido à categoria histórica colonialismo, essencialmente como foi conceituado durante a Guerra Fria com a ideia de ‘descolonização’ (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual o colonialismo histórico tem sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (MIGNOLO, 2017, p. 1).

Corroborando com tal assertiva, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 13) partem do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquia étnica das populações raciais, formada por vários séculos de expansão colonial europeia, não foi significativamente transformada com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia. Os autores sustentam que houve uma transição do colonialismo moderno para o colonialismo global, um processo que com certeza transformou os modos de dominação implantados pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala global. Desta feita, Mignolo (2017) é contundente ao afirmar:

A tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de ‘modernidades globais’ implica ‘colonialidades globais’ no sentido exato de que a Matriz Colonial de Poder é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. Esse é o cenário da transformação de um mundo policêntrico e não capitalista antes de 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista de 1500 a 2000. (MIGNOLO, 2017, p. 2).

Nas discussões sobre a *Topologia do Ser*, Maldonado-Torres (2010, p. 77) afirma que a “ideia de que as pessoas não conseguem sobreviver sem as conquistas teóricas ou culturais da Europa é um dos mais importantes princípios da modernidade”, centro de referência das

discussões epistemológicas e filosóficas em que se assentam as ideias que justificam a tese de superioridade do conhecimento moderno e, portanto, da colonialidade do ser, poder e saber. O referido autor chama atenção nesse debate para o racismo epistêmico, que, se baseado na “metafísica ou na ontologia, apresenta os mesmos resultados: evitar reconhecer os outros como seres inteiramente humanos” (MALDONADO-TORRES, 2010, p. 79). Tal questão é discutida por Boaventura de Sousa Santos em suas abordagens sobre pensamento abissal, epistemologias do sul, ecologia dos saberes e tradução intercultural.

Neste sentido, o pensamento abissal é o sustentáculo dos processos de colonização e de colonialidade e atua como processo de legitimação da modernidade e da lógica de expansão do sistema mundo capitalista, legitimando a ciência como pensamento único capaz de distinguir o verdadeiro e o falso. Essa lógica rechaça qualquer outra forma de conhecer e de poder ‘do outro lado da linha’, apenas subjuga e os invisibiliza, como acontece nos territórios de exploração e expropriação de recursos naturais, em vários cantos e recantos do mundo colonizado, na semiperiferia do capitalismo global.

O processo de globalização é uma derivação do padrão de poder mundial, padrão que tem em seu eixo principal a classificação social, que foi difundida através da ideia de raça, usada como uma forma de dominação colonial eurocêntrica (QUIJANO, 2005, p. 117). Nesse sentido, observando o assentamento que é objeto de estudo deste artigo, fica evidente que a maioria dos camponeses assentados vincula-se a uma classe social subalternizada e excluída e, ao mesmo tempo, principalmente negra. Foi exatamente essa população que sofreu e sofreu na fronteira amazônica em busca de terra e trabalho, que em condições de vulnerabilidade e risco construíram alternativas de enfrentamento e, concomitantemente, de possibilidades de mudanças nas condições de vida e saúde.

Desse modo, essa lógica de poder e de exclusão produz e reproduz precárias condições de vida e saúde, que atingem sempre o ‘outro lado da linha’, em que estão populações camponesas, povos tradicionais, favelados, entre outras minorias. Territórios que resistem e se reinventam cotidianamente, por meio da solidariedade e da cooperação, no enfrentamento dessa lógica colonial.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região do sudeste paraense, na Amazônia Oriental, somente começa a ser povoada e explorada por populações não-indígenas no apogeu do ciclo da borracha no final do século XIX e início do século XX, principalmente nas confluências dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Com o colapso da economia gomífera, há um investimento na exploração de castanha e diamante (VELHO, 1972; HÉBETTE, 2004).

As migrações que se multiplicaram, desde o início do século XX, via rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas, na direção do sudeste paraense eram espontâneas e sazonais, realizadas principalmente por nordestinos, comerciantes de regatões, marisqueiras, beiradeiros, ribeirinhos, trabalhadores de áreas de extrativismo (caucho e borracha), castanheiros, pescadores, em sua maioria constituída de negros. Historiadores, missionários e poetas descreveram (HÉTETTE, 2004; SILVA, 2006; EMMI, 1987; VELHO, 1972) que famílias inteiras saíam de canoas, a remo ou à vela, em longas jornadas por caminhos na floresta, em busca de terras férteis e fartas. Ao se localizarem, depois de longos anos, de convívio, cuidado e solidariedade, constituíam pequenos lugarejos, quilombos e vilas, à beira dos rios, com quase total ausência do Estado.

As terras, geralmente, continuavam livres, sem cercas, sem documentos e de uso comum, sendo que essa gente se constituiu como posseiros na/da fronteira amazônica. As condições de vida e saúde se estabeleciam a partir de uma relação de dependência entre sociedade e natureza. Os cuidados e a cura de doenças eram realizados por benzedeiros, parteiras, caciques e xamãs, à base dos conhecimentos tradicionais sobre as ervas e plantas da floresta amazônica, apoiados em contos e mitos, orientados pelas religiões das populações tradicionais.

Tratava-se de um território com “espaços opacos”³⁰ caracterizado pela dispersão dos habitantes em uma grande área territorial, com baixa densidade técnico-científico, pouco interesse das políticas federais de desenvolvimento econômico” (VIANA *ET AL.*, 2007); assim, integrada de forma subordinada à economia nacional e global.

Costa (2005) aponta que a construção da rodovia Belém-Brasília (1960) possibilitou novos fluxos migratórios do sul do País, via Goiás e Minas Gerais, que adentraram a Amazônia pelo sul do Pará e Rondônia. Concomitante a este processo, se intensificaram

³⁰ Termo utilizado por (VIANA *ET AL.*, 2007) para caracterizar situações geográficas no campo da saúde.

correntes migratórias do nordeste que, pelo Maranhão, penetraram pelo nordeste e sudeste do Pará. “Tem-se, assim, nessa fase, o definitivo estabelecimento do momento amazônico do desenvolvimento da fronteira agrícola nacional”, conclui Costa (2005, p. 10).

Milhares de camponeses, pequenos comerciantes e madeireiros se instalaram às margens das “picos”³¹ das estradas abertas, criando aglomerações que a seguir constituíram vilas funcionais e municípios (no final dos anos 1980), cujo modo de vida era precário e impunha sofrimento e degradação do humano. Os migrantes de origem camponesa que chegavam de todos os cantos e recantos, animados com a propaganda governamental – “terras sem homens, para homens sem terra” e com a notícia da colonização da região da Transamazônica (HÉBETTE, 2004, VELHO, 1972; PEREIRA, 2015).

Neste sentido, a migração para o sudeste paraense, sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 1970/80/90. Com a descoberta da potência mineral na Serra dos Carajás e Serra Pelada (então município de Marabá) e os interesses desenvolvimentista, superpõe a *frente pioneira e frente de expansão*³², alterando de forma significativa a conformação do território, seus processos de sociabilidade e, portanto, do espaço usado. “Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, surgem os conflitos pela terra” (MARTINS, 1991, p. 68).

As transformações que chegaram ao sudeste paraense modificam a lógica de integração, circulação e as condições de vida das pessoas na região, onde o rio, paulatinamente, perdeu seu papel de articulador do fluxo de pessoas e comércio, sendo substituído pelas estradas e ferrovias. Pereira (2015) descreve que os migrantes vinham de vários lugares do país, do centro-sul, mas principalmente da região nordeste.

Esses migrantes eram trabalhadores rurais empobrecidos, fazendeiros, diversos empresários e comerciantes que chegavam por meio das rodovias que acabavam de

³¹ São denominados picos, as primeiras aberturas na floresta para construção de uma estrada, cortando ou não antigos caminhos utilizados por famílias de migrantes. Geralmente é um processo que produz muito sofrimento e desafios impostos pela mata e seus mistérios. As famílias de migrantes camponeses que se instalaram às margens dos picos - no processo de abertura das estradas – viviam em condições precárias de moradia e dignidade, sendo acometidas por agravos decorrentes de animais peçonhentos e malária.

³² Pereira (2015) refletindo sobre as análises de José de Souza Martins, o qual considera que a origem dos conflitos e da violência no sudeste paraense tem origem no processo de superposição da *frente pioneira* sobre a *frente de expansão*, como um movimento essencialmente empresarial e capitalista de ocupação do território – a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado, etc., (a *frente pioneira*) – passou a expulsar e expropriar os camponeses ocupantes de terras devolutas – os posseiros (a *frente de expansão*) – que viviam de uma economia de base familiar e sem nenhum documento que legitimasse a sua posse da terra. Cansados de migrar e de serem expulsos resolveram a resistir. Aí estava, segundo ele, a origem dos conflitos pela terra.

ser construídas, como a TO-336 e a PA-447. Essas são estradas que ligam a rodovia Belém-Brasília à Conceição do Araguaia; a PA-70 (hoje BR-222), que interliga a Belém-Brasília à cidade de Marabá, era também recém construída, assim como a Transamazônica, entre o estado da Paraíba e do Amazonas, passando pela cidade de Marabá. Já a PA-150, entre Conceição do Araguaia e Belém, passando também por Marabá, estava em construção. (PEREIRA, 2015, p. 14).

Desta feita, a estratégia do governo civil-militar ancorou-se na matriz, “*integrar para não entregar*” e para tanto estimulou a vinda de milhares de migrantes, principalmente, de nordestinos que vieram em busca de terra para nela trabalhar. Projetos de infraestrutura foram implementados na região, bem como o plano de colonização agrícola oficial e a política de incentivos fiscais para financiar empreendimentos agropastoris e de exploração madeireira. Pereira (2015) analisando esse processo descreve que:

[...] se por um lado, o governo estimulou o deslocamento de trabalhadores rurais empobrecidos para as novas áreas de colonização, ao longo das rodovias federais...de outro concedeu grandes extensões de terras e dinheiro farto a grupos econômicos para a instalação de suas fazendas na Amazônia (PEREIRA, 2015, p. 75).

Destarte, seguindo a lógica da colonização brasileira, baseada no latifúndio, no patriarcado e no racismo, as terras no sudeste do Pará foram apropriadas por empresas rurais, bancos e fazendeiros que com o incentivo do Estado, ignoraram a lógica de organização do território adotada por longos anos pelas comunidades tradicionais da região (povos indígenas, beiradeiros, quilombos e mais) e pelos posseiros³³ que se acomodaram nas terras livres da região, criando um clima de conflito e violência pela posse da terra.

A garantia de acesso à terra para negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores e trabalhadoras rurais foi a partir de luta, marcada por conflitos, violência e massacres. Dados da CPT dão conta que dos 49 massacres de trabalhadores rurais no Brasil, entre 1985 e 2019, vinte e oito (63,63%) estão localizados no Pará. Destes massacres registrados, vinte e dois (42,55%) ocorreram em áreas do sul e sudeste do Pará. Registrou-se

³³ Autores como Pereira (2015); Esterci (1987); Martins (1997) descrevem posseiros como camponeses migrantes de diversas regiões do País, principalmente do Nordeste, que haviam ocupado, há muito tempo, as terras devolutas na Amazônia, sem nenhuma documentação que garantisse a propriedade de suas terras, sobreviviam do extrativismo e de lavouras de subsistência (arroz, feijão, fava, mandioca, milho etc.). Pereira afirma que vários pesquisadores, sobretudo Martins, descrevem posseiros como ocupantes de terras devolutas e viviam nas terras sem nenhum tipo de documento que legitimasse que aquelas terras fossem deles. Ou seja, os conflitos são em razão *reação* dos trabalhadores à *ação* às vezes violenta de fazendeiros, empresários etc. sobre as terras dos trabalhadores. O caso da *superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão*, de Martins. Contudo Pereira (2007) aponta que posseiros são também trabalhadores rurais que ocupam terras tituladas e/ou griladas. Nesse caso, os conflitos são em razão da *ação* dos trabalhadores ocupando as terras improdutivas e *reação* dos fazendeiros, empresários

que, de 229 pessoas assassinadas em massacres, 131 (57,20%) se encontravam no Pará, e 108 delas (47,16%) também são mortes ocorridas no sul e sudeste do estado (GUIMARÃES NETO; PEREIRA, 2019).

A violência se confirma quando analisamos os dados sobre trabalho escravo, conforme problematizam Guimarães Neto e Pereira (2019). Os autores destacam que segundo a CPT, 54.798 trabalhadores foram resgatados em situação de trabalho escravo nos anos compreendidos entre 1995 e 2018. Deste total, 13.517 trabalhadores (24,67%) foram resgatados apenas no Estado do Pará, sendo que cerca de 70% dos trabalhadores resgatados localizam-se em fazendas situadas em áreas do sul e sudeste do estado³⁴.

Conforme descrevem relatórios da CPT³⁵, os primeiros conflitos registrados pela Pastoral, indicam que estes ocorreram em função da ação imposta pelo Estado na distribuição de terras, a partir dos anos 1970, que não respeitou e nem garantiu os territórios indígenas e nem as terras dos posseiros, negros e quilombolas que aqui viviam. Pereira (2015) indica que os conflitos eram os mais variados, resultantes da privatização das terras nas mãos de empresas agropecuárias, bancos, fazendeiros e comerciantes. Em pouco tempo, se formou uma massa de camponeses sem terra (migrantes recém-chegados), posseiros (de migração antiga – a partir do final do século XIX, até meados do século XX), quilombolas, negros e povos indígenas.

O diagnóstico apresentado pela CPT em 2012 sobre os conflitos e a violência no campo na região do sul e sudeste do Pará dá conta que:

[...] no sul e sudeste do Pará (em 2012), existiam cerca de 130 fazendas ocupadas por, aproximadamente, 25 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras, abrangendo uma área superior a um milhão de hectares. Estas famílias esperam, desde meado dos anos de 1990, para serem assentadas em lotes da reforma agrária. Nos últimos anos, milhares de migrantes continuam chegando à região em busca de

³⁴ CPT. Panorama estatístico do trabalho escravo no Brasil-1995-2018, 10/01/2019; CPT. Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

³⁵ Segundo as informações registradas pela CPT, desde a segunda metade da década de 1970, milhares de famílias de trabalhadores rurais tem sofrido algum tipo de violência por parte das empresas e proprietários rurais, muitas vezes com permissão ou participação de diversos órgãos públicos, caracterizadas em inúmeras ações de despejos, prisões, torturas, ameaças de morte e assassinatos. Só no estado do Pará, entre 1996 e 2010, segundo os dados da CPT, 799 trabalhadores rurais foram presos, 809 foram ameaçados de morte e 231 assassinados. Nesse mesmo período, um total de 31.519 famílias foram despejadas ou expulsas de 459 áreas que reivindicavam para assentamentos da reforma agrária (cf. CPT. Conflitos no Campo Brasil. Setor de Documentação. Goiânia, 1996-2010 e CPT. Diagnóstico Sobre As Situações de Ameaças de Morte contra trabalhadores e trabalhadoras Rurais do Sul e Sudeste do Pará. Centro de Documentação da CPT Pará, 2012).

trabalho e de melhores condições de vida, atraídos pelas propagandas governamentais e do setor de mineração. Na medida em que não conseguem, no seu conjunto, serem absorvidos pelo mercado de trabalho, estes são ‘empurrados’ para novas ocupações urbanas ou rurais, submetidos a situações de grande exclusão e violência. Assim, na medida em que os conflitos socioambientais ou pela terra persistirem, a tendência é a continuidade da violência contra os trabalhadores rurais. (CPT. DIAGNÓSTICO, 2012, p.14).

As condições de vida e saúde dessa massa de camponeses sem terra, com medo e sofrimento, se deterioraram, pois não se tinham nenhuma garantia de direitos básicos fundamentais (educação, saúde, transporte, moradia, alimentação etc.). A terra que era a única possibilidade de dignidade e justiça fora concentrada nas mãos de poucos e grandes empreendimentos rurais, bancários e madeireiros, sendo que a cerca, o latifúndio e a violência se impuseram. Essa situação, de grave injustiça social, exclusão e colonização do ser e do poder, colocou em questão a reprodução social dos camponeses, levando-os para a luta e a resistência pelo acesso à terra.

Moreno e Guerra (2012) e Pereira (2015) analisando a luta pela terra no sudeste paraense indicam que parte dos migrantes, despossuídos dos meios de produção (terra), com baixa qualificação se tornou mão de obra barata para fazendeiros, ou donos de grandes áreas de castanhais ainda no final do século XX, fase de migração intensa. Quando chegaram à região tinham sonho de se tornarem proprietários de terras, e saírem da condição de subalternidade, o que não ocorreu em função da lógica de dominação e colonialidade.

No sudeste paraense, a massa camponesa é oriunda de povos migrantes, especialmente nordestinos do Maranhão, Piauí e Ceará e de outros estados com menor expressão, que se arriscaram na fronteira amazônica em busca de um lugar e de terra para se reproduzir. Em sua maioria é gente de origem negra, ex-agricultores que trabalhavam como meeiros, peões de fazendas, boias-frias, geralmente em condições de superexploração e em condições análogas à escravidão nos lugares de onde vieram. Foram atraídos à Amazônia em busca de riqueza nos garimpos e de terras fartas oferecidas pelo governo civil-militar, desde os anos de 1970.

Desse modo, em contexto de subordinação e vítimas da lógica do capital, povos migrantes diversos se juntam em movimentos sociais camponeses, como MST que apregoa emancipação e melhores condições de vida e saúde, por meio do acesso à terra e trabalho digno.

Conforme assinalam Moreno e Guerra (2012) e Pereira (2015), essas são razões que favorecem o surgimento do MST no sudeste paraense, onde havia grande contingente

populacional de migrante de todas as regiões do Brasil que estavam em busca do sonho da emancipação social e melhores condições de vida. Eram garimpeiros que vieram para Serra Pelada em busca de ouro, boias-frias e desempregados que vieram em busca de trabalho e terra

Desta maneira, mesmo considerando toda essa forma de subalternização do campesinato de fronteira, a resistência e a luta garantiram muitas conquistas e alteraram as condições de vida e saúde. No sudeste paraense, latifúndios improdutivos foram ocupados e milhões de hectares de terras foram distribuídos e acomodaram migrantes sem terra que na região chegaram. Com isso, considera-se que a atuação dos movimentos sociais camponeses na Amazônia foi e ainda é fundamental para a resistência aos processos predatórios que degradam o humano, criando novas possibilidades de vida digna e reprodução social. Os dados do INCRA confirmam que a luta pelo acesso à terra garantiu terra e trabalho para milhares de camponeses. Conforme os dados do quadro abaixo, foram distribuídos mais de quatro milhões de hectares de terra para 503 assentamentos que beneficiaram mais de setenta mil famílias e uma média de mais de quatrocentos mil camponeses. Estudos de Pereira (2015), documentos da CPT e dos movimentos sociais camponeses dão conta que a grande maioria dos assentamentos foram formalizados e oficializados depois de um processo de luta e conquista dos camponeses migrantes sem terra e/ou posseiros da região.

Quadro 1 – Criação de Projetos de Assentamentos Coordenados pela Superintendência do Incra Sul do Pará-Sr (27) do Ano De 1987-2015.

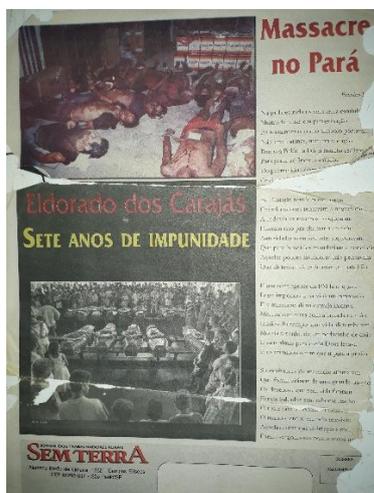
Ano de criação do PA	Nº de Projetos criados	Fam. beneficiadas	Área desapropriada (ha)
1987	06	3.671	262.075,2
1988	18	4.129	285.717,7
1989	02	407	25.885,5
1990	01	410	15.755,8
1991	08	3.619	519.563,4
1992	10	3.126	343.724,8
1993	06	881	54.404,0
1994	01	1.214	81.000,0
1995	12	1.960	123.603,2
1996	23	5.100	252.307,3
1997	32	6.075	469.591,8
1998	56	8.852	484.655,0
1999	93	9.777	455.881,6
2000	17	653	87.286,1

2001	36	261	133.293,0
2002	17	1.235	61.256,7
2003 a 2015	165	20.103	978.951,4
Total	503	71.473	4.634.952,5

Fonte: Superintendência Regional do INCRA do sul do Pará – SR (27)

Analisando os dados, verifica-se que há evidências que o período que marca o surgimento e fortalecimento do movimento social camponês no sudeste paraense (STRs e MST) a partir de meados dos anos 1980, demarca as conquistas e o acesso à terra na região da SR (27) do INCRA, que engloba 39 municípios do sudeste paraense. O primeiro período, que se inicia no cerce da decadência do regime ditatorial (1985), é resultado do acúmulo das lutas espontâneas dos posseiros desde os anos 1970. No segundo período, a partir dos anos 1990 até o início dos anos 2000, representa o apogeu da luta camponesa e a conquista da terra, concomitante ao tempo de maior repressão e violência contra o campesinato no sudeste paraense. No terceiro período, do início dos anos 2000 até o presente, verifica-se um descenso das lutas e a conformação das áreas ocupadas no período anterior, que, no entanto, não foi acompanhado da diminuição da violência e dos conflitos, sendo o mais emblemático, o “o massacre de Pau D’Arco”, ocorrido na fazenda Santa Lúcia, em fevereiro de 2019, que ceifou a vida de 10 trabalhadores e trabalhadoras sem terra, com indícios de participação de agentes do Estado (policiais civis e militares). Em todos esses períodos, o massacre de Eldorado do Carajás é a maior expressão da barbárie da luta pela terra no sudeste paraense.

Foto 2 - Jornal do MST de circulação nacional que foi registrado na casa de um assentado durante a pesquisa



Fonte: pesquisa de campo (2020).

Analisando os dados, verifica-se que há evidências de que o período que marca o surgimento e fortalecimento do movimento social camponês no sudeste paraense em meados dos anos 1980, demarca as conquistas e o acesso à terra na região da SR (27) do INCRA, que engloba 39 municípios do sudeste paraense. O primeiro período, que se inicia no cerne da decadência do regime ditatorial (1985), é resultado do acúmulo das lutas espontâneas dos posseiros desde os anos 1970. No segundo período, dos anos 1990 até o início dos anos 2000, representa o apogeu da luta camponesa e a conquista da terra, concomitante ao tempo de maior repressão e violência contra o campesinato no sudeste paraense. No terceiro período, do início dos anos 2000 até o presente, verifica-se um descenso das lutas e a conformação das áreas ocupadas no período anterior, que, no entanto, não foi acompanhado da diminuição da violência e dos conflitos, sendo o mais emblemático, o ‘massacre de Pau D’Arco’, ocorrido na fazenda Santa Lúcia, em fevereiro de 2019, que ceifou a vida de 10 trabalhadores e trabalhadoras sem terra, com indícios de participação de agentes do Estado (policiais civis e militares). Em todos esses períodos, o massacre de Eldorado do Carajás é a maior expressão da barbárie da luta pela terra no sudeste paraense.

Michelotti e outros (2007), ao analisarem a questão agrária no chamado Território da Cidadania do sudeste paraense, conformação dada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que se diferencia da concepção de mesorregião, estabelecida pelo estado paraense, afirmam que a criação de assentamentos não seguiu uma proposta de planejamento, tendo sido uma resposta governamental à pressão social exercida por meio da luta pelo acesso à terra. Portanto, considerando os sete municípios que compõem o território em questão (Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São Domingos, São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Parauapebas), a luta pela terra trouxe resultados importantes para os camponeses, como a criação, entre 1987 e 2007, de 169 projetos de assentamento, representando 1.205.254,0 ha ou 32,4% da superfície total. Nas discussões de Michelotti (2007), o autor atribui tal processo à territorialização da luta pela terra, corroborando com a afirmação de Fernandes (1999, p. 241) que em que “a conquista do assentamento, como fração do território, é um trunfo dos movimentos sociais camponeses na luta pela terra” e um trunfo na luta pela construção do próprio território.

Neste sentido, a atuação e organização do movimento social camponês no sudeste do Pará não apenas possibilitaram o enfrentamento do latifúndio, mas significaram alterações reais nas condições de vida e saúde, por meio de terra e trabalho, contra a acumulação do

capital, desta feita sob a égide da colonialidade do poder, ser e saber. Tal contexto, de lutas sociais marcadas pelas experiências coletivas, expressa um processo de emancipação e libertação dos despossuídos da terra.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordagens sobre saúde coletiva em áreas de atuação de movimentos sociais camponeses como MST e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) são bem abrangentes no Brasil e envolvem autores que relacionam tal questão com a agroecologia, o metabolismo social e as condições de vida. Tais questões não são problematizadas com estudos mais sistemáticos na região amazônica, espaço de expansão e espacialização do capital, produto de alterações recentes no metabolismo social que acelera as transformações na natureza, as desigualdades sociais e as condições de vida e saúde.

No Brasil, prevaleceu ao longo da história a desigualdade no acesso à terra, produto direto do processo de colonização. Carvalho (2004) destaca que a colonização foi marcada por quatro características fundamentais: latifúndio, escravidão, patriarcalismo e patrimonialismo. Os interesses da coroa portuguesa sempre estiveram vinculados à exploração de matéria-prima (recursos da floresta) e produção para o mercado europeu (açúcar, tabaco etc.). Grandes extensões de terra (latifúndios) foram destinadas e expropriadas, desde o período colonial, por grandes proprietários de monoculturas e fazendas, sendo símbolo de poder. Escravos, ex-escravos ou homens livres de classes subalternas tiveram dificuldades de acesso e posse da terra. Em tempos de agronegócio e de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, a lógica colonial e colonizadora se alterou apenas nos métodos de colonialidade do ser e do poder.

As ações coletivas do MST e dos STRs surgem nesse contexto de luta pela distribuição mais justa da terra, no início dos anos 1980, em meio a um regime ditatorial, e se consolida no território brasileiro como um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, caracterizando-se como um movimento camponês popular que almeja a construção da reforma agrária para atender milhões de trabalhadores sem terra, propiciando melhores condições de vida e saúde. Seu lema é: ‘ocupar, produzir e resistir’ e sua metodologia de organização se fundamenta no trabalho de base, que pressupõe reunir homens e mulheres que

se encontram em situação de exclusão social, política, econômica e cultural (Fernandes, 2000).

Os assentamentos da reforma agrária no Pará surgiram como produto da luta social das famílias de posseiros e sem terra, organizadas pelo movimento sindical e pelo MST. O conflito social, a violência e o drama das famílias marcam os espaços em disputa, gerando territórios, nos quais se estabelecem novas relações sociais, como o trabalho familiar, cooperativismo, solidariedade e a democratização apoiadas na distribuição da posse da terra. Com base nessas novas relações sociais, famílias assentadas desenvolvem novos padrões de sociabilidades e produção, alterando as condições de vida e saúde por meio de um processo emancipatório, desenvolvendo práticas e saberes coletivos baseados no cuidado e no respeito aos sujeitos sociais envolvidos.

Trabalhos publicados por Martins (2003), Monteiro e Teixeira (2006), Michelotti (2008), Souza (2010), Moreno e Guerra (2012), Bringel (2015), Pereira (2015), Brito Filho (2016), entre outros, dão conta da importância histórica da luta pela terra no sudeste paraense como lugar de resistência, luta e enfrentamento da lógica e contradições do capital na fronteira amazônica. No bojo das discussões realizadas pelos referidos autores, há uma produção teórica e contextual que problematiza a importância histórica do campesinato na região, bem como a forma pela qual o capital ali se acomodou, tendo como substrato e lógica dirigente a implementação do Programa Grande Carajás. Os autores buscaram compreender, portanto, a região como território em disputa, e apresentaram as variadas formas de enfrentamento e resistência dos camponeses na região, bem como suas trajetórias econômicas, vida social e o drama das famílias que se colocaram em marcha nesse projeto de transformação.

Desta feita, o acesso à terra e ao trabalho no meio rural, por meio da constituição de assentamentos que promoveram a emancipação e proporcionaram melhores condições de vida e saúde, em um contexto de degradação do humano. Como diria José de Souza Martins, ratificado por Rosemeire Scopinho, os assentamentos rurais podem ser considerados como uma expressão da luta social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pela melhoria das condições de trabalho, vida e saúde; lugares de múltiplas e diversas relações sociais e trocas de saberes, que podem contribuir para solucionar o problema do desemprego e da miséria que os afetam, principalmente em regiões de fronteira como a Amazônia (MARTINS, 2003; SCOPINHO, 2010).

Foto 3 – Família de migrantes do Maranhão, assentados na Palmares II, regional do Rio Novo



Fonte: pesquisa de campo (2020).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Guilherme S. C.; SILVA, Marcelo J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out./dez. 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140082.

ARREAZA, Antonio L. V. Epidemiologia crítica: por uma práxis teórica do saber agir. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1.001-1.013, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000400022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BRINGEL, Fabiano O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processo de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de

Pernambuco, Recife, 331f. 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRITO-FILHO, Glauco. **Consequências ambientais e na saúde no processo de disputa de modelos agrícolas: o caso do Assentamento Palmares II- Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 116f. 2016.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, J. M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In*: Avelar, Cintra A. O. (org.). **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: Ed. UNESP, 2004.

CASTELLANOS, Pedro L. Epidemiologia, saúde pública, situações de saúde e condições de vida: considerações conceituais. *In*: BARATAS, Rita. B. (org.). **Condições de vida e situações de saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997, p. 31-75.

CASTRO, Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOQUEL, Ramon. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. *In* CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOQUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Rev. Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.

COSTA, Francisco A. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000100009.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. Saúde e projetos desenvolvimento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2. Belém, 1999.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARIAS, M. de F. L. de. As representações sociais em assentamentos de reforma agrária: algumas reflexões. *In*: Congresso Brasileiro de Sociologia, 12., 2005, Minas Gerais. **Anais**, [...]. Minas Gerais, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A delimitação conceitual de campesinato**, 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/220579704/Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernardo-Mancano>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil**. Setor de Documentação, 1996-2010.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e PEREIRA, Airton dos Reis. HISTÓRIA E ACONTECIMENTO: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol.12,n.1,jan.-jul.,2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Volume I).

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (1971-2011)**. Belém: EDUFPA, 2004 (Volume I).

LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 54, p. 77-98, 2005. Dossiê Amazônia Brasileira II.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 396-443.

MARTINS, José S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José S. (org.). **Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. (org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MICHELOTTI, Fernando *et al.* O Agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 3., 2008, Campina Grande - PB. **Anais** [...] Campina Grande, PB, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MONTEIRO, Mauricio A.; TEIXEIRA, Sheila S. L. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no Sudeste do Estado do Pará, Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. S1-S2, p. 48-54, jan./dez. 2006.

MORENO, Glaucia S.; GUERRA, Gutemberg A. D. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 79-99, jul./dez. 2012.

PAIM, Jairnilson S.; ALMEIDA FILHO, Naomar. Saúde Coletiva: uma nova saúde pública ou Campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998. DOI: 10.1590/S0034-89101998000400001.

PARÁ. Comissão Pastoral Da Terra. **Diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do Sul e Sudeste do Pará**. Centro de Documentação da CPT, 2012.

PEREIRA, Airton R. **Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no Sudeste do Pará**. Recife: Ed. UFPE, 2015.

_____. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. **Ruris**, v. 2, n.2, set., 2008, p.99-136.

PICCIN, Marcos Botton. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 115-141, abr. 2012.

PORTO, Marcelo F. S. Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. **Health Promotion International**, Oxford, v. 34, i56-i64, 2019. Supl. 1. DOI: 10.1093/heapro/day086.

_____. Crise ecológica, capitalismo e metabolismo social: reflexões para a transição civilizatória e paradigmática. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, 20. ed. Abr. 2017.

PORTO, M. de S. F.; MILANEZ, Bruno M. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, dez. 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-129. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

SABROZA, P. C.; LEAL, M. C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: alguns conceitos fundamentais. In: LEAL, M. C. et al. (Org.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. p. 45-93.

SANTOS, Boaventura S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-72.

SANTOS, Boaventura S. Subjetividade, emancipação e cidadania. **Revista Crítica em Ciências Sociais**, Coimbra, n. 32, p.135-191, jun. 1991.

SANTOS, Boaventura S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Valdeci M. A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira. 2011. 341f. **Tese Doutorado em Economia** - Programa de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

SCHÜTZ, Gabriel Eduardo *et al.* Sobredeterminação socioecológica da saúde da ruralidade em Humaitá, AM, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(10):4051-4060, 2014.

SCOPINHO, Rosemeire A. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1.575-1.584, 2010. Supl. 1. DOI: 10.1590/S1413-81232010000700069.

SILVA, Idelma Santiago Da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 181p. 2006.

SOUZA, Haroldo. A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA. **Dissertação de mestrado** - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. NAEA/UFPA: Belém, 2010.

SUÁREZ JIMÉNEZ, J.; MÁRQUEZ, M. A. **Los proyectos locales de promoción de la salud. Nuevos escenarios para el desarrollo de la salud pública.** Cuba: Desarrollo de La Representación OPS/OMS, n. 19, 1995.

VIANA, Rosana Lima; FREITAS, Carlos Machado de; GIATTI, Leandro Luiz. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 25, n. 1, jan./mar. 2016.

VIANA et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup 2: S117-S131, 2007.

VICENTIN, Genésio; MINAYO, Carlos Gomes. Saúde, ambiente e desenvolvimento econômico na Amazônia. Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 8 (4), 1069-1085, 2003.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the age of transition? a long-term view of the trajectory of the world-system. **International Sociology**, v. 15, p. 249-265, 2000.

5. Artigo: EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS: NARRATIVAS DE VIDA E DAS LUTAS COLETIVAS NA PALMARES II

HISTORICAL EXPERIENCES: NARRATIVES OF LIFE AND COLLECTIVE FIGHTS IN PALMARES II

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender as transformações nas condições de vida e saúde das famílias assentadas no Palmares II, a partir das narrativas sobre suas trajetórias e experiências de vida, à luz das teorias sobre experiências históricas, estabelecendo pontes de diálogos entre as lutas sociais e seu papel nesse processo. A pesquisa se orientou pelo método qualitativo, com procedimentos de campo por meio de observações etnográficas, entrevistas em profundidade e roda de conversas. Os relatos produzidos por meio do uso da linguagem oral permitem uma presença no meio social, codificando e decodificando a vida, seus significados e suas memórias. Ressignificam diferentes expressões de humanidade e de comunicação (BENJAMIM, 2004). As histórias baseadas nas narrativas orais podem nos revelar as experiências dos que vivem subalternizados frente ao poder hegemônico, onde vozes são silenciadas e invisibilizadas (THOMPSON, 1998; SANTOS, 2010). As evidências identificadas demonstram elementos da história das lutas sociais coletivas que buscam a transformação social, direitos e melhores condições de vida. Evidenciam que a história de vida das famílias converge no sentido da construção da utopia da conquista da terra, expressando um cotidiano de resistência privado e coletivo, que constrói novas sociabilidades e cultura, tendo como referência os laços de solidariedade que marcam a vida dos assentados.

Palavras-chave: Experiência histórica. Lutas coletivas. Narrativas

ABSTRACT: The purpose of this article is to understand the changes in the living and health conditions of families based in Palmares II, based on narratives about their trajectories and life experiences, in the light of theories about historical experiences, establishing bridges of dialog between social and political. The research was guided by the qualitative method, with field procedures through ethnographic observations, in-depth interviews and round of conversations. The report produced through the use of oral language allow a presence in the social environment, encoding and decoding life, its meanings and memories. They mean different expressions of humanity and communication (BENJAMIM, 2004). Stories based on oral narratives can reveal to us the experiences of those who live subordinated to the hegemonic power, where voices are silenced and made invisible (THOMPSON, 1998; SANTOS, 2010). The identified evidence demonstrates elements of the history of collective social struggles that seek social transformation, rights and better living conditions. They show that the families' life story converges towards the construction of the utopia of conquering the land, expressing a daily routine of private and collective resistance, which builds new sociability and culture, having as reference the ties of solidarity that mark the lives of the settlers.

Keywords: Historical experience. Collective struggles. Narratives

5.1 INTRODUÇÃO

O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.

Paul Ricoeur (2010a, p. 93).

Tanto na comunicação, como na história, os modos de narrar nos direciona a reflexão para o “contar histórias”. Contar uma história significa estar no mundo. (HELLER, 1993). Com isso, um tempo vivenciado por outrem, narrado por outrem, instaura o tempo das coisas contadas. Esse mesmo narrador seleciona, de um conjunto de acidentes, uma história completa. A narratividade ou, como enfatiza Ricoeur (2010a), a reflexão em torno do tempo de contar e do tempo contado (RIBEIRO *et. al.*, 2017).

Contar a história do Assentamento Palmares II, por meio das narrativas de vida dos assentados, representa dar sentido ao passado, presente e futuro para o significado histórico do acesso à terra, que alterou as condições de vida de milhares de migrantes na fronteira amazônica. Assim, significa dar consciência do presente e sua relação com o passado, na perspectiva de pensar as utopias do futuro.

Narrar a experiência de vida de Cubana³⁶ e de outras mulheres e homens, do assentamento Palmares II, sudeste paraense tem importância histórica, pois se busca humanizar os relatos de vida marcadas pelo sofrimento, mas de sonhos e conquistas.

Com seus três filhos e o marido, Cubana veio do Estado de Minas Gerais para a Amazônia, no ano de 1985, atraída pelas políticas de colonização do governo civil-militar. Primeiro, se localizaram no povoado de Petrolina (MA), dista 60 km da cidade de Rondon do Pará, no Pará, nas proximidades da rodovia BR 010 e da então PA 70 (hoje BR 222), que fora aberta no final dos anos 1970 para interligar o sul do Maranhão e o Nordeste Paraense, ao sul e sudeste do Pará. No Maranhão, trabalharam em fazendas, na juquira e no cuidando do gado. Cinco anos depois, migraram para Goianésia do Pará, às margens da rodovia PA 150, onde adquiriram um pedaço de terra, trabalhando como meeiros, até chegarem à Parauapebas no Pará, ao longo da estrada PA 275, em 1992, período de efervescência das lutas camponesas na região, lideradas pelo MST.

³⁶ Em função das questões relacionadas a conflitos e violência serão utilizados codinomes para identificar os participantes da pesquisa, como Cubana, entre outros.

Cubana, oriunda de família camponesa, do município de Jacinto, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, ao chegar à região se integrou ao MST, juntou-se aos dois mil camponeses que ocuparam a então fazenda Reunidas Rio Branco que deu origem a três assentamentos (Rio Branco, Palmares Sul e Palmares II), todos protagonizados pelo MST na região. Desde 1992, no período de organização dos acampamentos que deram origem aos referidos assentamentos, Cubana trabalhava no setor de saúde e cuidado do movimento, atuando diretamente no uso das plantas medicinais, organizando o plantio das ervas, selecionando e preparando remédios fitoterápicos que ajudaram a combater doenças, como diarreia, gripes, verminoses, entre outras. Segundo o seu relato, essa prática foi herdada de sua mãe e avós que conheciam as plantas, o uso e as formas de cura e cuidado.

Há sete anos, junto a sua filha primogênita, cuida do seu lote com muita dedicação e se orgulha de as duas filhas terem feito o curso superior em Pedagogia da Terra, em Universidade Pública. Cubana, perdeu o pai e o irmão, vítimas de acidentes nos trilhos do trem da Vale³⁷, que transporta minério de ferro; além disso, seu marido e o filho faleceram há sete anos. Hoje, Cubana, 65 anos e sua mãe, de 87 anos (que vive com o irmão de Cubana, de 60 anos) cuidam de dois lotes de 25 hectares cada, na vicinal do Rio Novo. Os dois lotes são referências socioeconômicas no assentamento, com criação de vacas, produção de leite, roça de mandioca, horta de ervas medicinais e legumes (couve, alface, tomate, cheiro verde, alfavaca, cebolinhas, etc.) e criação de pequenos animais como galinhas, porcos, patos, picotas, marrecos, perus e outros. A história de Cubana e de sua mãe representa parte da experiência histórica de luta de milhares de camponesas e camponeses no assentamento Palmares II, que vieram de lugares diferentes, mas com experiências similares no que tange as condições de vida, marcadas pela exclusão e pobreza no meio rural.

³⁷ A movimentação na área é intensa, com o vaivém de caminhões, caminhonetes e ônibus em direção ao Projeto Carajás e a Parauapebas. A seca, com períodos cada vez mais prolongados, faz subir a poeira, que é aplacada pelos caminhões-pipas contratados pela companhia senhora de tudo na região: a Vale. Diversas obras e estradas da empresa cortam Palmares II, incluindo uma rodovia e uma estrada de ferro que corta 22 km no assentamento, para escoar minério da Vale. A cada trinta minutos passa um comboio com 360 vagões de minério de ferro, cobre, ouro e, dizem, na região, até urânio, em direção ao porto de São Luís, no Maranhão, para exportação. A ferrovia está sendo duplicada e os comboios passarão a levar 600 vagões em cada viagem. A Vale tem três minas principais na região: Salobo, Carajás e S11 D. O grande comprador de ferro é a China, que envia o produto industrializado de volta ao Brasil. Duas redes de transmissão de energia cortam a área e outras duas estão em construção. Além delas, mais quatro redes estão programadas, para conduzir energia da controversa usina de Belo Monte. As compensações para tantos cortes e intromissões no assentamento são pequenas. E sobram os problemas, como os dejetos de minérios que a Vale despeja no Rio Parauapebas, que percorre o assentamento durante 20 km (Relatório da APROCPAR, fev. 2019).

Foto 4 - Registro do terreiro da casa de Cubana.



Fonte: pesquisa de campo (2020).

O objetivo do artigo é compreender as transformações nas condições de vida e saúde das famílias assentadas no Palmares II, a partir das narrativas de vida de assentados, como a da senhora Cubana. Os fragmentos das trajetórias e experiências de vida contadas e dialogadas durante a pesquisa foram refletidos à luz de teorias sobre experiências históricas, estabelecendo pontes de diálogos entre as lutas sociais, demonstrando que a história desses camponeses pelo acesso à terra está conectada com as experiências históricas de resistência.

Conforme assinala Ricouer (2010a) a concepção de um presente histórico pressupõe a oportunidade de um sujeito capaz de iniciativa, de um agir. Em condições específicas, o indivíduo se vê afetado pelo tempo, capaz de dar sentido ao passado e gerar expectativas em relação ao futuro. A lembrança de um passado marcado pela subalternização, o acesso à terra como meio de geração de vida e trabalho dignos, impulsiona o presente para a concretização da utopia do futuro.

Neste sentido, pode-se afirmar que a narrativa faz parte da história de grupos sociais, povos e gerações. Assim, comporta pelo menos dois aspectos essenciais: primeiro, uma sequência de acontecimentos e, segundo a valorização implícita dos acontecimentos relatados. Os relatos produzidos por meio do uso da linguagem oral permitem uma presença no meio social, codificando e decodificando a vida, seus significados e suas memórias. Ressignificam diferentes expressões de humanidade e de comunicação (BENJAMIM, 2004). As histórias

baseadas nas narrativas orais podem nos revelar as experiências dos que vivem subalternizados frente ao poder hegemônico, em que vozes são silenciadas e invisibilizadas (THOMPSON, 1998).

As narrativas estabelecem um ponto de vista essencial na história das lutas sociais coletivas que buscam a transformação social, direitos e melhores condições de vida. Será importante a trajetória individual e social, pelo saber fazer da vida cotidiana e pela forma de participação social (TURINI, 2004).

Thompson (1998) buscou em suas análises dar visibilidade a homens e mulheres esquecidos nas interpretações marxistas, afinadas com as teorias estruturalistas, não compartilhando da ideia de que toda história é pura ideologia. Para tal, buscou perceber através da luta de classes a formação de experiências históricas do operariado inglês do século XVIII. O conceito de experiência serviria para Thompson, como um paradigma unificador das ações dos trabalhadores. Desta feita, ele afirmou que a verdadeira preocupação dos pesquisadores deveria ser as questões concretas e objetivas da vida social, direcionando o seu olhar para a complexidade das relações humanas, isto é, para as experiências de vida das pessoas em dado tempo histórico. Contudo, não se trata de algo simples de ser feito, pois se trata de um esforço que requer comprometimento, distanciamento e objetivação durante o processo de pesquisa.

Quando se fala de assentamentos rurais no Brasil e do campesinato³⁸ diversos setores da sociedade, inclusive estudiosos e pesquisadores da área das ciências sociais, consideram essas experiências, espaços sociais condenados ao fracasso, negando e invisibilizando a história brasileira e o protagonismo desses sujeitos sociais que possuem modo de vida e cultura diferenciadas (WANDERLEY, 2015). Os argumentos são diversos, com destaque se concentra a não viabilidade econômica dos assentamentos, que estão às margens do processo de produção capitalista, não sendo espaços estratégicos para o mundo rural brasileiro, que historicamente priorizou a monocultura e o agronegócio, como matrizes centrais do desenvolvimento capitalista. No entanto, Leite *et al* (2004) demonstraram em seus estudos que existem diversas experiências de assentamentos rurais no Brasil que alteraram as condições de vida, trabalho e saúde dos seus integrantes. Em relação às regiões analisadas,

³⁸ O campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, 2015, p. 27).

encontra-se o sudeste paraense, onde um conjunto de assentamentos conformados em um dado período histórico mudou o padrão de produção e a estrutura fundiária da região, marcada pelo latifúndio. Soma-se a isso a evidente viabilidade econômica centrada na produção familiar, com destaque a produção de leite, hortaliças, roças de mandioca, fruticultura e a criação de pequenos animais como já foi evidenciado nos estudos de Souza (2010) e Bringel (2015) no Assentamento em questão.

Com isso, o Palmares II está no bojo desse processo e como outros assentamentos do sudeste do Pará construiu a sua trajetória de sustentação para garantir as mudanças na vida das famílias, a partir das experiências históricas dos assentados, das relações internas e externas estabelecidas, tanto nas dinâmicas culturais, econômicas e políticas. Aqui vale ressaltar o contexto histórico da região no período da implantação do assentamento, as relações políticas e parcerias estabelecidas, mas fundamentalmente a história de vida dos assentados, seus vínculos históricos, suas subjetividades e as condições materiais dadas.

As entrevistas, rodas de conversas e observações etnográficas³⁹ realizadas em campo, junto às famílias assentadas e lideranças do MST, acompanhando o dia-a-dia nas roças e no trabalho no lote, evidenciaram os projetos históricos de vida de camponeses e das lutas coletivas. Trata-se de ferramenta importante para a compreensão de processos de transformação social que despertaram garimpeiros, bóias-frias e peões de fazenda, para o acesso à terra na fronteira amazônica, edificando novos laços de solidariedade e construindo um lugar para se reproduzir e trabalhar. A experiência histórica de luta e resistência dessa gente, sendo visibilizada, faz emergir novos atores sociais, protagonistas de mudanças sociais.

As entrevistas com os assentados e as observações etnográficas em campo utilizadas neste artigo remetem a uma metodologia qualitativa usada para dialogar, organizar e interpretar dados, com foco no estudo de caso. Robert Yin (2010, p. 39) explica que “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Essa estratégia metodológica utiliza técnicas adotadas pelas pesquisas históricas, porém acrescenta fontes de evidências que

³⁹ A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do pesquisador. Com isso, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o pesquisador desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo. Portanto, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador (MATOS, 2011, p. 50).

usualmente não são incluídas no repertório do historiador, tais como grupo de discussão, rodas de conversas e uma série sistemática de entrevistas.

Vale ainda ressaltar outro elemento importante da metodologia adotada aqui. Trata-se da identidade entre *sujeito e objeto* (MINAYO, 2007), em que é natural o pesquisador estar imbricado e comprometido com o seu tema sem, no entanto, deixar de questionar, refletir e revelar novos significados, concebendo o trabalho de campo como construção dialógica. Jeanne Favret-Saada (1977) considera que a pesquisa suscita muitos afetos ligados à história pessoal do pesquisador e às suas opções éticas e políticas, além de uma reflexão sobre as ciências humanas como campo de saber. Os afetos são revelados em uma experiência de alteridade, seja no trabalho de campo, seja por outros meios. Aceitar a ocupar este lugar e se deixar afetar por ele possibilita uma comunicação específica, dialógica e comprometida. Essa práxis pressupõe valorizar processos comunicacionais e diálogos em que as questões, respostas e explicações encontradas para um dado problema de pesquisa são construídas coletivamente, valorizando contribuições e informações descobertas em um contexto construtivo e dinâmico.

5.2 BASES TEÓRICAS

As discussões sobre a validade do saber adquirido na experiência e do conhecimento científico têm caracterizado as sociedades modernas desde a renascença e o iluminismo, com o advento e a consolidação da ciência moderna, como o caminho mais seguro para alcançar a verdade, desprezando e invisibilizando, desta feita, as outras formas de saber baseadas em experiências históricas típicas da vida humana.

Destarte, a crença de que a experiência científica se apresenta como a única forma para se explicar uma realidade social, tem sido problematizada e refletida na contemporaneidade por autores como Mignolo (2017), Grosfoguel (2011) Quijano (2005), Maldonado-Torres (2010), Boaventura de Sousa Santos (2010), Wallerstein (2000), entre outros. Esses autores questionam o desperdício das outras formas de experiências, e criticam o sistema sob a primazia do capitalismo do norte global, colonialismo, racismo e patriarcado, que subalternizam povos de outros lugares (periferia do capitalismo) aos seus domínios.

As memórias coletivas⁴⁰ dos movimentos de resistência coletivos (no meio rural e nas cidades) são desvalorizadas, não comunicáveis (BENJAMIN, 1987), ocultadas e desacreditadas, por se vincularem a grupos sociais subalternizados. Essas formas de saber do mundo vivido estão fora da lógica eurocêntrica, desta feita não se inserem no projeto da modernidade ocidental. Benjamin (1987) evidencia que a narrativa histórica não deve se estabelecer a partir da lógica da modernidade que a negou e a fragmentou, deve sim fugir da objetividade positivista reconhecendo a dimensão da experiência, sem a qual, a narrativa histórica seria composta por uma sequência de imagens simbólicas, sem reflexão e sem registro às experiências reais e legítimas que cada indivíduo e grupo vivencia.

O espaço de experiência se constitui, portanto, como fundamento de sentidos e de verdades a serem chamados na configuração do agir no presente, conforme assinala Ribeiro e outros:

[...] A consciência se faz histórica quando é afetada por um passado que é recebido e interpretado à luz das proposições de sentido e pretensões à verdade que carrega. O passado deixa de ser visto como um depósito morto de fatos dados ou como uma verdade imperativa e se faz presente, oferecendo condições para que o indivíduo produza, nesse seu agir, expectativas quanto ao futuro (RIBEIRO *et. al.*, 2017, p. 37).

A colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista, que sustenta e impõe um tipo de classificação social que opera nos planos materiais e subjetivos. A história recente de colonização da Amazônia, carrega em sua ancoragem caracteres desse paradigma do capitalismo global, eurocentrado, dado que a colonialidade e a modernidade se instalaram em seu território como eixos constitutivos de poder, ser e saber. Tal processo hegemônico de poder forjou experiências de colonialidade produzindo exploração e pobreza, tendo como movimento contra-hegemônico a criação de espaços de emancipação protagonizados por movimentos sociais de resistências que promoveram uma cultura de enfrentamento de todas as formas de violência da lógica da modernidade colonial.

Com isso, as discussões sobre memória coletiva e as experiências históricas das lutas sociais de resistência de todas as faces e manifestações do campesinato (indígenas, posseiros,

⁴⁰ A memória coletiva se contrapõe à memória histórica. Enquanto, a primeira sustenta-se no 'passado vivido' e sobre a 'continuidade temporal', a memória histórica seria "descontínua", apoiando-se sobre um 'passado produzido enquanto objeto da ciência'. Dessa maneira, a memória coletiva não se apoiaria em fórmulas ou leis históricas, mas em determinados quadros que se delineiam a partir da própria experiência do passado (HALBWACHS, 2006).

quilombolas, beiradeiros, etc.) encontram eco nas matrizes conceituais da colonialidade, sendo a expressão do viver na luz e na liberdade, vis-à-vis à escuridão da modernidade, representa uma postura contra-hegemônica, pois a resistência está inserida na cultura e, portanto, nas experiências cotidianas.

Mota Neto (2018) argumenta que os projetos e as práticas no campo da memória podem ser concebidos no núcleo do horizonte da colonialidade e decolonialidade, por dois motivos: primeiro, pela visibilização de epistemes que foram subalternizadas pela lógica do poder colonial e pela colonialidade; segundo, porque mobilizam dinâmicas de transformação dos legados coloniais que ainda hoje persistem.

Com isso, é importante problematizar o contexto e o lócus da pesquisa, que se trata de um território⁴¹ marcado pela migração, isto é, espaço caracterizado por movimento de populações e pessoas por diversas motivações, história de vida e de resistências coletiva. Esse movimento, por vezes foi espontâneo, mas também produto de processos autoritários e violentos contra grupos subalternizados. Desta feita, a “migração” carrega no seu bojo, desejos e escolhas por melhores condições de vida e/ou de um lugar para ser feliz, se realizar. Autores, como Araújo (2009), afirmam que a migração vem da geografia e o “migrante” carrega consigo “uma cultura e uma história, vai construir outras culturas e histórias na interface com as da sociedade que as acolherá” (ARAÚJO, 2009, p. 43).

Autores pós-coloniais⁴² associados aos estudos culturais, como Canclini (1997), Hall (2001) e Bhabha (1998) abordados por Araújo (2009) indicam que a migração está relacionada ao hibridismo de processos socioculturais que produzem a combinação de estruturas, objetos e práticas preexistentes gerando novas estruturas, objetos e práticas. Pode,

⁴¹ Para Santos e Bauman, o mundo é a totalidade impiricizada por meio das redes. O território é totalidade, resultante de um contrato, limitado por fronteiras tangíveis e intangíveis. O lugar é a totalidade, onde se formam a experiência humana, onde ela se acumula, é compartilhada, assimilada, negociada e socialmente concreta, graças à ocorrência de fenômenos sociais agregados, baseado em um acontecer solidário, que é fruto da diversidade (SANTOS, 1996; BAUMAN, 2009 apud COSTA; MENDES, 2014). Milton Santos afirma que o território, ao ser considerado a partir do seu uso, revela que existem tensões entre movimentos hegemônicos e construções locais. Desta feita, o território não é um conceito para Santos, mas se torna um, quando o consideramos a partir do seu uso e dos atores que o utilizam. Assim “o território é um lugar de disputa de forças hegemônicas porque o seu uso é privilegiado por ordem fiscal, produtiva de dinheiro, mas a discussão de seu conteúdo pode ser ampliada a partir de outra política” (SANTOS, 1996, p.101). Nessa direção Costa e Mendes (2014, p.24) asseguram que “o território se liga cada vez mais a um conceito social, uma vez que sua existência se estabelece nas dinâmicas cotidianas locais, as identidades coletivas, nos jogos de força, na ação política e na cultura”.

⁴² Ballestrin (2013, p. 91) afirma que mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade.

também, se referenciar a processos estratégicos de realocização e reinscrição no espaço social e discursivo. “De qualquer modo nos traz sempre a ideia de uma realidade de interface, produzida em espaços de fronteira e possibilitada por movimentos migratórios e de apropriação” (ARAÚJO, 2009, p. 43).

A categoria “migração” considera os elementos sobre cultura e interculturalidade. A fronteira amazônica no sudeste paraense é o lugar do encontro de pessoas e modos de vida diversos que carregam uma experiência histórica que se fundem, criando novas práticas e objetos (MARTINS, 1996). Tais processos oportunizaram na região, lugares e espaços novos, de vida e de cultura. É nessa perspectiva que Homi Bhabha (2003, p. 204) define cultura “como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social”. Com isso, o autor estabelece que a cultura engendra estratégia de sobrevivência, exposição e proposição, um lugar de luta na construção de novos significados.

Martins (1996) analisando processos culturais na fronteira destaca que a esta só deixa de existir quando o conflito e a violência desaparecem, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do nós. O movimento na fronteira representa a busca permanente por terra e trabalho, longe de conflitos e violência, com paz e alteridade.

Na experiência e luta por melhores condições de vida e saúde, os camponeses do assentamento Palmares II foram tomando consciência de classe, não como algo dado, determinado, mas construído a partir das relações estabelecidas nas contradições materiais do modo de produção e das motivações intersubjetivas e simbólicas que envolvem cultura e o legado histórico de resistência que essas pessoas carregam ao longo da existência. Desta feita, a fronteira torna-se também território de construção de classe em si, que partilhando experiências coletivas de vida forjam uma consciência de classe, não apenas estabelecidas pelas contradições do capital, mas pela vivência cultural de resistência, questionando o determinismo de classe.

Essa perspectiva teórica se inscreve nas análises de Thompson (1987) sobre a formação da classe operária inglesa, em que o autor discute a noção de ‘fazer’, como um fato que remete tanto à ação humana como também aos condicionantes individuais, destacando que a classe se constrói no fazer-se. Assim, o autor aponta que classe não é um objeto dado de antemão, mas uma relação que se edifica na medida de sua construção (THOMPSON,

1987, v. I, p. 9). Assim, o autor confirma que a existência concreta de uma classe sobressai pela partilha de interesses e valores por indivíduos diversos, segundo uma experiência histórica em comum, constituindo-se em uma classe antagônica.

Raymond Williams, contemporâneo de Edwar Thompson, com o qual estabeleceu diálogos profícuos, em suas discussões sobre cultura também questiona o determinismo hegeliano nas análises sobre cultura popular e classe social, apontando para necessidade de reavaliar a categoria determinação para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-se de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Williams (2011), problematizando o determinismo da base/infraestrutura sobre as formas de construir cultura, estabelece que nenhum modo de produção e nenhuma ordem dominante podem esgotar toda gama da prática humana, da intenção humana. Portanto, as experiências do mundo vivido, temporal e históricos corroboram na construção de valores e ideias de classe, imersos nas memórias coletivas.

Neste âmbito, Williams (2011) recorre ao conceito de hegemonia proposto por Antônio Gramsci, indicando que a produção cultural opera na sociedade capitalista, diuturnamente, numa lógica de hegemonia. Porém, a fecundidade desse pressuposto está no reconhecimento prático, concreto, de que nenhuma forma dominante, por mais hegemônica que possa ser e por mais força que ela imprima na cultura do vivido, será capaz de dar conta de todas as práticas humanas. É preciso reconhecer que, dada as características complexas e multifacetadas da sociedade, bem como a assunção da história humana como um processo, e jamais a hegemonia operará em uma lógica unívoca de manipulação.

Com isso, a cultura se expressa no movimento, totalidade e contradição das experiências cotidianas. Na obra de Benjamin, o conceito de experiência estabelece diálogos com a teoria do conhecimento, principalmente a kantiana com foco nos problemas da ética, verdade e a estrutural da vida social, decorrentes do papel da técnica no modo de produção capitalista. Nos textos - *Experiência e Pobreza* (1994), *O Narrador* (1994), nos ensaios sobre Baudelaire, Proust e nas *Teses sobre a filosofia da história* (1989), Benjamin aborda com ênfase a pobreza da modernidade e a necessidade - de sua reconstrução.

De acordo Benjamin (1987), a modernidade reduz, diminui e empobrece a experiência como uma categoria de análise da realidade, se considerar os experimentos no campo da economia capitalista que produz guerra e pobreza. Localizar o conceito de experiência como um saber aliado ao conhecimento em busca da compreensão das qualidades das experiências

do mundo vivido e das memórias coletivas representava uma das preocupações do autor. Desta feita, situar historicamente o problema do conhecimento e igualmente buscar a verdade da experiência como um desafio epistemológico e ético, isto é, validar epistemologicamente uma imensa variedade de experiências, superando o impasse epistemológico sobre a natureza da experiência, demonstra os limites da modernidade enquanto mecanismo capaz de transformação da realidade social (LIMA; BAPTISTA, 2013).

Com isso, Benjamin (1984) questiona os rumos do conhecimento, centrado apenas na concepção positivista que reduz o significado histórico da experiência. Conforme autor, as ciências da natureza, matemática e sociais se fundamentam apenas nos princípios da objetividade e universalidade, característicos da ‘experiência científica’, relegando e diminuindo as outras formas de experiência humana como capazes de compreensão da realidade social.

As preocupações teóricas de Thompson e Benjamin permitem um diálogo com a teoria decolonial e com autores pós-coloniais abordados no artigo, principalmente no que tange ao questionamento da hegemonia da ciência moderna como a única forma de compreensão da realidade social. A superação dessa percepção epistemológica reducionista converge nas análises dos atores que defendem a importância da experiência histórica como ferramenta de leitura e compreensão do mundo.

Neste sentido, é a partir do conceito de experiência, como algo dado pelas práticas culturais do mundo vivido, sem a pretensão de esgotá-lo, dado a sua complexidade teórica, bem como as considerações sobre a dinâmica dos assentamentos rurais no Brasil e na Amazônia, que se propõe analisar o caso de Palmares II. A partir da leitura das narrativas históricas coletivas dos atores sociais que construíram um modo específico de vida e sociabilidades em um território de resistência e de disputa por melhores condições de vida e saúde de camponeses. A leitura de autores decoloniais e pós-coloniais corrobora para compreensão do objeto do presente estudo, dialogando com Thompson, Willians e Benjamin.

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Parauapebas é edificado ao longo da rodovia PA-275⁴³, às margens do rio Parauapebas, em antigas áreas de exploração de castanhais, caucho e borracha. Freitas

⁴³ O município de Parauapebas foi criado em 10 de maio de 1988 pela Lei nº 5443, ao longo da PA-275, rodovia localizada no sudeste do Estado do Pará, região marcada pelos enfrentamentos de camponeses versus grandes empresas agropastoris e os empreendimentos do PGC. É um tronco viário vital para o estado, pois

(2015) descreve que em meados dos anos 1970, foram tomadas as iniciativas burocráticas para a construção de infraestrutura na Serra dos Carajás, que se iniciou efetivamente no ano de 1982. Com isso, a CVRD construiu dois polos de habitação, concomitantes. Um polo denominado cidade-empresa, na Serra dos Carajás que abrigou os funcionários da CVRD, principalmente os engenheiros e pesquisadores da mineração e um segundo polo, no “pé da serra”, que abrigava os outros trabalhadores que iam construir a estrada de ferro Pará-Maranhão, com infraestrutura bem inferior. Porém, o segundo polo, as margens da PA-275, no então povoado Rio Verde, que pretendia alocar apenas cinco mil pessoas, rapidamente atingiu vinte mil, impulsionado pelo declínio da exploração de ouro em Serra Pelada e pela possibilidade de emprego e renda no projeto de mineração.

Bringel (2015) destaca que trinta e um anos depois de sua fundação o município de Parauapebas tem seu espaço distribuído e marcado por quatro frentes: a) área de mineração, sob o comando da Vale⁴⁴; b) área de preservação ambiental ou Verde, dividida entre a Terra Indígena dos Xikrins do Cateté e uma área de Conservação Ambiental, chamada de Cinturão Verde, gerenciada e regulada pela Vale S. A; c) Um mosaico de Unidades de Conservação controlada pela Vale e d) área de mancha marrom sob o uso de pecuária e agricultura, de posse de fazendeiros e trabalhadores e trabalhadoras rurais dos assentamentos regulamentados pelo INCRA, entre eles o assentamento Palmares II. Esse processo de espacialização na fronteira amazônica é uma das evidências de que na mesma mesorregião coexistem diferentes interesses e, por isso, trata-se de um cenário de disputas, conflitos e violência, sob a égide do processo de acumulação capitalista.

O Assentamento Palmares II, lócus da pesquisa é resultado da luta e resistência histórica de camponeses no sudeste paraense, especificamente ao longo da PA 275, inserido com maior proporção no município de Parauapebas e em menor incidência, nos municípios de Marabá e Curionópolis. Sua composição interna em regionais estabeleceu-se desde o período de efetivação do assentamento em 1996, tendo como referência as vias de acesso chamadas de vicinais e os grupos que se organizaram na fase de acampamento. Desta feita, o assentamento se conformou com as seguintes regionais: Vila e entorno, Limão, Rio Novo e Três Voltas. O

permite o acesso às principais regiões mineradoras (Carajás, S11D, Projeto Salobo) o que mobiliza fluxos migratórios constantes, produzindo graves conflitos pela ocupação do território, como o caso mais conhecido na história, o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996.

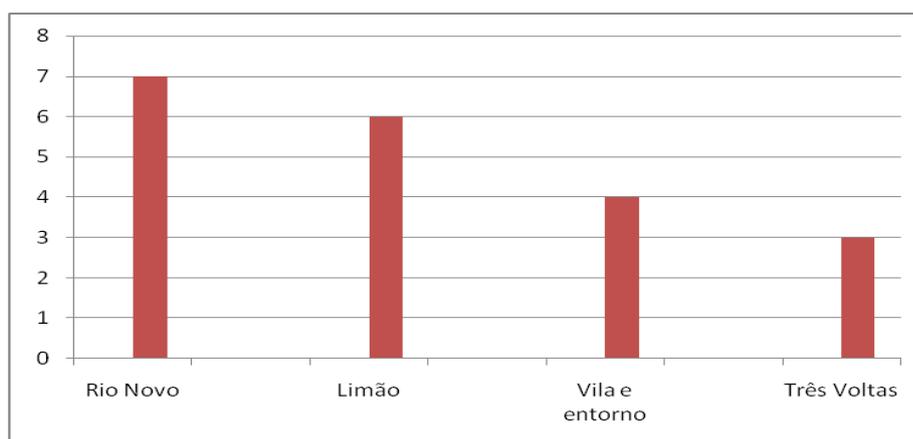
⁴⁴ A partir de 2007 a CVRD passou se chamar de Vale S. A.

MST também se organiza no assentamento por meio de setores, a saber: Comunicação e cultura, Juventude, Saúde, Mulheres, Produção, Educação, Mobilização e Direção.

Durante a pesquisa de campo foram realizadas vinte entrevistas semi-estruturadas atendendo as especificações organizativas do assentamento, tendo a representação de todas as regionais. Assim, os dados recolhidos e observados são produtos de fontes de sujeitos sociais vinculados às famílias mais antigas do assentamento que conhecem a história do território em questão e ao mesmo tempo fazem parte dessa experiência coletiva de resistência. As lideranças do MST entrevistadas estão relacionadas dentro das referidas regionais, visto que eles se reconhecem como pertencentes a grupos e associações engajadas nesses espaços. A vida e atuação dos líderes, sob grande medida se expressam na sua labuta no lote, que se reverberam no assentamento e nas dinâmicas de militância no Pará e no Brasil.

Realizaram-se, ainda, três rodas de conversas na Vila e entorno, Limão e Rio Novo. Não foi possível realizar na regional das três voltas pelo tempo disponível, mobilização e dificuldade de acesso, mas se estabeleceu contatos com famílias da área, para diminuir o grau de interferência significativa nos dados coletados. O gráfico a seguir indica a representação da pesquisa por regional.

Gráfico 1 – Entrevistas realizadas no Assentamento Palmares II



Fonte: autor (2020)

Os entrevistados possuem as seguintes características: Todos são migrantes, sem terra, oriundos principalmente do Maranhão e Piauí, mas com representações específicas de Minas Gerais, Ceará, Tocantins e Goiás. 90% expressivamente estão no Pará desde meados dos anos

1980, tendo estabelecido moradias em outras cidades e lugares no sul e sudeste paraense, onde desenvolveram atividades ligadas à agricultura e pecuária. O restante, 10% são camponeses que chegaram ao Pará no início dos anos 1990, com a perspectiva de trabalho no Projeto Grande Carajás que se encontrava em curva de crescimento de exploração mineral (ferro).

O Assentamento Palmares II apresenta relação aos estudos realizados por Monteiro e Teixeira (2006) sobre a estabilidade econômica dos assentamentos da região da rodovia PA 275, onde identificaram que a origem dos assentados é, principalmente, o nordeste brasileiro, com destaque ao estado do Maranhão (61,82%), Ceará e Piauí, com menos expressão. São camponeses, em sua maioria constituída de negros, que acompanharam o movimento da fronteira, se estabelecendo na região desde o apogeu de Serra Pelada e a consolidação do PGC, que atraiu milhares de camponeses que vieram em busca de terra e trabalho. Os autores destacam:

[...] dos assentados, 45,94% chegaram ao sudeste paraense na década de 1990 em busca de terra e trabalho, e 62,84% foram lavradores noutras áreas antes de serem assentados no sudeste do Pará. São migrantes oriundos, em sua ampla maioria (61,82%), do estado do Maranhão; dos restantes, 8,78% são oriundos do Ceará, 7,77% do Piauí, e apenas 6,41% do próprio Pará, os demais se originam de vários outros estados da federação. (MONTEIRO e TEIXEIRA, 2006, p. 51).

No que tange à idade dos entrevistados, pode-se dizer que 60% possuem entre 44 e 60 anos, portanto, à época da ocupação a maioria era constituída por pessoas de 18 a 35 anos de idade, dado importante, pois os caracterizam em idade jovem e jovem adulto com potencial de luta e resistência para o acesso à terra. Os outros 40% de entrevistados foi constituída de jovens entre 18 a 29 filhos de assentados, nascidos no Pará no bojo das lutas sociais por terra e melhores condições de vida. Desses, 90% não residem no assentamento, estão em processo de formação, principalmente nível superior ou em atividades de coordenação do MST morando entre outras cidades do Pará e do Brasil. Os outros 10% estão morando no assentamento com os pais.

As condições de vida e trabalho dos entrevistados indicam que todos viviam em situações precárias, não possuindo terra, morando de alugue, e/ou agregado e vivendo de um trabalho precarizado, super-explorado e até análogo à escravidão. Dos dados, 60% se constituem de ex-garimpeiros de Serra Pelada, que tem o seu período de decadência no ano de 1992. Os outros, 40% compõem-se de peões de fazenda, meeiros, diaristas em fazendas e/ou empresas rurais.

Trata-se, com isso, de um grupo de pessoas que buscou melhorar suas condições de vida por meio da posse da terra. Eram sem terra que trabalhavam em condições precárias e alguns até em condição análoga à escravidão como o pai do Nicaraguense, que teve sua liberdade cerceada e não recebeu pelo seu trabalho durante meses na fazenda que fora ocupada, a Reunidas Rio Branco.

As rodas de conversas tiveram a seguinte composição: no Rio Novo, reuniram sete assentados; no Limão, dez assentados e na Vila e entorno, seis assentados. Esse procedimento possibilitou um debate coletivo e dialógico que permitiu a reunião de pessoas mais antigas no assentamento e que conhecem a história de conquista e resistência na terra. É a expressão dos pioneiros e suas experiências históricas coletivas que facilitaram a realização da utopia na fronteira amazônica. O tempo médio dos diálogos realizados teve a duração de uma hora, mas sempre depois das conversas ficava o bate-papo, regado tira a gosto, músicas e cantos da terra e bebidas. Falou-se da vida, das histórias da labuta do migrante na fronteira, risos, sofrimento e medo, que caracterizaram os dias no acampamento dentro da fazenda e nos locais que antecederam, como no INCRA e no Cinturão Verde, em Parauapebas.

A pesquisa indicou que a luta pela terra transformou a vida de pessoas a partir das contradições das relações entre capital e trabalho, mas a história de vida e as experiências coletivas, expressas nas narrativas das famílias foram significativas. Tais subjetividades se evidenciam nas narrativas de Boliviano o qual enfatiza que a vida começa a mudar com o acesso à terra. Assim descreve a saga de sua família:

Meu pai desde cedo lutava pela terra, eu sou de uma família camponesa. Todos os meus irmãos foram criados na roça e por isso de onze irmãos que somos, oito deles não foram alfabetizados no período da sua infância e da adolescência. Só depois de adulto eles tiveram acesso à educação. Com histórico de sempre trabalhar em fazendas como agregado e só em 1990, quando chegamos a Parauapebas e que a gente pela primeira vez teve acesso à terra para trabalhar e produzir. O que nos motivou à lutar pela terra foi nossa certeza de que a gente íamos melhorar de vida se tivesse a própria terra e deixasse de trabalhar para fazendeiro (ENTREVISTA COM BOLIVIANO. PALMARES II, 2020).

A família de Boliviano, antes de chegar a Parauapebas passou por várias cidades do sul e sudeste paraense, sendo a mais expressiva, a zona rural de Jacundá, ao longo da PA 150, onde por nove anos sua família trabalhou para fazendeiros da região, no cuidado do gado e na roçagem de juquirá. A ida para Parauapebas foi motivada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) que nos anos 1990 incentivou um grupo de camponeses a se deslocar para

região de Parauapebas onde havia um processo de assentamento de famílias em uma área de colonização incentivada pelo Governo Federal. Assim esclarece Boliviano:

Fui criado em uma família na zona rural, nas proximidades de Imperatriz, no Maranhão. Lá a gente sempre esteve ligada a luta do Sindicato. Lá também tinha muita violência contra lideranças da Igreja e do Sindicato. Estivemos sempre ligadas às lutas. Faz parte de nossa história. A vida trabalhando para fazendeiro é dura. Meus irmãos não estudaram e nunca podemos trabalhar para nós. Tudo que produzimos sempre foi para outros. Sempre sonhamos com a nossa terra e acreditávamos que no Pará iríamos conseguir. Por isso, sempre estivemos perto do Sindicato (ENTREVISTA COM COLOMBIANO. PALMARES II, 2020).

Não obstante às condições de vida de Boliviano, Nicaraguense relata que seu pai era garimpeiro e há 25 anos perambulou com a sua família em garimpos no Pará, mas onde ficou mais tempo foi em Serra Pelada. Até chegar ao Assentamento Palmares à vida foi difícil. O pai dele, segundo seu relato, sempre achou muito ouro nos garimpos, mas a venda sequer dava para alimentar a família. Não entendia do negócio de garimpo, sempre foi agricultor e mesmo no garimpo continuou a trabalhar para outros. Assim descreve Nicaraguense:

Há 25 anos atrás, a gente não tinha casa, não tinha terra para trabalhar, eu não estudava porque meu pai era garimpeiro e vivia mudando de lugar, então eu não tinha um estudo frequente, então para ter uma ideia, eu entrei na escola quando tinha uns 10 ou 11 anos de idade. Mais meu pai nunca perdeu a esperança. Acreditava que um dia iria conquistar o que sempre sonhou, um pedaço de terra para trabalhar. Ele dizia pra nós um dia iria parar e voltar a fazer o que sempre fez quando morava no Maranhão, cuidar da terra. Mas dizia que queria a terra dele, coisa que nunca teve (ENTREVISTA COM NICARAGUENSE. PALMARES II, 2020).

Nicaraguense informa ainda que a despeito de outrora, hoje tem uma vida feliz, com saúde e trabalho digno no seu lote. Assim, continua seu relato:

Hoje a filha de três anos já está estudando, hoje eu tenho casa, naquela época não tinha casa, nem eu, nem meu pai, ninguém. Hoje meus irmãos têm casa, nós temos uma terra que dá para produzir, mas se quiser produzir, plantar, dá para repartir entre os filhos, e o pai ainda está trabalhando e sobrevive dela, temos acesso a tecnologia, a energia, a água. Então, fazendo uma retrospectiva da minha vida, que não era diferente da vida de milhares de pessoas que estão aqui hoje. A gente deu um salto de qualidade, graças a organização, graças a luta social e isso não caiu do céu, tudo a gente foi construindo, pelas coisas assim como estou lutando agora e vamos lutar por agroindústrias que não temos aqui na comunidade que vai melhorar questão da universalização dos produtos, vamos lutar por faculdade que não temos na comunidade, então o nível superior, nível médio, técnico ainda na comunidade (ENTREVISTA COM NICARAGUENSE. PALMARES II, 2020).

É importante destacar que essas alterações nas condições de vida e saúde dessa gente são perceptíveis em seus relatos e se fortalece, dado que o pesquisador esteve na casa no entrevistado no Assentamento Palmares II, observando o cotidiano e o trabalho no lote. Trata-se de gente simples, mas feliz pela terra e o sustento que ela proporciona. No entanto, a liberdade e a autonomia que esses camponeses conquistaram, dado o passado recente que experimentaram, é algo que eles fazem questão de repetir no dia-a-dia.

A família de Nicaraguense está envolvida nas lutas realizadas pelo MST e já participou de diversas ocupações para ajudar outros sem terra a conquistar a terra para viver e trabalhar. O entrevistado integra o setor de saúde do Movimento e se demonstra convencido no que tange à necessidade da luta pela reforma agrária, sendo crítico à empresa Vale, que segundo o Nicaraguense, corta o assentamento e produz mais problemas do que solução para os assentados. O barulho e o perigo do trem, que já ceifou a vida de pelo menos dois trabalhadores da regional Rio Novo; o vai-e-vem de veículos, que entram e saem das vicinais deteriorando as vias de acesso dos lotes e o perigo iminente da barragem de rejeitos, resultado da exploração do minério de ferro.

Como perceptível, a compreensão de classe se dar em dado momento histórico em que as condições materiais e as experiências coletivas juntam milhares de camponeses na fronteira amazônica. Tais processos de condicionamentos sociais fortemente acessados por processos culturais da experiência cotidiana, constroem espaços de luta e autonomia para enfrentar a lógica do capital e de seus processos de subordinação e colonialidade.

As elaborações de Thompson, Benjamin e Willians que estabelecem as discussões sobre experiências coletivas, em um dado momento histórico, mediadas pela cultura e intersubjetividades dos atores sociais, indicam que a construção da consciência de classe desperta e se fortalece no cotidiano das ações sociais e das narrativas históricas que se manifestam na temporalidade da vida dos sujeitos.

A práxis desses atores sociais se impõe contra a forma mais obscura da modernidade, a colonialidade do ser e do poder. Coloca-se na ofensiva dos processos de subordinação do capital, construindo alternativas reais de alterações das condições de vida e saúde. Tais práticas se erguem na cultura do vivido que mesmo sofrendo pressões da infraestrutura e da superestrutura encontram formas de resistência e de superação das situações de opressão. As utopias que esses agentes carregam historicamente são despertadas em um tempo histórico de contradição das relações materiais do capital. Aqui, o MST foi fundamental para criar as

condições de encontro e de mobilização das ações de embates, demonstrando que o trabalho de base realizado por esse Movimento tem sua eficácia na articulação da massa de excluídos e na partilha de sonhos e desejos de uma vida de justiça e paz.

O relato de Nicaraguense é categórico na expressão de que a vida passou por um processo de alteração histórica. Emocionado, sua narrativa retrata a história de seu pai e família, da lembrança passada, à vida presente em uma experiência temporal de libertação e transformação social:

Meu pai era camponês como já disse antes, mas no Pará viveu a sua fase de garimpeiro. Nesse período a vida era difícil, principalmente quando os garimpos ficaram difíceis e o minério que ficou mais no fundo e as condições de garimpar ficaram mais complicadas, porque nas terras que os garimpeiros se apropriaram para garimpar começou aparecer dono do nada e aí começou a expulsar o povo da Serra Pelada e a opção que surgiu depois disso foi ele partir de novo para trabalhar nas fazendas porque não tinha terra e nem outra profissão, veio parar exatamente aqui nessa Fazenda Rio Branco para trabalhar de fazer cerca, construir cercas e fazer pastagem, isso em 1992 e 1993 e nesse mesmo período que ele estava trabalhando aqui e ele foi acertar conta com fazendeiro. E o fazendeiro disse que não devia nada para ele e ameaçou de morte, ele juntamente com todos trabalhadores que estavam na equipe que trabalhava. O dono da fazenda expulsou todos nós e fomos embora para Parauapebas. Fomos morar lá de favor nas casas de conhecidos e meu pai foi trabalhar nesse período de tirar pedras para vender para construção, porque a companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale) estava começando a fazer grandes construções e precisava de muita pedra e naquela época o trabalho era manual. Nesse período já tinha surgido o primeiro assentamento da região, que era o Rio Branco organizado pelo MST, na mesma fazenda que meu pai fora submetido ao trabalho análogo à escravidão. Estava surgindo de novo uma organicidade para poder lutar pela terra na região que foi o começo do nosso assentamento aqui. Os fazendeiros foram denunciados por trabalho escravo e na época encontraram até cemitério clandestino e a polícia federal entrou na fazenda fez todo levantamento dos trabalhadores que tinham nessa fazenda, fez com que o fazendeiro pagasse todos eles e os indenizassem. Foi bem nesse período que o MST já estava se organizando e veio essa terra. No lugar que moro hoje, trabalhei sob o regime de escravidão. Hoje nós somos donos de um pedaço dessa terra, plantamos e criamos. Temos uma vida digna (ENTREVISTA NICARAGUENSE, PALMARES II, 2020).

Nas discussões sobre epistemologias do Sul e pensamento abissal, Santos (2010) é categórico ao reporta-se à modernidade eurocêntrica, como uma experiência produtora do colonialismo que subjuga e invisibiliza raças, povos e nações, principalmente aquelas localizadas na periferia do capitalismo. Trata-se de um sistema-mundo, como nas referências de Wallerstein (2000), que organiza os processos de globalização baseada em padrão de acumulação que seleciona territórios pelas suas riquezas naturais (a serem exploradas), impondo aos povos autóctones condições de marginalização e opressão.

No meio rural amazônico há práticas que coincidem com o padrão sistema-mundo, onde representantes do capital do norte global insistem em invisibilizar e criminalizar grupos sociais, com experiências históricas de resistências coletivas, que ao longo dos tempos estiveram às margens do capital, na condição de massa de trabalhadores marginalizada; mas que, no entanto, não abdicaram da utopia da terra liberta, na fronteira do humano.

A pesquisa evidenciou achados e relatos de narrativas de pessoas e coletivos invisíveis, que se quer sabem escrever seus nomes pela continuada perseguição que ainda se impõe àqueles que enfrentam, resistem e desarticulam, em dado território, o sistema-mundo produtor de invisibilidades. As entrevistas identificaram que os assentados não aceitam serem chamados de migrante, preferem a identificação de camponês, trabalhador rural do MST. Com isso, assim expressa Boliviano.

Muitos de nós só nos tornamos visíveis com a morte. Aí sim a mídia, os governos falam e escrevem o nosso nome. Mas não falam de nossa história, de nossa luta e resistência. Eles não sabem também e não têm tempo para isso. Falam apenas de parte da nossa existência, muitas vezes se referindo a nós e a nossa gente, como migrantes violentos, preguiçosos e perigosos. Como um estrangeiro mesmo, que segundo eles, veio invadir terra daqueles que eles chamam de promotores do progresso, gente de bem. Aí nossa existência é pontual. Apenas os que sempre estiveram ao nosso lado, vão se lembrar de nós. São os movimentos que lutam no campo e as igrejas que nos acompanham nessa nossa jornada (ENTREVISTA COM BOLIVIANO. PALMARES II, 2020).

É importante destacar que a bibliografia que trata da violência e conflitos no campo na Amazônia é ampla, mas poucos trabalhos contam a experiência histórica coletiva de migrantes sem terra que alteraram o padrão de desenvolvimento na fronteira amazônica, proporcionando melhores condições de vida a milhares de ‘estrangeiros’. As discussões se localizam na saga camponesa, nos eminentes conflitos e a violência que retira a vida de muitos camponeses. No entanto, músicas, poesias e artes, presentes nas místicas⁴⁵ dos movimentos camponeses e nas comunidades de base da Igreja Católica contam a histórica dessa gente.

⁴⁵ A mística deve ser entendida como sendo o conjunto de motivações que sentimos no dia-a-dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para a frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro, fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar (MST - A Questão da Mística no MST. São Paulo, abril de 1991, p. 4).

Nas reuniões que acompanhei do MST no assentamento Palmares II, percebi o quanto a mística caracterizada pela poesia, cantos e artes, aproxima passado e futuro, no presente em construção. Tais narrativas de resistência coletiva marcam as lembranças daqueles que eles chamam de lutadores do povo. Trechos do poema a seguir relembram as vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás, conclamado nos assentamentos e acampamentos do MST, expressa a tristeza da perda e a utopia que os mantém juntos e fortes na caminhada.

17 de abril. Dia para nós marcado.
Quando vários companheiros foram mortos e mutilados
Por pessoas desumanas, cruéis e sem coração
Gente tão impiedosa que matou nossos irmãos
Entre esses muitos jovens, que antes pensavam no futuro
Terminam-se seus sonhos naquela curva da estrada,
Lá na curva do “S” por todos assim chamada,

Oziel Alves Pereira, foi um mártir deste dia tão cruel
Que nos causou tanto pranto, descanse em paz, Oziel.
Altamiro Ricardo da Silva, Antônio Alves da Cruz,
Mais duas vítimas massacradas, Deus mantenha sua luz
Sobre nossos companheiros, tende piedade Jesus.
Antônio Costa Dias e o companheiro Irmão,

Pela manhã eram dois que lutavam por seu pão
Pela tarde mais dois corpos que tombavam pelo chão
Abílio Alves Rabelo, Amâncio Rodrigues dos Santos,
Também mortos neste dia com grande crueldade tiraram a vida de tantos
José Alves da Silva, José Ribamar Alves de Souza,
Que horrível crueldade, que tamanha violência
Onde está a sociedade e a tão falada consciência?

Graciano Olímpio de Souza, João Rodrigues de Araújo
Mortos por tais pessoas de caráter vil e sujo
João Carneiro da Silva, Joaquim Pereira Veras,
Não nos veremos mais, pobres pessoas aquelas
Lourival da Costa Santana, Robson Vitor Sobrinho,
São mais duas vítimas massacradas,

Naquele triste caminho
Leonardo Batista de Almeida, Manoel Gomes de Souza
Onde estão já não sabemos, pois já não os vemos mais,
Esperando por justiça. Podem descansar em Paz.
Valdecir pereira da Silva, Raimundo Lopes Pereira,
lutando pela justiça enfrentando as barreiras
Nós lutamos, é por vocês que seguimos nesta fileira
Até quando juízes e governantes do meu povo

A vitória será nossa, pois já não há quem possa calar a nossa voz
Que sempre iremos gritar
Reforma Agrária Já!!

Autor: JOCE – Juventude, Ousadia, Coragem e Esperança

Com isso, poder-se-ia afirmar que na mesma perspectiva de concepção desse poema existem inúmeras manifestações poéticas e artísticas que registram as narrativas da resistência coletiva, marcada pela experiência histórica de sujeitos sociais que se tornam visíveis quando sua práxis é aceita pela sociedade e suas representações atingem as intersubjetividades que marcam as sociabilidades.

No que tange às rodas de conversas, ficou evidente a capacidade de expressão e relatos de vida, individuais e coletivos. Na casa de Chileno, na regional do Limão, reuniram-se lideranças históricas da luta pela terra. Mulheres e homens que relataram as condições que orientaram a luta e a conquista da terra. Colombiana assim relata:

Minha família chegou à região do sudeste paraense, vindo de Açailândia no Maranhão, no início do garimpo de Serra Pelada, lá pelos anos de 1980. Ficamos numa dessas curretelas, em uma área que hoje pertence ao município de Curionópolis. Era um período de explosão de gente nessa região, em busca de ouro. Ficamos pouco tempo, depois mudamos para outra localidade que veio a se tornar o município de Parauapebas. A vida era difícil, pois meu pai era trabalhador braçal e ficava fazendo diárias e empreitas que apareciam nas vilas e áreas rurais para sustentar a família. A disputa era grande no garimpo de Serra Pelada e vida lá era perigosa. Tinha muita violência e mortes. Assim meu pai que era de origem agricultor quis nos tirar de lá. E foi nessa saga depois de anos morando na maior invasão urbana de Parauapebas que tivemos, em 1992, o primeiro contato com o MST. Um grupo de líderes do movimento fazia trabalho de base nas periferias da cidade, para mobilizar gente que vivia em pobreza e miséria para lutar por um pedaço de terra. Foi assim que meus pais viram a possibilidade de alcançar o nosso sonho desde o Maranhão que era ter uma terrinha para trabalhar (RODA DE CONVERSA. PALMARES II, 2020).

5. CONSDIREÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o campesinato na fronteira amazônica têm focado suas análises e questionamentos, principalmente no conflito e na violência, que são práticas presentes nos territórios em disputa, que caracterizam as sociabilidades na fronteira. As análises apregoam que o campesinato tem resistido e enfrentado estas situações adversas da vida pela necessidade de reprodução social.

O presente artigo buscou demonstrar que a experiência individual e coletiva são fundamentos históricos imprescindíveis nas análises sobre a resistência e as conquistas dos camponeses. Tais narrativas retratam as condições de vida e saúde ao longo de um período de enfrentamento das contradições do capital, forjando novas modalidades de resistência, cultura e sociabilidades. O histórico de vida ligada às lutas sociais e a práxis no mundo rural nos lugares de origem e deslocamento dessa gente são expressões de uma contínua e incessante luta pela superação dos processos de subalternização e construção de uma vida de realizações e sonhos da terra liberta.

A condição de garimpeiro, peão de fazenda, desempregado, sem terra, de mulheres e homens, não ofuscou a histórica alteração nas condições de vida dos camponeses na fronteira amazônica. Com isso, a oportunidade criada pelo MST e outros movimentos de luta pela terra, no sudeste paraense possibilitou o despertar de sonhos e utopias, de terra e trabalho, em um contexto de marginalização e sofrimento. Para tanto, as análises sobre as condições de vida no meio rural amazônico, a partir das narrativas e relatos de vida, não podem prescindir da demonstração do papel histórico que os movimentos que lutam pela distribuição da terra têm na história agrária e fundiária do Brasil.

De camponês da Palmares, ex-garimpeiro, ex-desempregado e ex-sem terra:

Minha história sempre foi à vida no meio rural. Tenho mais de sessenta anos e não imaginei que meus dias encerrariam aqui na Amazônia na minha roçinha. Minha vinda para o Pará foi por necessidade. Queria muito criar melhor os meus filhos e a cera aqui no nordeste e condições de trabalho não ajudavam em nada. Como não tinha uma terra minha, trabalho de meeiro. A vida era dura. Então resolvi vim pra cá, com minha família, muito coragem e sonho. Primeiro, andei por vários garimpos até chegar à Serra Pelada, no início dos anos 1980. Parecia que todo mundo do Brasil, que era pobre veio pra cá. Aqui a vida ficou mais difícil, pela violência e as disputas. Até consegui um pouco de ouro depois de trabalhar como um escravo. Mas quando achei que tudo ia bem, o ouro não valia nem um prato de comida. Ninguém tinha dinheiro pra comprar e aí tudo ficou mais difícil. Quando conseguimos arrumar para o almoço e já sabíamos que não íamos conseguir a janta. Sempre um bandeco (refeição) por dia. Até que um dia chegou um povo aí. Eram uns jovens sonhadores

e diziam que era possível conseguir uma terra, mas que era preciso lutar. Nós que só fizemos isso na vida dissemos, então é gente mesmo. Até agora a vida foi sempre muita luta prá nós. E graças a Deus vencemos. Hoje estamos aqui. Um gadozinho no pasto; umas vaquinhas de leite; uma roça de milho, mandioca e arroz; galinhas, porcos e peru. Nada falta nada pra comer. Tem uma televisão, antena, a casa é grande. O melhor! Filhos na cidade empregados e formados. Até que a vida se tornou aquilo que sonhamos. Nisso não podemos esquecer de abaixo de Deus, do Fusquinha e Doutor do MST que nos encontraram naquele garimpo (ENTREVISTA COM PERUANO, PALMARES II, 2020).

Nessa história de vida de Peruano, a lembrança de duas lideranças histórica do MST é significativa. Trata-se de Onalício Araújo Barros e Valentim Silva Serra, duas lideranças do MST, conhecidos respectivamente como Fusquinha e Doutor, que foram executados em Parauapebas, sudeste do Pará, em 26 de março de 1998. Vinte e dois anos depois desses assassinatos os mandantes, no total de 22, sendo nove fazendeiros da região da PA 275, continuam impunes. Essas duas lideranças eram migrantes e realizavam uma das tarefas mais importantes da metodologia de trabalho do MST que era o trabalho de base. Não apenas Peruano, mas todos os entrevistados nessa pesquisa e a pessoas que encontrei e falei na Palmares II lembram da bravura dessas lideranças no enfrentamento ao capital e ao latifúndio da região.

As histórias e narrativas de vida desses camponeses da Palmares II se encontram na luta e resistência pela terra, por melhores condições de vida e trabalho. Com isso, tal abordagem na perspectiva de recompor fragmentos dessa resistência coletiva, implica em demonstrar como no meio rural amazônico, na fronteira do humano se construiu solidariedade e sonhos que forjaram lutas e resistências, frente a subalternização e a colonialidade do poder.

Desta feita, pensar a saúde coletiva na perspectiva dos camponeses na fronteira amazônica pressupõe também recompor essas narrativas e histórias de vida, que nas assertivas de Benjamin questiona os rumos do conhecimento, centrado apenas na concepção positivista que reduz o significado histórico da experiência. Na mesma linha, as alterações nas condições de vida pressupõem também mudanças na correlação da luta de classe e na cultura do vivido, como assinalam os apontamentos de Thompson e Willians, já abordados neste trabalho.

Destarte, as contribuições dessa pesquisa colaboram com a concepção de saúde, na perspectiva da determinação do processo saúde-doença. Nas discussões apresentadas por Breilh (2011) sobre a emancipação e determinação social da saúde, fica evidente que o avanço do capitalismo global nos séculos XX e XXI deteriorou as condições de vida e saúde, quando, cada vez mais, se rompe a relação natureza e sociedade para garantir o sistema produtivo

global. O ritmo acelerado da reprodução do capital na economia global desde meados da década de 1980 maximizou a deterioração da vida em nosso planeta. Assim, o lucro sob à égide do capital, deixa cada vez menos recursos para investimentos para melhorias das condições de vida, conclui o autor⁴⁶.

Neste aspecto, fica cada vez mais evidente que a crença no crescimento econômico, em total descompasso com a natureza e sociedade, não é sustentável. Assim, uma das principais lógicas da econômica liberal apresenta evidências de declínio pela sua incapacidade em proporcionar desenvolvimento com equidade social, justiça ambiental e valorização do humano. Com isso, o modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia carrega na sua gênese as bases do modo de produção capitalista, que estabeleceu uma lógica de acumulação baseada na apropriação e exploração dos recursos naturais e produção de riqueza concentrada, o que aumentou ainda mais as desigualdades sociais, piorando as condições de vida e de saúde.

Por fim, para os migrantes nordestinos, com história de vida e experiências coletivas de resistência, em sua maioria de origem negra, vítimas do colonialismo, seu lugar na Amazônia foi de subalterno, colocados à margem do capital, tendo que se organizar e lutar por um lugar no território que permitisse a sua reprodução social. Muitos estudos no campo das ciências humanas têm dedicado reflexões acerca do campesinato na Amazônia (PEREIRA, 2015; HÉBETTE, 2004; MARTINS, 1996, 1997). No entanto, pouco se problematizou sobre as condições de vida e saúde, a partir do aporte teórico das narrativas e históricas de vida coletiva.

⁴⁶ la aceleración del ritmo de reproducción del capital en la economía global desde mediados de los ochenta, ha maximizado el deterioro de La vida en nuestro planeta. En el mundo y la sociedad actuales, mientras más rápido se reproducen las inversiones y ganancias, menos espacio y recursos van quedando para la vida en la Tierra. En contraste con los tiempos anteriores, no es que haya cambiado la naturaleza del sistema económico que rige en el mundo, sino que se han acelerado sus procesos, acortándose los ciclos de reproducción del capital, lamentablemente mediante mecanismos que han desatado no solamente devastadores cambios climáticos planetarios y destrucción de los ecosistemas, sino 30 también procesos globales de restricción estructural de las condiciones que se requieren para la reproducción de la vida y la salud. En la era actual, el vértigo de La producción, el culto a la competitividad y la celeridad de las operaciones económicas van de la mano con la religión del consumo (BREILH, 2011, p. 3).

REFERÊNCIAS

APROCPAR. **Relatório do encontro regional de avaliação dos 25 anos da Palmares II**. Parauapebas: Fevereiro de 2019.

ARAÚJO, Inesita Soares de. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 42-50, set., 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras escolhidas I.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: Charles Baudelaire um lírico no auge no capitalismo. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_____. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2ª reimpressão. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte Ed. UFMG, 2003.

BOLIVIANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

BREILH. Jaime. Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud. **Conferencia Mundial sobre Determinantes Sociales de la Salud. Movimiento por la Salud de los Pueblos**, Río de Janeiro, octubre de 2011.

BRINGEL, Fabiano O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processo de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 331f. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

Coleção Saber e Fazer Nº 2. **A Questão da Mística no MST.** São Paulo, abril de 1991.

COLOMBIANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

COSTA, Samira Lima da; MENDES, Rosilda. Redes Sociais e territoriais. **Redes Sociais Territoriais: Primeiras Palavras** In. COSTA, Samira Lima da & MENDES, Rosilda. **Redes Sociais e territoriais** (org.). São Paulo. Fap-Unesp, 2014.

CUBANA. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Os Afetos e a etnográfica (tradução Márcio Godman). In. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.

GROSGOUEL, R. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la descolonización de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: VIANELLO, A.; MAÑÉ, B. (coord.). **Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer.** Training Seminar de Jóvenes Investigadores em Dinámicas Interculturales, 4., 2011, Barcelona. **Anais [...]** Barcelona: Edicions CIDOB, p. 97-108, 2011. Disponível em: www.boaventuradesousasantos.pt/media/RAMON%20GROSGOUEL%20SOBRE%20BOAVENTURA%20Y%20FANON.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia** (1971-2011). Belém: EDUFPA, 2004 (Volume I).

HELLER, A. **Uma teoria da história.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEITE, S. et al., (Coord.). **Impacto nos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília; São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: Ed. UNESP, 2004.

LIMA, João Gabriel; Baptista, Luis Antônio. Itinerário do Conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. **Princípios Revista de Filosofia.** Natal (RN), v. 20, n. 33, 2013 (449-484).

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 396-443, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Social. USP**, São Paulo, v.8, n.1, p. 25-70, 1996.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

MINAYIO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ. Vozes, 2007.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu e TEIXEIRA, Sheila do Socorro Lima. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no Sudeste do Estado do Pará, Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1 e 2, p. 48–54, jan./dez. 2006.

MOTA NETO, João Colares da. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Convergências entre a educação popular e a investigação-ação participativa. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(84), 2018. In. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3424>

NICARAGUENSE. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra**: a luta pela terra no Sudeste do Pará. Recife: Ed. da UFPE, 2015.

PERUANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas.. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-129. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart *et al.* A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem (37-58). In. MUSSE, Christina Ferraz *et al.* **Comunicação, Mídias e Temporalidades**. Salvador: Edufba, 2017.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a. v. I.

RODA DE CONVERSA. **Pesquisa de campo** [diálogos observados] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Haroldo. A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA. **Dissertação de mestrado** - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. NAEA/UFPA: Belém, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa (I): árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURINI, Leide Alvarenga. A crítica da história linear e da ideia de progresso: um diálogo com Walter Benjamin e Eduard Thompson. **Educação e Filosofia**, v. 18, n. 35-36, p. 93-125, jan./ dez. 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

WALLERSTEIN, I. Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of the world-system. **International Sociology**, v. 15, p. 249–265, 2000.

WILLIAMS, Raimund. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. *In*: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 42-68.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010.

6. Artigo: DO SONHO DO OURO AO ACESSO À TERRA: SIGNOS DA VIOLÊNCIA EM SERRA PELADA E HISTÓRIAS DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA EM PALMARES II

FROM THE DREAM OF GOLD TO ACCESS TO LAND: SIGNS OF VIOLENCE IN SERRA PELADA AND STORIES OF BETTER LIVING CONDITIONS IN PALMARES II

RESUMO: A proposta deste artigo é mostrar que Serra Pelada (1980-1992), o maior garimpo a céu aberto do mundo, mantém estreita relação com a formação de assentamentos rurais no sudeste do Pará. Para demonstrar que a epopeia dos garimpeiros e a luta histórica dos trabalhadores por um pedaço de terra estão relacionadas há mais de três décadas, são usados dois recursos: uma fotografia feita por Sebastião Salgado em Serra Pelada, em 1986, e depoimentos de ex-garimpeiros que hoje vivem em Palmares II, assentamento criado no município de Parauapebas, em 1996. A discussão tem como base o contexto sócio-político-econômico da fase final da ditadura militar e as primeiras ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará.

PALAVRAS-CHAVE: resistência; narrativas camponesas; Serra Pelada; MST

ABSTRACT: The purpose of this article is to show that Serra Pelada (1980-1992), the largest open gold-digging in the world, has a close relationship with the establishment or rural settlements in southeastern Pará. To demonstrate that the epic of the prospectors and the historic struggle of workers for a piece of land have been linked for more than three decades, two resources are used: a photography taken by Sebastião Salgado in Serra Pelada, in 1986, and testimonies from ex-garimpeiros who now lives in Palmares II, a settlement created in Parauabepas, in 1996. The discussion is based on the social-political-economic context of the military dictatorship and the first actions of the Landless Rural Workers Movement (MST) in Pará.

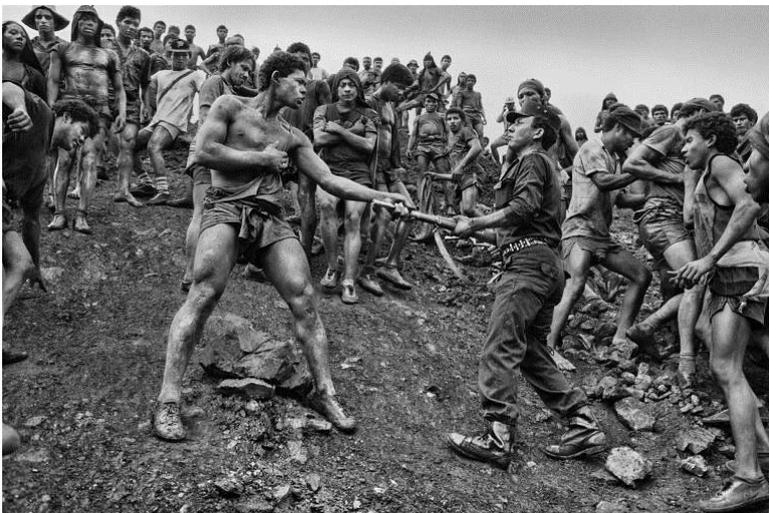
KEYWORDS: Resistance; peasant narratives; Serra Pelada; MST

6.1 INTRODUÇÃO

Minha maior esperança é provocar um debate sobre a condição humana do ponto de vista dos povos em êxodo de todo mundo. Minhas fotografias são um vetor entre o que acontece no mundo e as pessoas que não têm como presenciar o que acontece (SALGADO, 2000).

Primeiro, a descrição de uma fotografia de Sebastião Salgado, produzida em 1986 (Foto1): como uma estátua, o trabalhador se posta firme no chão, com os pés plantados resolutamente na terra, determinado a não ceder um milímetro. Sua mão esquerda agarra a arma do policial. O torso rígido, seus braços fortes e suas pernas musculosas, talhadas nas incontáveis subidas e descidas diárias em escadas improvisadas com sacos de cascalho nas costas, exprimem força e energia. Seu rosto, voltado para o policial e que aparece de perfil para nós, não tem nada de vago ou sereno: é todo concentração. O corpo musculoso do garimpeiro, coberto apenas com um short curto e uma camiseta rasgada, está em perfeito equilíbrio sobre o terreno em declive e contrasta com a figura do militar, fardado e instável. Apesar de diminuído diante da forte presença física do trabalhador, o policial também exprime poder ao encarar o garimpeiro como se tomado pela crença de que é capaz de controlar o mundo a sua volta. A maioria dos espectadores (todos garimpeiros) que acompanha a cena tem seus olhares voltados para os antagonistas. Seus gestos e expressões são facilmente legíveis, alguns olham com atenção, outros com apreensão e outros com espanto, enquanto uma parcela parece querer sair de perto do conflito.

Foto 5 - Garimpeiro segura a arma de um policial militar (Serra Pelada, 1986)



Fonte: Salgado, 2019, p. 86, 87.

Agora, a transcrição do depoimento de um camponês, colhido em 2020:

Trabalhava na terra com meus pais antes da minha aventura em busca de ouro e riqueza. Me tornei garimpeiro, andava por todo canto que diziam ter um lugar para garimpar. Mas foi em Serra Pelada que fiquei por mais tempo. Vivi tempos de sofrimento e perdas. Hoje, tenho uma vida boa. Deixei a bebida, estou na igreja, tenho minha roçinha, minhas vaquinhas, de tudo um pouquinho. Meus filhos estão formados pela universidade e foi na terra que recuperei minha vontade de viver, de sorrir (ENTREVISTA COM COLOMBIANO. PALMARES II, 2020).

Sobre a imagem do garimpeiro que desafia o policial, é possível afirmar que ela revela muito do conflito e da tensão que estavam presentes na epopeia vivida pelos homens chafurdados na lama, cavando em busca de ouro em Serra Pelada, nos anos 1980. Sobre as palavras do camponês, identificado aqui como “Colombiano”, um ex-garimpeiro de Serra Pelada e hoje morador do Assentamento Palmares II, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sudeste do Pará, é possível afirmar que elas revelam a grandeza da vida de um homem simples, repleta de luta, dignidade, fé e esperança.

A proposta deste artigo é colocar esses dois mundos em diálogo. Ou seja, mostrar que o passado de Serra Pelada, tornado presente pela fotografia, desdobra-se nas vidas de homens que, após o fechamento do garimpo em 1992, continuaram a viver na região, substituindo o sonho do ouro pelo acesso à terra.

Assim, é a partir desses dois universos, o que está contido na obra de Salgado e o que está nas histórias orais contadas por trabalhadores rurais do Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, que este artigo se desenvolve. A ideia é demonstrar que o gesto de coragem do garimpeiro e a luta histórica dos trabalhadores pela posse da terra estão ligados, desde a saga migratória, que fez garimpeiros e camponeses na fronteira amazônica e que há mais de três décadas se tornaram realidade no sudeste paraense.

Com isso, as condições que envolveram o surgimento do garimpo de Serra Pelada e do MST no Pará serão analisadas a partir do contexto sócio-político-econômico da fase final da ditadura brasileira, das ações dos líderes camponeses para ocupar latifúndios (terra) grilados⁴⁷ e improdutivos no interior do Estado e de depoimentos de assentados na Palmares II.

⁴⁷ O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida. A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. Apesar das diversas propostas, o governo nunca implementou um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as

As entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores rurais neste artigo e a revisão da literatura realizada para a compreensão do objeto remetem a uma metodologia qualitativa usada para dialogar, organizar e interpretar dados, com foco no estudo de caso. Robert Yin (2010, p. 39) explica que “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Essa estratégia metodológica utiliza técnicas adotadas pelas pesquisas históricas; porém, acrescenta fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório do historiador: grupo de discussão, rodas de conversas e uma série sistemática de entrevistas. Para Leonard-Baxton (1990), o estudo de caso é a história de um fenômeno, passado ou presente, delinear a partir de diversas fontes de evidência, incluindo dados obtidos tanto em observações diretas e entrevistas sistemáticas, como em arquivos públicos ou privados.

A contextualização histórica e espacial do estudo de caso é realizada por meio da interação e cotejamento do caso específico com espaços mais amplos no qual está inserido. A contextualização permite entender o caso como resultante de um processo histórico mais amplo no qual aquele território particular se insere. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio de análises entre o particular e o geral que possibilitam uma maior compreensão das proximidades e diferenças daquele território (assentamento Palmares II) com outras escalas socioespaciais, como a estadual (Estado do Pará), regional (Amazônia), nacional (Brasil), continental (América Latina). Para isso, podem ser usados mapas, séries históricas e produções teóricas que nos informem sobre aquele espaço em múltiplas escalas e seus vários fenômenos relacionados, por exemplo, economia, população, saúde e meio ambiente.

Vale ainda ressaltar outro elemento importante da metodologia adotada aqui. Trata-se da identidade entre *sujeito e objeto* (MINAYO, 2007), onde é natural o pesquisador estar imbricado e comprometido com o seu tema sem, no entanto, deixar de questionar, refletir e revelar novos significados, concebendo o trabalho de campo como construção dialógica. Jeanne Favret-Saada (1977) considera que a pesquisa suscita muitos afetos ligados à história pessoal do pesquisador e às suas opções éticas e políticas, além de uma reflexão sobre as ciências humanas como campo de saber. Os afetos são revelados em uma experiência de alteridade, seja no trabalho de campo, seja por outros meios. Aceitar ocupar esse lugar e se

deixar afetar por ele possibilita uma comunicação específica, dialógica e comprometida. Essa práxis pressupõe valorizar processos comunicacionais e diálogos nos quais as questões, respostas e explicações encontradas para um dado problema de pesquisa são construídas coletivamente, valorizando contribuições e informações descobertas em um contexto construtivo e dinâmico.

O assentamento Palmares II, lócus da pesquisa é resultado da luta e resistência histórica de camponeses no sudeste paraense, especificamente ao longo da rodovia PA 275, inserido com maior proporção no município de Parauapebas e em menor incidência, nos municípios de Marabá e Curionópolis. Durante a pesquisa de campo foram realizadas vinte entrevistas; assim, os dados recolhidos e observados são produtos de fontes de sujeitos sociais vinculados às famílias mais antigas do assentamento que conhecem a história do território em questão e ao mesmo tempo fazem parte dessa experiência coletiva de resistência. Em função da violência e ameaças que persistem na região, utilizaram-se nomes de países da América do Sul e Caribe para identificar os entrevistados.

6.2 UM MUNDO DE SONHO, LAMA, VIOLÊNCIA E PRECÁRIAS DE VIDA E SAÚDE

Serra Pelada, o maior garimpo a céu aberto do mundo, atraiu milhares de homens e mulheres, em sua grande maioria pobres e analfabetos, que, contando apenas com as duas mãos e uma picareta, sonhavam se tornar milionários da noite para o dia⁴⁸. O eldorado amazônico surgiu em 1979, quando a notícia de que um proprietário de terra havia descoberto ouro começou a levar garimpeiros para uma região, distante 153Km distante da sede do município de Marabá, no sudeste do Pará. A maioria da força de trabalho no garimpo de Serra Pelada era composta de pessoas oriundas da região nordeste, sendo a maioria maranhense, se enquadrando em um padrão comum dos garimpos de ouro da Amazônia, cuja força de trabalho se recruta especialmente de migrantes nordestinos, despossuídos de terra e trabalho (MATHIS, 1995). A maioria dos garimpeiros tinha idade entre 21-40 anos e as condições de vida e saúde⁴⁹ no garimpo eram precárias. Depoimentos de ex-garimpeiros que estão na

⁴⁸ Entre 1980 e 1990 o garimpo de Serra Pelada produz oficialmente 48,3 toneladas de ouro, que devido à evasão de ouro, que pode ser calculada em 25% entre 1980 e 1983 e em 50% entre 1984 e 1990, deve corresponder a uma produção real de 56,7 toneladas de ouro. Essa produção representa um valor de 663 milhões de US\$ ou 872 milhões de US\$ para a produção real (MATHIS, 1995, p. 15).

⁴⁹ A discussão sobre saúde e determinação do processo saúde-doença incorpora a categoria das *condições de vida* como expressão particular dos procedimentos gerais de reprodução da sociedade. Esta categoria atua como

Palmares II, vivendo como clientes da reforma agrária, dão conta de que era comum em Serra Pelada doenças como a malária, intoxicação por mercúrio, dores na coluna (lombalgia), febre Oropouche⁵⁰ e agravos provocados por animais peçonhentos, como cobras e outros animais. Além dessas condições de vida e trabalho degradantes, Serra Pelada se notabilizou também pelos graves danos ambientais que promoveu ao longo da exploração do ouro, alterando o metabolismo social.

Mesmo considerando as precárias condições de vida e saúde e a incerteza de alterações no processo de reprodução social, milhares de migrantes foram para Serra Pelada, Amazônia. Como o Brasil atravessava grave crise econômica, com enorme dívida externa, e a mina de ouro era vista como uma possível solução para os problemas financeiros do país, o estado incentivou a vinda da população empobrecida do nordeste brasileiro e de lugares do Brasil. Serra Pelada logo se tornou um importante assunto nacional, as histórias de riqueza e violência embaladas pela febre do ouro atraíram boa parte da imprensa. O garimpo, também, se tornou tema para muitos fotógrafos, entre eles Juca Martins, que fez a primeira grande reportagem fotográfica de Serra Pelada, em 1980, e Sebastião Salgado, que iniciava em 1986 um projeto sobre o declínio do trabalho manual, “o fim da primeira grande revolução industrial”.

Salgado chegou a Serra Pelada quando a montanha havia sido transformada em buraco, quase todo o ouro retirado e cinquenta mil garimpeiros lutavam para manter seca a cava com duzentos metros de profundidade⁵¹. É possível considerar que suas fotografias contribuíram decisivamente para a imagem do local que persiste ainda nos dias de hoje: uma massa densa de corpos que se espalham como formigas por uma cratera gigante e cavam a

mediadora entre os processos mais amplos que conformam o modo de vida da sociedade como um todo e a situação de saúde de um grupo populacional específico. As condições de vida se expressam em quatro grandes dimensões do processo de reprodução social: biológica, ecológica, consciência e comportamento e econômica (CASTELLANOS, 1991).

⁵⁰ No final de novembro de 1994, o Instituto Evandro Chagas (IEC), Belém, Pará, foi notificado de um surto de doença febril (acompanhada de dor de cabeça e nas articulações) na população do garimpo de Serra Pelada, município de Curionópolis no Estado do Pará. Estudos laboratoriais comprovaram que os casos não eram malária, mas sim febre Oropouche, causada pelo vírus Oropouche (grupo Simbu, gênero Bunyavirus, família Bunyaviridae). Considerando a elevada positividade de anticorpos IH e IgM específica para Oropouche na população de Serra Pelada, concluímos que a epidemia foi extensa e apresentou taxa de ataque em torno de 83%, que correspondeu a infecção de cerca de 5.000 pessoas, de um total de 6.000 habitantes na área (ROSA, ET AL., 1996).

⁵¹ Sebastião Salgado só obteve permissão da Polícia Federal, que controlava o acesso à mina, para fotografar Serra Pelada após a saída dos militares do poder, em 1985. O fotógrafo, que na segunda metade dos anos 1960 havia atuado como militante da Ação Popular (AP), uma das organizações de esquerda que combateram o governo militar, antes de se mudar para a Europa, foi monitorado durante a ditadura pelo Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

terra em busca de ouro. Um cenário fantástico, uma típica paisagem hollywoodiana, que remete a uma visão bíblica e a eventos como a construção das pirâmides do Egito. “Nunca, desde a construção das pirâmides por milhares de escravos ou a corrida do ouro em Klondike [que levou cem mil garimpeiros ao Alaska, entre 1896 e 1899], houve uma tragédia humana tão épica”, diz Salgado (1999, p.11). Ao comentar o trabalho do fotógrafo brasileiro, José de Souza Martins (2008, p. 156) afirma que “o épico está na própria brutalidade das cenas, da multidão que atua como formiga, da vontade de sair do nada, de alçar-se acima das possibilidades correntes, de dentro do imenso buraco da escavação”.

As imagens de Salgado evocam também o imaginário de Velho Oeste existente em torno do sul e sudeste do Pará: a coragem e a resistência de milhares de homens que, movidos pelo sonho de enriquecer, enfrentavam um mundo duro, cheio de lama, cruzeza e violência extrema. Praticamente todos os dias ocorriam acidentes e conflitos violentos na mina – os casos de assassinatos ou mortes de garimpeiros vítimas de desabamentos de barrancos; no entanto, não causavam comoção a ponto de interromper a busca pelo ouro. A foto do garimpeiro que olha fixamente para um policial militar enquanto segura com firmeza o cano do fuzil do soldado (Foto 5), uma das imagens mais reproduzidas e, conseqüentemente, mais populares da obra de Salgado, é exemplar dessa situação.

É possível dizer o que se vê na foto de Salgado – como descrito no início deste texto. Mas certamente o que se vê não é tudo o que a fotografia pode expressar, fato que, aliás, é bem típico das fotografias. Ela expressa mais à medida que mais sabemos sobre o contexto em que foi captada. Não que a foto não diga nada a um espectador que desconhece tudo (ou quase tudo) sobre Serra Pelada. A imagem pode dizer muita coisa e certamente evocar outras tantas, dependendo do que ela pode estimular na memória de cada um de nós e da nossa informação prévia sobre o assunto registrado. O significado da foto, portanto, não se limita ao embate testemunhado por Salgado, que suspende o fluxo do tempo no instante exato em que o garimpeiro encara de frente o policial armado.

A fotografia abre a possibilidade de fazer disparar um apelo à memória da época, que não pode ser narrada de modo direto pelo documento visual. O que interessa aqui é o que está além da superfície da imagem, pois ela não reúne em si o conhecimento do passado. O significado da fotografia se encontra mais no olho do observador sobre a cena retratada do que no talento do fotógrafo para registrar as coisas como elas são. É papel do intérprete tentar compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua de um acontecimento

passado. Este é um argumento central para Boris Kossoy (2016), autor de uma metodologia de investigação e interpretação da história por meio da fotografia. Ao discorrer sobre o caráter ambíguo da imagem fotográfica, ele a considera “um meio de conhecimento pelo qual visualizamos microcenários do passado”.

A imagem fotográfica tem muitas faces e realidades. A primeira é a mais evidente, visível. É exatamente o que está ali, imóvel no documento (ou na imagem petrificada do espelho), na aparência do referente, isto é, sua *realidade exterior*, o testemunho, o conteúdo da imagem fotográfica (passível de identificação) a *segunda realidade*, enfim. As demais faces são aquelas que não podemos ver, permanecem ocultas, invisíveis, não se explicitam, mas que podemos intuir; é o outro lado do espelho e do documento; não mais a aparência imóvel ou a existência constatada mas, também, e principalmente a *vida* das situações e dos homens retratados, desaparecidos, a história do tema e da gênese da imagem no espaço e no tempo, a *realidade interior* da imagem: a *primeira realidade* (KOSSOY, 2016, p. 131-132, grifo do autor).

Ainda conforme Kossoy (2016, p. 132), ao examinar determinadas fotografias, o espectador, quase sem perceber, mergulha no seu conteúdo e passa a imaginar “a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto e ou a própria representação (o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido”. Trata-se de um “exercício mental” de reconstituição quase intuitivo. Com base neste pressuposto, a proposta agora é estimular uma reflexão a respeito do contexto onde nasce o gesto do garimpeiro que segura o cano do fuzil do policial militar. Ou seja, pensar sobre como as condições sócio-políticas da época influenciaram a organização do trabalho e contribuíram para manter milhares de garimpeiros sob o controle das forças de repressão.

6.3 UM FUGAZ ESTADO DE INSURGÊNCIA

Apesar da aparência de caos, a atividade em Serra Pelada tinha fragmentos organizativos. A intervenção do governo civil-militar no garimpo, justificado por razões de segurança nacional e pretendendo somente a apropriação máxima do ouro extraído, traz algumas melhorias a Serra Pelada, antes nunca implementadas nos garimpos da Amazônia, tais como posto de saúde, telecomunicação e banco. No entanto, os esforços eram motivados pelo controle do outro, impedindo alterações de infraestrutura básica, como acesso a água

potável, moradia, eletricidade e esgoto, capaz de servir a uma população que chegou a 80.000 pessoas em 1983 (MATHIS, 1995).

Relatos colhidos em reportagens da imprensa indicam que a atividade em Serra Pelada tinha um núcleo organizativo. Logo que o garimpo surgiu, o Governo do general João Figueiredo (1979-1985) enviou ao local Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, ex-combatente na guerrilha do Araguaia. Sua tarefa era assegurar a ordem (ele proibiu o porte de armas, a presença de mulheres e o consumo de álcool), organizar o trabalho (os garimpeiros só podiam cavar a terra verticalmente para evitar invadir o “barranco” vizinho)⁵²e controlar a chegada em massa de mais garimpeiros, além de impedir o contrabando de ouro.⁵³O militar dividiu o terreno em trezentos pequenos lotes de terra (“barrancos”, com área de dois por três metros) e os distribuiu aos pioneiros, de acordo com a ordem de chegada. Os homens que vieram em seguida se tornaram empregados dos “capitalistas” (donos dos “barrancos”).

A fim de que a obediência ao espaço delimitado a cada garimpeiro fosse absoluta, havia repressão por parte do interventor do governo. O major Curió afirmou certa vez no discurso com que iniciava as atividades do dia no acampamento: “Aqui o revólver que atira mais alto é o meu!” “Em Serra Pelada ele cumpriria uma das últimas ações de direcionamento da massa por parte da ditadura, a primeira e última em que a ditadura teve êxito no seu sonho de amansar e enquadrar as populações rurais”, diz Martins (2008, p. 156).

A determinação do garimpeiro que enfrenta o policial é, portanto, um ato concreto de transgressão da ordem, um questionamento da legitimidade do agente repressor. Uma atitude desafiadora perante à lei, em uma sociedade que acabara de passar por 21 anos de ditadura militar. O ato do garimpeiro é uma forma de ação política executada por alguém cansado de se submeter a condições precárias de existência. De quem clama por justiça, de quem pede o reconhecimento de direitos e de quem sempre ficou à margem das decisões sócio-políticas do país. Sua reação visceral traz à tona a consciência e a convicção de um sujeito que chegou ao seu limite. Ao articular sentimentos de luta contra a opressão e a injustiça, a fotografia de Salgado pode ser vista como um símbolo de resistência contra o poder policial e como uma reação às forças que se opõem ao trabalhador. Ela remete, enfim, à ideia de um levante.

⁵² O cascalho era colocado em sacos e transportados pelos carregadores de terra, que subiam dezenas de metros por precárias escadas de madeira, batizadas como “adeus, mamãe”, para depositá-los fora da cava sob vigilância do “apontador”, homem de confiança do “capitalista”. Os sacos eram então levados para uma área de peneiração, também pertencente ao dono do “barranco”.

⁵³O major Curió obrigou que todo o ouro fosse vendido ao posto local da Caixa Econômica, que pagava à vista, mas abaixo do preço do mercado. Isso, porém, não foi suficiente para impedir o contrabando de ouro.

Segundo Judith Butler (2017, p. 24), um levante, de maneira geral, emerge “mais da indignação, da recusa, da raiva, de uma condição em que se vê a dignidade, vinculada aos limites morais do que deve ser suportado, negada ou aniquilada”. A imagem captada por Salgado, passível de integrar uma “iconografia das revoltas”, é representativa dessa sensação de que o limite foi ultrapassado. A fotografia do garimpeiro de “coragem admirável” que enfrenta uma “autoridade estabelecida” se enquadra no que a autora (2017, p. 26) denomina “metáfora estruturante” dos levantes: “a imagem de alguém que se levanta, alguém para quem se levantar representa uma forma de libertação, alguém com capacidade física de se libertar das amarras, das correntes, dos sinais de escravidão, da sujeição, do feudalismo”.

Um levante acontece quando pessoas começam a se agrupar, a se deslocar, a se manifestar em público e agir para dismantelar o regime ou o poder ao qual se sujeitam. Esses agrupamentos, deslocamentos, manifestações públicas e ações se baseiam na indignação e na recusa, na convicção de que a sujeição não só foi longe demais, mas que, além de tudo, é injusta. O levante é uma forma real e coletiva dessa convicção, numa situação em que não há sujeito coletivo único. É uma convicção partilhada que circula entre pessoas: ela é heterogênea, mas alinhada; é encarnada de forma diferente, mas é comum (BUTLER, 2017, p. 29).

No entanto, o levante não é algo individual. Não existe levante de um homem só, ou seja, “O levante é sempre uma aventura coletiva, uma palavra que não existe individualizada”, afirma Antônio Negri (2017, p. 39). Ou seja, quem faz um levante o faz em conjunto e ao constatar um sofrimento inaceitável. A indignação individual do garimpeiro não teve potência suficiente, ou não provocou comoção suficiente, para mobilizar outros garimpeiros a se rebelarem contra as precárias condições de trabalho e a violência policial – o militar havia se comportado de forma demasiadamente agressiva após prender um trabalhador que invadira o “barranco” de outro garimpeiro. Na fotografia de Salgado, a presença de um homem que, de braços cruzados, apenas observa a cena complacentemente é um indício de que a indignação não se propagou. É possível que o desejo individual de enriquecimento fosse mais forte do que a capacidade coletiva de união do grupo. Assim, o “nós” não se formou em Serra Pelada.

6.4 MST E PALMARES II: HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

No Brasil, os assentamentos rurais têm registros em meados dos anos 1980, mas começam a se intensificar na década seguinte com o processo de abertura democrática, sendo que a sua formação foi vista com estranhamento, medo e preconceito por populações locais. Tal comportamento pode estar vinculado aos históricos conflitos pelo acesso à terra experimentado em várias regiões do país, mais especialmente no Pará, Amazônia Oriental, onde se tem registro de inúmeros massacres, execuções e mortes de lideranças camponesas e defensores de direitos humanos em função dos conflitos e da violência que se intensificaram a partir dos anos 1970 com a vinda de milhares de migrantes para a Amazônia, acompanhada de um processo desigual de ocupação do território, no qual o Estado priorizou as empresas rurais, bancos e os grandes empreendimentos agropastoril, em detrimento do assentamento de colonização e reforma agrária (PEREIRA, 2015; HÉBETTE, 2004; LEITE *ET AL.*, 2004).

O avanço das mobilizações e luta pela distribuição da terra, protagonizado pelos movimentos sociais do campo, utilizando como estratégia a ocupação de terras, levou à construção de uma série de assentamentos rurais no Brasil, consolidando e notabilizando organizações camponesas com parte essencial na construção de novas formas de viver e se reproduzir no meio rural, melhorando as condições de vida de milhões de famílias.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como parte central nesse processo de construção de outro mundo rural, sem latifúndio e com melhores condições de vida, surge em Cascavel, no interior do Paraná, em 1984, com o objetivo de chamar atenção da população para a necessidade da reforma agrária. O MST logo passou a organizar ocupações de grandes propriedades improdutivas no interior do país. No Pará, as primeiras ações aconteceram no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, nas regiões sul e sudeste. Uma delas pode ser considerada um marco da implantação do MST no Estado, pois serviu de experiência para o movimento se adaptar a uma área com altos índices de violência contra camponeses e forte poder de reação dos latifundiários e da Polícia Militar, em um contexto de disputa por um território rico em recursos minerais como fora Serra Pelada.

Em julho de 1992, 548 famílias ocuparam a fazenda Reunidas Rio Branco, em Parauapebas, município do sudeste paraense, núcleo central do Programa Grande Carajás da Companhia Vale do Rio Doce, hoje denominada apenas Vale. A desocupação da fazenda por

parte da polícia foi imediata. Enquanto famílias entravam na propriedade, outras já estavam sendo despejadas. Mas o sentimento de indignação e de injustiça, aliado à vontade de não se submeter ao poder latifundiário manteve o grupo unido na convicção de que era preciso lutar pela terra.

Com isso, o MST realizou outra ocupação na fazenda Reunidas Rio Branco, que resultou na criação de dois PAs – Palmares I, conhecida como Palmares Sul; e Palmares II, que para o INCRA é apenas PA Palmares. Como houve divisão interna durante o processo de ocupação, 327 famílias ficaram na Palmares Sul, ocupando uma área de 9.614,6931 hectares, tendo a data de criação do PA, em 13 de dezembro de 2001. No assentamento Palmares II ficaram 517 famílias, na maior área da fazenda, equivalente a 14.921,8902, tendo o PA sido regularizado no dia 11 de março de 1996. Com isso, o total desapropriado das fazendas Reunidas Rio Branco foi de 36.471 hectares.

É importante destacar, conforme assinalaram Moreira e Pereira (2020), a fazenda Rio Branco era da família Lunardelli, cafeicultores do Paraná e de São Paulo. No sul do Pará concentrou cerca de 400.000 hectares. Eram proprietários, por exemplo, da Cia. de Terras da Mata Geral (Fazenda Santa Tereza), de 201.528 hectares, no município de Redenção; da Fazenda da Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A (CODESPAR), de 52.358,4 hectares, no município de Santana do Araguaia e da Administração Agrícola Ltda. (NICOBAN), de 143.847 hectares, no município de Santana do Araguaia.

Apesar do cenário conturbado, o MST demonstrou capacidade para estabelecer condições materiais e simbólicas para que ex-garimpeiros, ex-agricultores, boias-frias, meeiros e peões de fazenda, muitos deles vivendo em condições análogas à escravidão, voltassem à terra para retomar suas experiências agrícolas que estavam adormecidas devido a fatores como a migração e a diáspora. Esses trabalhadores, a maioria oriundos de Estados do Nordeste, entre eles Maranhão, Piauí e Ceará, foram atraídos ao sudeste do Pará pelo governo militar, que nos 1970 iniciou uma campanha de ocupação da Amazônia, e pela descoberta de ouro em Serra Pelada. Palmares II se tornou exemplo de resistência e luta social dos camponeses por melhores condições de vida e trabalho, além de espaço de múltiplas relações sociais, trocas de saberes e solidariedade, o que contribui no esforço por soluções para problemas como desemprego e sistemas de saúde e educação deficientes.

Palmares II é uma alternativa de acolhimento aos migrantes que chegam, principalmente do Maranhão e, sem trabalho e se instalam nas periferias das cidades da

região. No assentamento, o MST promoveu a formação de dezenas de lideranças camponesas, hoje envolvidas em diversas formas de cooperação, associativismo e lutas políticas. O local, que tem cerca de 14 mil habitantes, também é um ponto de resistência ao Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral iniciado pela Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), nas décadas de 1970-80. O Projeto Carajás, como também é conhecido, se estende por 900 mil quilômetros quadrados, englobando terras dos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. O programa, que atua em uma das maiores áreas de extração de minério do mundo, tem apoio político e econômico de autoridades e empresários locais, regionais, nacionais e internacionais.

6.5 HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA COLETIVA DE GARIMPEIRO A ASSENTADO NO PALMARES II

O surgimento da figura do garimpeiro, personagem que se configura já em meados do século XVIII, está ligado essencialmente a dois fatores: o primeiro refere-se à mineração como atividade ilegal, localizada em lugares de difícil acesso, embrenhada na floresta e realizada por migrantes. A segunda, refere-se à presença de conflitos, arbitrariedades, desigualdades e injustiças no acesso e na divisão do trabalho que não privilegiavam os pequenos mineradores. Geralmente, a figura do garimpeiro apresenta uma conotação negativa, desprezando-se a identidade e a história de vida que marca o movimento dessa gente por lugares e garimpos, os mais longínquos. Trata-se de uma categoria social localizada à margem do sistema capitalista, excluída política e culturalmente. A maioria é estrangeira no garimpo em que trabalha e marcada pela opressão e subalternização.

A literatura sobre os assentamentos rurais no Brasil – e, especialmente na Amazônia – dá pouco destaque à categoria garimpeiro nas análises da conformação dos atores sociais que se empenham em acampamentos e assentamentos, disputando o acesso à terra e melhores condições de vida e saúde, meio a conflitos e violências. Considerando que os assentamentos rurais não são espaços homogêneos e carregam uma diversidade de experiências históricas de vida e de trabalho, é importante notar o papel da figura do garimpeiro na conformação de muitos assentamentos especialmente na Amazônia. Medeiros e Leite (2004, p. 17-18) asseguram que:

Os assentamentos podem ter diferentes origens sociais e espaciais:[...] posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados ue, diante das dificuldades financeiras de acesso a terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros (MEDEIROS; LEITE, 2004, P. 17-18).

Na composição conceitual de Medeiros e Leite (2004), a categoria garimpeiro não aparece como ator social que compõe a diversidade de sujeitos que corroboram para a formação de assentamentos. Com isso, é importante destacar que o garimpeiro teve papel privilegiado na conformação de assentamentos rurais na Amazônia, especialmente no sudeste paraense, como é caso do Assentamento Palmares II. Conforme destaca Nicaraguense:

Há 25 anos nós não tínhamos casa, não tínhamos terra para trabalhar, eu não estudava porque meu pai era garimpeiro e vivia mudando de lugar, então eu não tinha um estudo freqüente Pra ter uma ideia eu entrei na escola eu tinha 10, 11 anos de idade. Minha filha que tá com 3 anos hoje já tá estudando, hoje eu tenho casa, naquela época não tinha casa, nem eu, nem meu pai, ninguém. Hoje meus irmãos têm casa, nós temos uma terra que dá para produzir, mas se quiser produzir, plantar, dá para repartir entre os filhos, e o pai ainda está trabalhando e sobrevive dela, temos acesso à tecnologia, a energia, a água. Da vida de garimpeiro, dura e sofrida, chegamos a assentado na Palmares II. Não foi fácil. Foi preciso acompanhar o MST e enfrentar a violência (ENTREVISTA COM NICARAGUENSE, PALMARES II, 2020).

Os relatos dos camponeses nas três rodas de conversas realizadas no assentamento dão conta de que a Palmares II teve em sua constituição muitos ex-garimpeiros de Serra Pela.⁵⁴ Conforme foi observado nos diálogos, vários foram os motivos que levaram a esse fato. Primeiro, diz respeito ao trabalho de base realizado pelo MST nas currutelas do garimpo de Serra Pela, onde haviam centenas de garimpeiros passando fome, em precárias condições de saúde e sem um lugar para morar. Tratava-se da fase final de funcionamento de Serra Pelada e muitos garimpeiros e suas famílias estavam na marginalidade e se deslocando para as periferias de Curionópolis e Parauapebas, cidades com um considerado inchaço populacional e com índices de violência em ascensão. Segundo, a proximidade geográfica da área que seria

⁵⁴ Das entrevistas realizadas, de 20 realizadas, 8 são ex-garimpeiros, o que representa 40% dos entrevistados. Considerando, as rodas de conversas, o número de ex-garimpeiros chega a 50%.

ocupada da região de Serra Pelada, o que facilitava o transporte e a mobilização para a ocupação da fazenda. O terceiro fator refere-se ao histórico de vida daqueles garimpeiros, marcada pela subalternização e sofrimento, característica de Serra Pelada, que os tirou pessoas próximas, seja pela morte ou pelo abandono do garimpo. E, por fim, dos elementos identificados está a questão do trabalho. A maioria dos garimpeiros que estava na marginalidade não tinha profissão, pois as atividades que já haviam realizadas referiam-se ao garimpo, peão de fazenda e pequeno agricultor. Portanto, a vida na periferia da cidade seria muito difícil. O acesso à terra parecia a alternativa mais certa para mudar o padrão e as condições de vida. Assim, a riqueza do ouro de Serra Pelada que não chegou, deu espaço para uma vida melhor no assentamento Palmares II. Assim sintetiza a vida em Serra Pelada Paraguaio:

A miséria me fez sair do Maranhão. A vida lidando com a roça era dura. Sem terra, sempre trabalhei para os fazendeiros que pagavam pouco e exploravam demais. Aqui no Pará vim atrás de uma terrinha, pois diziam que tinha muito. Cheguei no final dos anos 1970 e andei por vários lugares, até chegar em Serra Pelada. Sempre trabalhando para os malditos fazendeiros. Até que um dia um amigo falou de Serra Pelada. Disse que tinha muita gente indo pra lá e que lá tinha muito ouro. Nem pensei duas vezes. Levei toda família pra lá. Ah meu amigo! Se a vida era difícil, ficou pior ainda. Sem experiência de garimpo fui trabalhar para os outros carregando cascalho. Ganhava somente para comer, e mal. Peguei malária não sei quantas vezes e trabalhava com febre e tremor. A coluna estragou. Minha família sofreu. Filhos não estudaram e até a mulher me deixou. Em Serra Pelada, tinha muita disputa e o ouro não era suficiente para todos. Violência e morte eram comuns nas currutelas. Uns tinham mais sorte e encontravam ouro, mas gastavam nas festas, nos bordéis e em bebedeiras. Sem esperança e vivendo precariamente, devo minha vida hoje aos moços do MST. O Fusquinha e o Doutor foram lá perguntar quem queria uma terrinha. Eu fui um dos primeiros que disse que queria. Não aguentava mais Serra Pelada. Foi aí que eles explicaram que tinha que lutar e que não seria fácil. Aí eu disse: quem já sobreviveu aqui nesse garimpo, sobrevive a tudo. E foi assim que minha vida mudou. Hoje estou aqui na minha terrinha. A mulher não voltou. Arrumei outra companheira, mas tenho contato com meus filhos. De tudo tenho um pouquinho. Mas, o mais importante é que tenho dignidade (ENTREVISTA COM PARAGUAIO, PALMARES II, 2020).

O depoimento de Paraguaio corrobora com a percepção que ficou evidente nas observações de campo e nos diálogos das rodas de conversas. O acesso à terra transformou a vida de muitos garimpeiros de Serra Pelada, que outrora viveram experiências de trabalho sofrido no meio rural, seja no Pará, seja em seus Estados de origem. Tal constatação que indicou a pesquisa, revela que os garimpeiros de Serra Pela, eram produto de experiências diversas. Os que encontramos na Palmares II apontaram que viveram em condições de subordinação, pois também no garimpo, existe uma divisão do trabalho baseada nas condições

materiais e nas relações de poder existentes. O estabelecimento de classes sociais está sempre dado, quando a labuta implica em alterações nas condições de vida material e de poder.

Em que medida foi importante a atuação do MST nessa região, criando possibilidades de alterações nas condições de vida de milhares de pessoas, despossuídas da terra, cabe aos pesquisadores das ciências sociais tornarem visíveis, frente às formas de colonialidade do poder que se instalou na região e que hoje é o elemento central na acumulação capitalista baseada em commodities e na financeirização do capital.

Serra Pelada sempre esteve na estratégia do governo civil-militar de exploração dos recursos naturais da Amazônia, baseada em um paradigma de desenvolvimento exógeno. Concomitante à Serra Pelada, surgiram as cidades povoadas por migrantes nordestinos e de outras regiões do Brasil, que depois vão dar suporte e trabalho para erguer a então Companhia Vale do Rio Doce, obviamente em condições de marginalidade. A criação do município de Parauapebas é emblemática nas narrativas dessa história. No pé da serra foi estimulado o surgimento do município pelos migrantes empobrecidos, sob articulação e domínio da oligarquia decadente dos antigos castanhais da região. E, na Serra de Carajás foi construída a estrutura daquela que se tornou proprietária de toda a riqueza mineral da região, que hoje sob a designação de Vale, continua sua rapina através do projeto agrominerador, centrado em commodities e acelerando o processo de metabolismo social (HARVEY, 2013).

A história recente mostra que tanto as populações tradicionais, como os povos indígenas Xikrin do Rio Catete, como também os assentamentos rurais da região, vivem sob o risco de perder territórios, riquezas naturais e a produção agrícola familiar proporcionada para região. Os danos ambientais atuais já colocam em questão a reprodução social dessa gente e aponta para perigos maiores no que tange as barragens de dejetos produzidas por esse empreendimento no coração da Amazônia Oriental.

Por fim, as entrevistas, rodas de conversas e observações de campo demonstraram que a luta desses assentados que têm uma experiência histórica de resistência ao longo de suas vidas continua. Desta feita, com novos atores sociais, que são filhos e filhas de assentados, jovens que já movimentam para continuar a saga dos seus pais e antepassados em busca de justiça, paz e melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BUTLER, Judith. Levante. *In*: GEORGES, Didi-Huberman. **Levante**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- CASTELLANOS, Pedro Luis. **Sistemas Nacionales de Vigilancia de la Situación de Salud según Condiciones de Vida**: y el Impacto de las Acciones de Salud y Bienestar. Washington D.C: OPS/OMS, 1991.
- COLOMBIANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Os Afetos e a etnográfica (tradução Márcio Godman). *In*. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (1971-2011)**. Belém: EDUFPA, 2004 (Volume I).
- KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição história através da fotografia. *In*: KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.
- LEITE, S. *et al.* (Coord.). **Impacto nos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília; São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: Ed. UNESP, 2004.
- LEONARD-BAXTON, D. **A dual methodology for casestudies: Synergistic use of a longitudinal single site withreplicated multiple sites**. *Organization Science*, 1990, n. 3, 248-266.
- MATHIS, Armi. **Serra Pelada**. Belém-PA: UFPA, 1996. Paper do Naea, 50
- MARTINS, José de Souza. A epifania dos pobres da terra. *In*: MAMMI, Lorenzo; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **8 X fotografia**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (org.). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MINAYIO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petropolis-RJ. Vozes, 2007.
- MOREIRA, Edma Silva; PEREIRA, Airton dos Reis. Government and popular participation in the Brazilian Eastern Amazon Region. **International Journal of Advanced Engineering**

Research and Science. v. 7, n. 4, Apr. 2020. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/government-and-popular-participation-in-the-brazilian-eastern-amazon-region/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NEGRI, Antônio. O acontecimento “levante”. In: GEORGES, Didi-Huberman. **Levantes**. [São Paulo]: Ed. SESC SP, 2017.

NICARAGUENSE. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Jax Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II

PARAGUAIO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA, 2020. Assentamento Palmares II

PEREIRA, Airton R. **Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no Sudeste do Pará**. Recife: Ed. UFPE, 2015.

ROSA, Amélia P.A.T. El. Al. Epidemia de febre do Oropouche em Serra Pelada, Município de Curionópolis, Pará, 1994. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, n. 29, p. 537-541, nov./dez, 1996.

SALGADO, Sebastião. La Serra Pelada: les blancs pauvres sous la peau de l'indien. In: SALGADO, Sebastião. **Serra Pelada**. Paris: Nathan, 1999.

SALGADO, Sebastião. **Gold: Serra Pelada**. São Paulo: Taschen, 2019.

_____. **Êxodos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA, Iterpa, 2001

YIN R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010.

7. Artigo: COMUNICAÇÃO DIALÓGICA E COMUNIDADE GERATIVA: O PAPEL DA RÁDIO COMUNITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO PALMARES II

DIALOGICAL COMMUNICATION AND GERATIVE COMMUNITY: THE ROLE OF COMMUNITY RADIO IN THE CONSTRUCTION OF RESISTANCE IN THE PALMARS SETTLEMENT II

Resumo: As alterações nas condições de vida e saúde por meio do acesso à terra no meio rural amazônico não podem prescindir dos processos de comunicação dialógica, por meio de veículos populares e alternativos. A criação de novas sociabilidades, em um contexto de sofrimento e de resistência, impõe interações e colaboração entre os sujeitos que atuam no território, espaço de cultura e intersubjetividades. O presente artigo analisa a narrativa histórica da Rádio Comunitária Camponesa “Palmares FM 106,3” do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Parauapebas, região sudeste do Pará. Para isso utilizou-se a matriz metodológica qualitativa, a partir de entrevistas, observações em campo e rodas de conversas de base colaborativa e não-extrativista. Como resultados e discussões compreenderam-se as associações de resistência cultural e política da Rádio Palmares II com as fundamentações sobre a importância da comunicação dialógica nas concepções de Paulo Freire (1971) e de comunidade gerativa de Paiva e Sodré (2006). Nas considerações finais problematizou-se a discussão do potencial dialógico, ativo e de do agir em resposta ao atomismo social da Rádio Comunitária e de sua importância para o movimento social camponês, corroborando com as condi es de vida.

Palavras-chave: Comunica o. Resistência. Comunidade. R dio Palmares II.

Abstract: The changes in living and health conditions through access to land in rural Amazonia cannot do without dialogic communication processes, through popular and alternative vehicles. The creation of new sociability, in a context of suffering and resistance, imposes interactions and collaboration between the subjects who work in the territory, space of culture and intersubjectivities. This article analyzes the historical narrative of the “R dio Comunitária Camponesa Palmares FM 106.3” of the settlement of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in Parauapebas, southeastern region of Pará. For this, the qualitative methodological matrix, based on interviews, field observations and conversations on a collaborative and non-extractive basis. As results and discussions, the associations of cultural and political resistance of Radio Palmares II were understood with the fundamentals of the importance of dialogical communication in the conceptions of Paulo Freire (1971) and the generating community of Paiva and Sodr  (2006). In the final considerations, the problem is discussed in terms of potential dialogical, active and action in response to the social atomism of Community Radio and your importance for the social movement of the peasants, corroborating the living conditions.

Keywords: Communication. Resistance; Community. Rádio Palmares II.

7.1 INTRODUÇÃO

Palavra não é o privilégio de algumas pessoas, mas o direito de todas (FREIRE, 2006)

O pensamento de Paulo Freire (2006) sobre comunicação inspirou os movimentos de comunicação dialógica e participativa e de leitura crítica nos anos 1970, quebrando a lógica de passividade do receptor no processo de comunicação. Sua práxis despertou e orientou as ações dos movimentos populares no uso da comunicação como ferramenta de transformação de homens e mulheres, em sujeitos sociais. Com isso, os movimentos populares que surgiram no período marcado pela ditadura civil-militar e pós-ditadura inseriram nas suas práticas sociais a dimensão política e pedagógica da comunicação, ampliando o direito do uso da palavra, em um contexto democrático, participativo, crítico, dialógico e libertador.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde a sua gênese, teve a comunicação como área estratégica de luta e resistência frente às opressões, violência e conflitos, decorrentes de suas atividades de ocupação de terras devolutas e latifúndios improdutivos no Brasil. Com isso, a comunicação do MST não se limita apenas ao uso dos meios disponíveis e à difusão de conteúdos que dão visibilidade à luta social no campo e à Reforma Agrária. O Movimento desenvolveu uma crítica aos meios de comunicação de massa e criou os seus próprios instrumentos de comunicação como: Jornal do MST, Boletins e Tabloides locais, regionais e estaduais, Rádios e TVs Comunitárias/Alternativas em diversos assentamentos pelo país. Tais ações na área da comunicação exigiram investimentos na formação e qualificação de camponeses para atuar, seja no diálogo e crítica aos meios, seja no gerenciamento e produção nos veículos vinculados ao Movimento.

A estratégia comunicacional esteve historicamente ligada às dimensões cultural e educativa, passando por atualizações para dar respostas à metamorfose do Movimento e aos desafios da luta e resistência no campo brasileiro. Desta forma, Barbosa (2013) destaca quatro momentos importantes, e, frentes de atuação na área da comunicação: a) o uso do jornal como organizador coletivo; b) o jornal como meio de comunicação para auxiliar na construção da identidade nacional do Movimento; c) a construção de diferentes canais de comunicação para a base e para sociedade e; d) a comunicação em interface com a educação, tornando-se elemento para a formação de militantes como estratégia para solução dos novos desafios enfrentados pelo Movimento.

No decorrer da pesquisa no Assentamento Palmares II, observei que vários assentados, mostravam com orgulho jornais do MST. O referido registro e as ações do MST no campo da comunicação no Assentamento Palmares II, evidencia o quanto é estratégica essa ferramenta.

Foto 6 – Registro do jornal de circulação nacional do MST, encontrado na casa de assentado.



Fonte: pesquisa de campo (2020).

No início dos anos 1990, no contexto de efervescência da luta pela Reforma Agrária, o MST criou a rádio Comunitária Camponesa, meio a dificuldades estruturais, mas reconhecendo a importância desse meio para o diálogo com os atores sociais envolvidos no acesso à terra. A Rádio Comunitária FM 106.3 foi pioneira no meio rural no sudeste paraense, tendo como característica essencial ser um espaço coletivo de comunicação fundada na

dialogia e na partilha de saberes. “Por meio dela, a gente partilha os desafios e conquistas da luta pela terra, bem como mobiliza os trabalhadores em seus lotes para assembleias e reuniões do MST”, narra Uruguaio, assentado na Palmares II, um dos pioneiros a atuar na programação da rádio. A rádio, com isso, se consolidou como mais um espaço de organização coletiva e partilha da vida e trabalho dos assentados, tornando-se um canal de comunicação imprescindível na luta e resistência na terra e por melhores condições de vida.

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar a importância da Rádio Comunitária Palmares II como “comunidade gerativa” no processo de luta e resistência pela posse da terra no Assentamento Palmares II, como um dos elementos centrais de alteração nas condições de vida dos camponeses. Trata-se de um estudo sobre o papel da comunicação dialógica em um assentamento rural do sudeste paraense, Amazônia Oriental, cuja expressão é a Rádio Comunitária FM, que tem como lema: “uma onda de liberdade no ar”, que é destacada pelo MST como mecanismo estratégico de construção da Reforma Agrária e de difusão do modo de vida dos assentados, na maioria das vezes, invisibilizada no contexto histórico das lutas sociais camponesas.

A comunicação é um desses temas que todos dizem entender. Isto é compreensivo visto que uma de suas faces é vivência individual e coletiva, prática social, experiência cotidiana que leva à formação de pontos de vista acerca da realidade social. Habermas (1984), em sua crítica a Max Weber, Horkheimer e Adorno, chama atenção para os pressupostos da ação comunicativa demonstrando a importância das interações intersubjetivas:

Não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam; assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (HABERMAS, 1984, p. 392).

Desta feita, a comunicação possibilita verificar suas interconexões com a vida, expressos, por exemplo, na economia, na política, cultura e no sistema tecnológico. “Seu estudo leva a compreender, além disto, as inter-relações com outras áreas da atividade humana, como educação, saúde, ecologia, agricultura, movimentos sociais, entre outras” (ARAÚJO, 2007, p.19).

Desse modo, como marco teórico deste artigo, a comunicação dialógica é ponte possível de promoção da vida, vínculos de solidariedades e redes de lutas coletivas. Como mecanismo de construção de melhores condições de vida e saúde, ela diz respeito ao estudo e utilização de estratégias para informar, denunciar e influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades, no sentido de promoverem modos de vida que favoreçam o bem-estar.

A imagem de 13 anos atrás na rádio FM 106,3 expressa os vínculos de solidariedade da luta coletiva camponesa na região do sudeste paraense, demonstrando que o movimento pelo acesso à terra, contra todas as formas de violência e pela garantia de direitos e vida digna aos camponeses, se fortalece por meio das interações comunicativas. Na imagem, da direita para a esquerda, Frei Henry Burin dês Rozier, dominicano da CPT de Xinguara, falecido em 2017, histórico defensor das lutas camponesas e dos direitos humanos; Airton Pereira, agente da CPT de Marabá; Jovem do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Laíde Barbosa, Conselho de Pastoral dos Pescadores, entidade ligada à CNBB Norte 2; Rogério Paulo Hohn, Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e Raimundo Cruz, educador popular do Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP). A entrevista realizada na Rádio do Assentamento Palmares II evidencia ação coletiva dos movimentos populares de luta camponesa.

Foto 7 – Entrevista na rádio camponesa com lideranças do movimento social e agentes de pastorais da Igreja Católica, FM 106,3.



Fonte: Airton Pereira, 2007.

Peruzzo (2004, 2007, 2009) enfatiza que os meios de comunicação comunitária são estratégicos para as organizações populares, tanto no processo de organização, como de luta e resistência. Entre as principais características desse processo comunicacional, conforme destaca a autora, estão:

A opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo (PERUZZO, 2007, p.03).

Nesse sentido, a história da Rádio Comunitária – FM 106,3 –, localizada no Assentamento Palmares II, em Parauapebas, se coloca nessa perspectiva teórico metodológica, cuja práxis foi essencial para a consecução dos objetivos do MST no processo de organização e conquista da terra. A percepção de que a comunicação pressupõe encontro de consciências, de sujeitos históricos autônomos, de diálogo e partilha da vida social, supera qualquer possibilidade de limitá-la apenas a meios ou mensagem (FREIRE, 1971). O desenvolvimento da comunicação como espaço de interação do mundo da vida (HABERMAS, 1984) se coloca como ferramenta de emancipação, construindo territórios de colaboração, cuidado e cooperação no meio rural amazônico, muitas vezes marcado pelo estigma da *colonialidade*⁵⁵ do poder e do saber, conflitualidade e violência.

7.2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, prevaleceu ao longo da história a desigualdade no acesso à terra, produto direto do processo de colonização excludente, autoritário, patrimonialista e patriarcalista. Grandes extensões de terra (latifúndios) foram destinadas e/ou expropriadas, desde o período colonial, por grandes proprietários de monoculturas e fazendas, sendo símbolo de poder.

⁵⁵ A colonialidade é um conceito diferente de Colonialismo, ainda que vinculado ao mesmo. A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específico do padrão mundial do poder capitalista. Trata-se de uma categoria utilizada por Anibal Quijano (2010).

Escravos, ex-escravos ou homens livres de classes *subalternas*⁵⁶ tiveram dificuldades de posse da terra. Em tempos de agronegócio e de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, a lógica colonial e colonizadora se alterou muito pouco.

O MST surgiu nesse contexto de luta pela distribuição mais justa da terra, no início dos anos 1980, em meio a um regime ditatorial e se consolidou em território brasileiro como um dos mais importantes movimentos sociais do país se caracterizando como um movimento camponês popular que almeja a construção da Reforma Agrária para atender milhões de sem-terra. Seu lema é: “ocupar, produzir e resistir” e sua metodologia de organização se fundamenta no trabalho de base, que pressupõe reunir homens e mulheres que se encontram em situação de exclusão social, política, econômica e cultural (FERNANDES, 2000).

De acordo com Peruzzo:

Movimentos populares são manifestações e organizações constituídas com objetivos explícitos de promover a conscientização, a organização e a ação de segmentos das classes subalternas visando satisfazer seus interesses e necessidades, como os de melhorar o nível de vida, através do acesso às condições de produção e de consumo de bens de uso coletivo e individual; promover o desenvolvimento educativo-cultural da pessoa; contribuir para a preservação ou recuperação do meio ambiente; assegurar a garantia de poder exercer os direitos de participação política na sociedade e assim por diante. Em última instância, pretendem ampliar a conquista de direitos de cidadania, não somente para pessoas individualmente, mas para o conjunto de segmentos excluídos da população (PERUZZO, 2007, p. 02).

Nesta perspectiva, os movimentos populares atuam no meio social no sentido de possibilitarem a integração de setores excluídos da sociedade, seja no campo como na cidade. As estratégias das organizações variam de acordo com o campo de atuação e da área social que atuam. No entanto, cabe ressaltar que os movimentos populares têm como perspectiva de atuação a justiça social, garantia de direitos e a mudança das estruturas que produzem a miséria e a exclusão.

O processo de organização, luta e resistência de sujeitos sociais pressupõe estratégias de comunicação. No MST, a comunicação está no cerne de sua organização. Sua compreensão da comunicação parte de reflexões freirianas fundadas na dialogia e na autonomia dos interlocutores no processo comunicacional. Elaboram a crítica aos meios de

⁵⁶ Silva (2006) analisando as obras de Gramsci indica que o termo *subalternidade*, mais do que ter um significado fixo e isolado, reflete na realidade uma “relação”, ou seja, se existe a subalternidade, existe, pois, a dominação de um grupo/classe sobre o outro. Classes ou grupos subalternos, como afirma Gramsci, o são em relação a outras classes dominantes. Os indivíduos pertencentes aos grupos subalternos possuem diferentes etnias, culturas e religião. São grupos que historicamente não apresentam uma homogeneidade no âmbito político-institucional, o que os tornam susceptíveis de sofrerem influências das classes dominantes.

comunicação de massa, que por vezes potencializam a subalternidade, e, assim, enfatizam o papel libertador e transformador da comunicação. Nesse sentido, assumem as indagações de Paulo Freire (2006a, p. 66-69), a “Comunicação é a co-participação dos Sujeitos no ato de conhecer [...] ela implica numa reciprocidade que não pode ser rompida [...] comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

O MST defende as formas alternativas de comunicação comunitária, vinculadas aos movimentos populares, como as experiências de rádios comunitárias espalhadas pelo Brasil. Conforme assinala Paiva e Sodré (2006), existem em torno de 20 mil rádios comunitárias no país – só no Rio de Janeiro são 280, nenhuma autorizada, como é o caso da Palmares FM 106.3. De acordo com os autores, isso ocorre para impedir a concorrência com as rádios comerciais, concentradas na maioria das capitais e cidades médias do Brasil, das quais as rádios comunitárias tirariam audiência.

Conforme destaca Paiva e Sodré (2006), a experiência de comunicação comunitária⁵⁷ se vincula ao conceito de “comunidade gerativa”, na medida em que os laços de proximidade e vínculos caracterizam territórios de resistências de grupos e populações imersos no que se pode chamar de “comunidade”. Com isso os autores apontam que:

A comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social e à razão instrumental que define a política centrada no mercado e no domínio de um Estado gerencial e burocrático. Trata-se, portanto de uma reinterpretação da conceituação do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial – que engendram a preocupação com o patrimônio cultural. Estão ainda presentes nessa proposta aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas que passam a ser o enfoque central de ensaístas, pensadores e pesquisadores da atualidade – como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade (PAIVA; SODRÉ, 2006, p. 6).

A criação da Rádio Palmares e sua história de 25 anos propõem em resposta às representações simplistas e sobre o MST, uma atitude necessária de não violência ao conflito posto entre os interesses da maior parte da mídia tradicional. Em relação à narrativa da Rádio, os membros da comunidade se auto representam como sujeitos ativos e atuantes nessa esfera

⁵⁷ Paiva e Sodré (2006) designam à produção comunitária parte de uma perspectiva política, seja ela um movimento com orientação caracterizada pela ecologia, seja com matriz educacional, de construção da memória de uma determinada população, seja cultural, enfim o imperativo de produção de um veículo parte de um conjunto de demandas sociais, muitas das quais-já em processo de atendimento. Neste sentido, pode-se conceber que o veículo, qualquer que seja a sua natureza, faz parte de uma política de comunicação comunitária, ainda que esta não esteja formalmente explicitada .

de diversidade de ideologias, corroborando no desafio permanente de buscarem-se pertencentes as suas filosofias e raízes culturais.

Jesus Martin-Barbero (2001) propõe uma inflexão nas análises dos meios de comunicação de massa, principalmente na América Latina. Ao invés do olhar na busca de compreender os meios, o autor sugere direcionar a percepção para a mediação. Com isso, Martin-Barbero aponta:

A comunicação está se convertendo num **espaço estratégico** a partir do qual podem pensar os **bloqueios e as contradições** que dinamizam essas sociedades-encruzilhada [as sociedades latinoamericanas], a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as **mediações**, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de horizontes culturais (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 271, grifo nosso ou grifo do autor).

É importante destacar que essa inflexão proposta por Martin-Barbero aproxima-se da perspectiva teórica alinhada aos estudos culturais, que tem como expoentes autores importantes, como Raymond Williams, Edward Thompson, Stuart Hall. Essa matriz conceitual aponta, conforme assinala Barker (2008):

[...] os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é nunca neutral ou um mero fenômeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada uma fala, para quem fala e com que objetivos fala (BARKER, 2008, p. 27).

Inserindo-se e defendendo as perspectivas teóricas dos estudos culturais, principalmente das ideias de Williams (2011)⁵⁸ expressas em dois estudos: materialismo cultural e televisão: tecnologia e forma cultural, Martin-Barbero (2001) problematizou os meios de comunicação na América Latina a partir dos vínculos entre hegemonia, cultura de massa e cultura popular. Sua perspectiva foi compreender os *media* tendo como ponto de partida as inúmeras possibilidades de mediações as quais os meios participam, articulando

⁵⁸ Os “Estudos Culturais” de Williams nascem como profundo ato de engajamento intelectual no combate às várias formas de injustiça e desigualdades sociais. Sua análise da cultura é a busca das inter-relações entre as práticas sociais, suas repetições, padrões e alterações na história, isto é, a tentativa de inteligibilidade da complexa organização das experiências humanas, suas estruturas de pensamento e de sentimentos em variados contextos (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2016, p. 4).

experiências significativas no mundo social, como práticas de comunicação em comunidades gerativas no meio rural e urbano, vinculadas às rádios comunitárias.

Com isso, na mesma esteira teórica e conceitual de Williams (2016), Martin-Barbero (2001) refuta o determinismo do meio tecnológico contido nos estudos como o de Marshall McLuhan (1964), uma vez que uma diversidade de fatores reais envolvidos – como “a distribuição de poder ou de capital, a herança social e física, as relações de escala e de tamanho entre grupos – colocam limites e exercem pressões, mas não controlam nem preveem completamente o resultado de uma atividade complexa nesses limites” (WILLIAMS, 2016 p. 139).

Os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais em um contexto de globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora em que essas categorias são fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas (BALLESTRIN, 2013).

É importante frisar que as questões discutidas por autores vinculados aos estudos sociais, cuja aproximação é evidente nos estudos dos meios e mediações de Martin-Barbero, se aproximam das ideias sobre dialogia propostas por Freire, quando sugere um modelo de comunicação libertador e transformador, em que os sujeitos da comunicação assumem protagonismo no processo de transformação social. Com isso, conforme interpreta Matos (2006), Martin-Barbero busca se distanciar da visão instrumental e mecanicista dos meios de comunicação como propulsores exclusivos de ideologias que trabalham de modo absoluto sobre receptores passivos, alargando o entendimento dos processos comunicativos para além da análise do veículo como meio técnico, focando na comunicação como dado das interações sociais, espaço que comporta as experiências dos sujeitos e a produção de percepções. Com isso, como representante dos estudos culturais latino-americanos, Martín-Barbero (2001) analisa a cultura a partir da comunicação e sustenta a defesa de sua perspectiva epistemológica na recepção, lugar em que é possível olhar para todo o processo de comunicação.

Conforme assinalado por Costa e Hermann Júnior (2002), as primeiras rádios livres comunitárias vinculadas a movimentos sociais na América Latina surgiram na Bolívia no começo dos anos 1950, que foram as rádios sindicais e revolucionárias, ligadas aos trabalhadores das minas em exigência da base organizativa. Em 1958, os guerrilheiros cubanos realizaram a primeira transmissão da Rádio Rebelde, idealizada por Che Guevara, do

território liberado de Sierra Maestra. Durante os dois anos consecutivos transmitiam todas as tardes até o fim da luta contra a ditadura de Batista.

No entanto, no Brasil, as rádios livres e comunitárias não são herdeiras dessa tradição latino-americana e estão mais vinculadas à herança dos movimentos sociais franceses e italianos. Costa e Hermann Júnior afirmam:

[...] Os movimentos, que estamos caracterizando como herdeiros de 68, tem como traço principal a pluralidade, a diversidade de direções, objetivos, modos de organização. Na Itália, integram estudantes, artistas e teóricos universitários, a novas linhas radicais do movimento operário, que se desligam das correias do movimento sindical concentrado pela CGT, e do PCI. Na França, em Paris, por exemplo, são tantas as rádios que começam a se misturar no dial, numa cacofonia delirante: rádios anarquistas, trotskystas, gays, anarco-lésbicas, ecologistas, orientalistas, o que você puder imaginar (COSTA; HERMANN JÚNIOR, 2002, p. 100).

A rádio comunitária camponesa da Palmares II carrega no cerne de sua história uma herança da tradição revolucionária latinoamericana e expressões dos movimentos sociais franceses e italianos, se conformando como espaço de construção da liberdade e da transformação social, bem como de um movimento com expressões revolucionárias e que tem cumprido um papel histórico na construção da distribuição da terra e por melhores condições de vida e saúde da massa camponesa excluída e subalternizada.

7.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conheci o assentamento Palmares II no início dos anos 2000 quando tive contato com algumas lideranças e membros do MST no sudeste paraense. Naquele período, atuava como colaborador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade da igreja católica, que estabelecia relações com movimentos e lideranças do meio rural amazônico. As evidências refletidas neste artigo são oriundas de pesquisa qualitativa, com procedimentos que consideram os documentos e relatórios do INCRA, MST e CPT, pesquisa bibliográfica e entrevistas em campo junto a assentados e lideranças do movimento.

Com isso, a metodologia buscou dialogar, organizar e interpretar os dados, atribuindo significados e significação, com foco no estudo de caso, pois parte-se do pressuposto de que o lócus do objeto de estudo se constrói em uma dinâmica que envolve história e cultura, presente e passado, em um processo dialético permanente.

Conforme destaca Robert Yin (2010), o estudo de caso é uma estratégia metodológica que visa examinar acontecimentos contemporâneos contextuais, com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas; porém, acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: grupo de discussão, rodas de conversas e uma série sistemática de entrevistas.

Para Yin (2010, p. 39), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Com isso, os estudos de casos têm a capacidade de trabalhar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações, afirma o autor.

O ponto inicial foi a sistematização das experiências da Rádio Comunitária Palmares, a partir da leitura de relatórios, realização de entrevistas com dirigentes do MST, diálogos junto aos assentados, roda de conversas, participação no congresso que discutiu sobre os 25 anos de avanços e desafios da Palmares II, com o intuito de compreender a trajetória da comunicação, a partir das narrativas da Rádio. Nesse sentido, utilizamos o procedimento de natureza colaborativa não-extrativista apresentada por Boaventura de Sousa Santos (apud FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p. 4).

A realização de trabalhos a partir dessa perspectiva teórico-metodológica pressupõe valorizar processos comunicacionais e diálogos nos quais as questões, respostas e explicações encontradas para um dado problema de pesquisa são construídas coletivamente, valorizando as contribuições e as informações descobertas no contexto construtivo e dinâmico. Essa práxis colaborativa e não-extrativista pressupõe a defesa de formas alternativas de produção de conhecimento, valorizando o protagonismo dos atores, sujeitos dos processos sociais. “Sua relação com a comunicação, entendida não apenas como um campo de conhecimentos e práticas, mas também como um componente irreduzível dos possíveis encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p.4).

Conforme assinala Becker (1994), é fundamental a compreensão sociológica da relação entre pesquisadores e sujeitos potenciais de estudo, de modo a possibilitar a elaboração de métodos analiticamente apropriados para garantir acesso aos grupos em estudo, na perspectiva de intercambiar conhecimentos.

De acordo com Martins (1992), uma revisão histórica das lutas do campesinato na Amazônia demonstra que “os camponeses representam uma resistência àquilo que o racional (e capitalista) tinha e tem de desumanizador. Elas proclamam aquilo que o capitalismo não fez e nem podia fazer. Desenvolver uma concepção do humano e do homem” (MARTINS, 1992, p. 29-30). Essas evidências foram percebidas nas narrativas da Rádio Palmares por meio da trilha colaborativa não-extrativista, de natureza qualitativa, e de um trabalho artesanal e cuidadoso.

7.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de ocupação do sudeste paraense foi protagonizado pelo governo militar sob a lógica desenvolvimentista, a partir dos anos 1970 e se consolida com a implantação do Programa Grande Carajás (PGC) que estimulou – entre outros – a chegada de mais pessoas à procura de oportunidades econômicas resultando no *boom* demográfico ocorrido em 1985, com mais de 500 mil pessoas amontoadas em aglomerações em Marabá e, posteriormente, nos municípios criados, como Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás. Este cenário produziu concentração fundiária, grilagem de terras, conflitos, violência e injustiça ambiental na ocupação desigual do território por diversos atores sociais – migrantes sem terra, posseiros, povos indígenas, colonos, fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, entre outros (NAASE, 2010; VERDE, 2009; MOTTA, 2012).

O município de Parauapebas, ao longo da rodovia PA-275, começou a ser forjado a partir da necessidade de construção de infraestrutura para a exploração de minério de ferro na Serra dos Carajás, que se iniciou efetivamente no ano de 1982. Com isso, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje denominada Vale, construiu dois polos de habitação, concomitantes. Um polo denominado cidade-empresa, na Serra dos Carajás que abrigou os funcionários da CVRD, principalmente os engenheiros e pesquisadores da mineração, e um segundo polo, no “*pé da serra*”, que abrigava os outros trabalhadores que deveriam construir a estrada de ferro Pará-Maranhão, com infraestrutura bem inferior. Porém, o segundo polo, às margens da referida rodovia, no então povoado Rio Verde, que pretendia alocar apenas cinco mil pessoas, rapidamente atingiu vinte mil, impulsionado pelo declínio da exploração de ouro em Serra Pelada e pela possibilidade de emprego e renda no projeto de mineração.

Com isso, o município de Parauapebas foi criado em 10 de maio de 1988 pela Lei nº 5443, em um contexto de crise e contradição. Interesses políticos e econômicos da velha oligarquia dos castanhais de Marabá, articulada com os interesses do Estado e do capital internacional dão materialidade jurídica ao povoado Rio Verde ou vila de Parauapebas, vis-à-vis às disputas pela terra, marcadas por conflito e violência, desemprego e exclusão. Essa região, onde se instalaram a Vale S/A e Parauapebas, era um território habitado por povos indígenas Xikrins do Cateté, subdivisão dos Kaiapós, castanheiros e beradeiros que viviam do extrativismo de produtos da floresta.

Hoje, Parauapebas tem seu espaço distribuído e marcado por quatro frentes: a) área de mineração, sob o comando da Vale; b) área de preservação ambiental ou Verde, dividida entre a Terra Indígena dos Xicrins do Cateté e uma área de Conservação Ambiental, chamada de Cinturão Verde, gerenciada e regulada pela Vale; c) Um mosaico de Unidades de Conservação controlada pela Vale e d) área de mancha marrom sob o uso de pecuária e agricultura, de posse de fazendeiros e trabalhadores e trabalhadoras rurais dos assentamentos regulamentados pelo INCRA (BRINGEL, 2015). Esse processo de espacialização na fronteira amazônica é uma das evidências de que na mesma mesorregião coexistem diferentes interesses e, por isso, trata-se de um cenário de conflitos e violência sob a égide do processo de acumulação capitalista.

A partir dos anos de 1990, com a presença do MST no sudeste do Pará, a luta pela terra ganha novos contornos políticos. A realização do trabalho de base e a constituição do acampamento criam uma atmosfera de aproximação e diálogo junto aos sujeitos sociais. A criação de grupos, como Comunicação e Cultura, Mulheres, Produção, Mobilização, Juventude, Saúde, Organização, entre outros, corroboram com um processo de compromisso, responsabilidade e formação já no processo de acesso à terra. Entrevista realizada com Uruguaio, um dos primeiros jovens a atuar na rádio comunitária, quando esta ainda funcionava apenas com um alto falante dentro do assentamento é categórica:

Aqui no acampamento a vida é muito difícil. Temos sonhos demais e alimentação de menos. A água não potável, o rango é pouco. Mais tudo a gente divide. Ninguém fica sem lona e comida. A solidariedade e a colaboração é a marca de nossos acampamentos. As pessoas não se conhecem no início, mas até a conquista da terra já estão se chamando de compadre, comadre, mano, irmão, camarada. A interação é muito forte. A comunicação entre os acampados é essencial. Ninguém tem o monopólio da palavra. Na assembleia todos falam suas opiniões. Divergimos muito. Mas no final a gente se entende e vai construindo as coisas juntos (URUGUAIO, 2020).

Outro elemento importante que se fortalece com a ação do MST é a dimensão política da luta pela Reforma Agrária. Ampliam-se as redes de relações e articulações locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais. No bojo desse processo, emerge a necessidade da ação midiática como ferramenta de disputa democrática da opinião pública e a difusão do ideário do Movimento, bem como sua importância, tanto para o campo, como para a cidade. Com isso, percebe-se que desde o surgimento do MST, a comunicação se coloca como parte fundamental da estratégia para conquista da terra e ampliação dos laços de solidariedades e redes de apoio.

É a partir dessa práxis, em um território em disputa pelos interesses do capital, que o MST ocupou a fazenda Reunidas Rio Branco na região da rodovia PA-275, especificamente no município de Parauapebas, e depois de muita luta, conflitos, violência e assassinatos constituiu três assentamentos: Rio Branco, Palmares I ou Palmares Sul e o Assentamento Palmares II, objeto de análise deste artigo.

É importante destacar, conforme assinalaram Moreira e Pereira (2020), que a fazenda Rio Branco era da família Lunardelli, cafeicultores do Paraná e de São Paulo. No sul do Pará concentrou cerca de 400.000 hectares. Eram proprietários, por exemplo, da Companhia de Terras da Mata Geral (Fazenda Santa Tereza), de 201.528 hectares, no município de Redenção; da Fazenda da Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A (CODESPAR), de 52.358,4 hectares, no município de Santana do Araguaia e da Administração Agrícola Ltda. (NICOBAN), de 143.847 hectares, no município de Santana do Araguaia. E, da fazenda Reunidas Rio Branco de 36.471 hectares.

O Assentamento Palmares II, localizado a 20 km da cidade de Parauapebas, abrange ainda que em menor proporção territorial, os municípios de Curionópolis e Marabá. Faz parte do processo histórico de espacialização do MST no sudeste paraense e faz parte da história de enfrentamento do latifúndio improdutivo e degradante da região. É um dos símbolos da luta e resistência pela terra no Pará, na região amazônica. Ao longo de seus 26 anos de história se coloca no contexto de espacialização do MST no Pará, em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, demarcando uma nova modalidade de enfrentamento do latifúndio, da violência e dos conflitos pela posse da terra. A ocupação que originou o assentamento ocorreu em 1994 e somente dois anos depois, em 1996, foi oficializado pelo INCRA, em uma área de 14.922 hectares, com 517 famílias assentadas, sendo que cada família recebeu um lote de 25 hectares e um terreno na agrovila de 10 metros de frente e 30 metros de fundo.

Desta feita, para consolidar e organizar os atores que disputam o acesso à terra por melhores condições de vida, a comunicação para o MST é algo essencial para criar e estimular laços de unidade e solidariedade. Com isso, a Rádio Comunitária⁵⁹ surge nesse contexto de mobilização e acampamento envolvendo quatro mil pessoas, em Parauapebas, que se deslocam para o INCRA de Marabá, para reivindicarem a posse da terra. Inicialmente, conforme descreve a Coordenação de Comunicação da APROCPAR, a Rádio Comunitária possibilitava o intercâmbio de informações e a organização da vida comunitária.

Foi desde o acampamento do INCRA, em Marabá, que a coordenação instituiu um veículo de comunicação de massa, composto por um amplificador, uma ‘boca de ferro’, um microfone e um toca-fitas velho que instalados num barraco, passavam informações do dia a dia do acampamento: assembleias, reuniões dos grupos de família, dos setores, realizando tarefas de utilidade pública do acampamento. Durante a permanência do acampamento da cidade, além de tocar músicas do movimento, e das atividades que orientavam a organização da vida comunitária, vai se criando uma programação, que incorpora horário de informativo dos setores e programa religioso (ARGENTINO. ENTREVISTA PALMARES II, 2020).

De volta à Parauapebas, a Rádio Comunitária foi estruturada dentro da ocupação da fazenda Reunidas Rio Branco, e continuou sendo um espaço de difusão de informações e debate público sobre os conteúdos ligados à luta e resistência e que se expressa na mobilização para definição do nome do assentamento. A rádio estimulou o debate, no sentido de apresentar propostas diversas, para a escolha do nome que representasse a história e a luta dos camponeses. Por se tratar de um assentamento constituído com maioria de negros, ex-garimpeiros, ex-lavradores migrantes da fronteira amazônica, vindos essencialmente do Maranhão e Piauí, “Palmares” vai se aproximando da expressão que garante identificação com aquele território. Relatórios da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região (APROCPAR) e entrevistas com os Coordenadores de Comunicação do Movimento indicam essa expressão:

Durante o processo de resistência durante a ocupação, a rádio vai ter papel de relevante importância. Ela, através da ‘voz’ (que ficava na ponta de um pau fíncado no centro do acampamento) unificava as informações repassadas ao acampamento. Já havia um coletivo responsável por tocar a programação da rádio, incluindo o uso de uma máquina de datilografar para a redação de algumas informações. Nesse processo está o próprio processo de escolha do nome do assentamento, cujo o processo saí no dia 5 de novembro de 1995: Assentamento Palmares, nome em

⁵⁹ Mesmo depois de 25 anos de implantação, a Rádio Palmares ainda não foi regulamentada pelas dificuldades institucionais e burocráticas (políticas), o que tem imposto dificuldades no seu funcionamento, mas não o impedindo de atuar.

homenagem à Resistência de Quilombo dos Palmares, que naquela data fazia aniversário de 300 anos (RELATÓRIO DA APROCPAR, PALMARES II, 2019).

Com a consolidação do Assentamento e a constituição da agrovila, a Rádio Comunitária amplia ainda mais sua importância no processo de comunicação com a Agrovila e os assentados que residiam nas vicinais distantes do núcleo urbano, além da área rural do Contestado, de Marabá e Curionópolis. Em entrevista, Argentino esclarece as assimetrias postas durante o processo de crescimento da Rádio e seu papel na luta contra a acumulação do capital global, representado pela atuação e expropriação mineral realizada pela Vale. Relatos e entrevistas com lideranças do MST dão conta desse processo.

Durante nossa história da vila, a rádio passa por vários estágios. Passa por um período longo como ‘rádio de boca de ferro’ que estende até 2000, até a Rádio FM em 2001, funcionando já num prédio próprio e com um coletivo mais “profissional”. Entre altos e baixos ela retoma com uma potência maior em 2007, agora com um estúdio, com equipamentos mais modernos e também com uma programação de 24 horas ininterruptas. Ela vai ter papel importantíssimo na coordenação das ações de comunicação, informação e propaganda durante a Jornada de Lutas contra a mineração em setembro de 2007, que culmina com a primeira grande ocupação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, principal via da logística de transporte de minério da já privatizada CVRD, que após, adota o nome de Companhia Vale. Em 2009, ela sofre interferência da Polícia Federal: equipamentos são confiscados e militantes são processados. A rádio é fechada. Por um longo período, ela aparece e desaparece no ar, com períodos curtos de programação e sem local fixo (ARGENTINO. ENTREVISTA NA PALMARES II, 2020).

A partir de 2015, a Rádio Comunitária da Palmares II começa a se restabelecer, mas somente em 2016 ela se instala nas dependências da APROCPAR, que dá a ela uma retaguarda jurídica. Ela agora é um instrumento de comunicação e utilidade pública, que conta com um coletivo de comunicação que discute linhas gerais da programação e é coordenada por lideranças do MST, em permanente diálogo com a comunidade.

As rodas de conversas com trabalhadores e trabalhadoras assentadas, localizados nas vicinais do Limão, Agrovila e entorno e Rio Novo, confirmaram a assertiva da direção do MST que a Rádio Palmares FM, 106,3, mesmo considerando a concorrência com outras rádios comerciais da região, continua cumprindo um papel de difusão de informações e de conteúdo de interesse coletivo e que fortalecem a unidade e os laços de solidariedade no assentamento. Nessa linha, expressam:

A Rádio Palmares FM, 106,3 – é a principal ferramenta de comunicação da associação com os(as) trabalhadores(as) rurais, em especial aqueles que moram fora da vila, nas parcelas rurais, onde o acesso à internet é quase inexistente. Sua potência atinge todos os lotes do assentamento Palmares II, além sua vizinhança rural. Tem alcance na periferia da cidade de Parauapebas, Curionópolis e zona rural

da área do contestado na área rural do município Marabá. No entanto recentemente estamos com dificuldades de pessoal para tocar a programação (RODAS DE CONVERSAS, PALMARES II, 2020).

Conforme declararam os assentados, a programação vincula-se aos modos da vida no campo e da realidade de hibridismo cultural que caracteriza as famílias que integram o assentamento Palmares II. Os conteúdos estão relacionados ao processo de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e a importância do MST como movimento que organiza ações coletivas no meio rural. Aborda-se, por meio de entrevistas e notícias locais e nacionais, a reforma agrária, os projetos e programas da agricultura familiar, as atividades das Associações e Cooperativas e as questões sociais no Assentamento, como a educação, saúde, produção e comercialização. Há, também, notícias nacionais e estaduais sobre a organização camponesa e a realidade do Pará e do Brasil no que tange à vida política, econômica, social e agrária. As músicas são geralmente modão sertanejo e cantos que refletem a história e luta camponesa.

Em contatos recentes (final do mês de abril de 2020) pelas redes sociais (whatsApp) com os coordenadores de comunicação e dirigentes do MST tive a informação que com o avanço da pandemia do Covid-19, a Rádio Camponesa Palmares tá sendo um instrumento indispensável da difusão de informações de interesse público. Sua programação oferece conteúdo que diz respeito à saúde pública e os cuidados que a população rural deve adotar para se prevenir do coronavírus, considerando que Parauapebas⁶⁰ é o município mais atingido pela pandemia no sudeste paraense. A isso se soma uma campanha de solidariedade que o MST realiza para atender as famílias que se encontram mais necessitadas no Assentamento, principalmente os mais idosos e os migrantes que chegaram recentemente à Agrovila do Assentamento e encontram-se desempregadas.

⁶⁰ Conforme dados da Secretaria de Saúde da prefeitura de Parauapebas existem 133 casos confirmados e 10 óbitos. Disponível em: <https://parauapebas.pa.gov.br/index.php/parauapebas-contra-o-coronavirus.html>. Acesso em: 30 abr. 2020, às 20h00.

Foto 8 – Estúdio da Rádio Comunitária FM 106,3



Fonte: Jorge Neri (2020).

Em entrevista por telefone com os jovens que atuam na rádio dão conta que esse trabalho realizado em função do avanço da pandemia do Coronavírus no meio rural amazônico, especificamente no assentamento Palmares II e entorno, precisa ser mais constante o que, no entanto, se torna difícil com a ausência de equipe qualificada que reside permanentemente no assentamento. Essa programação no campo da saúde pública que está sendo realizada só é possível pela presença de jovens filhos de assentados, que normalmente ficam a maior parte do ano fora do assentamento estudando em escolas técnicas e/ou nas Universidades.

Tal perspectiva se confirma nas declarações colhidas durante as rodas de conversas e entrevistas que indicaram que a continuidade da atuação da Rádio Comunitária Palmares II depende de novos investimentos de qualificação de equipe, modernização e infraestrutura. De acordo com a Coordenação de Comunicação da APROCPAR, torna-se urgente ainda estabelecer-se na web e conectar-se com outras plataformas e redes sociais de comunicação. “Isso exige qualificação e multiplicação de pessoal (capacitação, treinamento, formação específica, formação política), gestão e planejamento de curto, médio e longo prazo”.

7.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações nas condições de vida e saúde por meio do acesso à terra no meio rural amazônico não pode prescindir dos processos de comunicação dialógica, por meio de veículos populares e alternativos. A criação de novas sociabilidades, em um contexto de sofrimento e de resistência, necessita de interações e colaboração entre os sujeitos que atuam no território, espaço de cultura e de intersubjetividades.

A Rádio FM 106.3 da Palmares II criou e estimulou espaços de comunicação a partir das experiências do cotidiano dos sujeitos da reforma agrária. Ela teve a tarefa de aproximar pessoas e grupos em um contexto de luta e resistência pela garantia da reprodução social. De lugares diversos, com histórias e experiências de vida marcadas pela subordinação, mas também pela ação coletiva e a utopia, a rádio significou um elo de cooperação entre essa gente, sendo referência na articulação, mobilização e interação das pessoas. Em entrevista com a assentada Cubana, assim ela descreve a experiência da Rádio Comunitária FM 106.3:

Nosso aparelho de rádio era simples. Mas na roça, todo mundo tem que ter um. No início, a rádio do assentamento não sintonizava. Diziam que faltavam equipamentos. Tinha apenas uma ‘boca de ferro’ que funcionava ou no poste de madeira ou nas árvores dentro do assentamento. Naquele tempo, a gente divulgava as nossas receitas de remédios caseiros e aconselhava as famílias sobre o uso da água, higiene e a preocupação com a saúde. As pessoas nos chamavam pelo nome no acampamento, a maioria nem conhecia. Por meio da rádio atingimos mais gente e os mais necessitados nos procuravam no setor de saúde. Quando o MST precisava reunir os coordenadores de grupos em assembleias ou passar informações sobre a negociação com o INCRA ou pressão dos fazendeiros e polícia, fazia pela rádio. Também me lembro das modinhas que recordava nossos lugares distantes. Depois a gente sintonizava e durante a implantação do assentamento o povo ficava aguardando as notícias da rádio. Ela era parte fundamental da nossa luta e cumpriu o seu papel. Juntou muita gente com suas mensagens. Hoje a rádio está meio parada, rodando somente músicas e poesias da lutas e conquistas da terra (CUBANA. Relato sobre a Rádio Comunitária Camponesa Palmares FM-106,3 (CUBANA. ENREVISTA REALIZADA NA PALMARE II, 2020).

Na verdade, a expressão de Cubana se coloca no contexto do significado teórico conceitual da comunicação alternativa e comunitária que funciona como um espaço autônomo, crítico e integrador das ações dos movimentos sociais, no campo e na cidade. Mesmo que não seja uma força hegemônica, face aos meios de comunicação de massa, assume um poder simbólico significativo dentro dos espaços das lutas populares, desempenhando um papel imprescindível na democratização da informação, promovendo

conteúdos ligados às experiências de cidadania, gênero, justiça social, direitos humanos, sustentabilidade, reforma agrária, economia solidária, entre outros.

A Rádio Palmares FM, ao longo de 25 anos de história, cumpriu esse papel como parte da estratégia do MST no processo de ocupação e resistência na terra. As informações registradas no presente artigo explicam a dificuldade em manter esse instrumento de comunicação. Entre os desafios enfrentados estão a carência de pessoal capacitado no campo da comunicação e a sua atualização técnica e de infraestrutura. No entanto, tais limites não impediram que a rádio do assentamento Palmares II tivesse marcado a história do acesso à terra, o sofrimento e alegrias que movem gente simples que na fronteira amazônica, em meio à degradação do humano, realizam a utopia da reprodução social e melhores condições de vida.

A luta pela narrativa histórica da rádio, mesmo que não legalizada, foi compreendida, pelos autores deste artigo, como não-cooperação com as imposições midiáticas a respeito das representações do MST pelos veículos tradicionais. Nesse sentido, as comunidades camponesas que não se veem nesses processos de estereótipos trouxeram a realidade da rádio comunitária/alternativa como resistência e plataforma de comunicação dialógica para seu fortalecimento. Por isso, os integrantes da rádio resistiram e resistem de forma não violenta, rompendo a cumplicidade das normatizações de comunicação, por meio da organização de ações coletivas, como são as narrativas e inclusão dos sujeitos atuantes da comunidade.

É importante evidenciar que a experiência da Rádio Comunitária Camponesa apresenta uma proposição alternativa frente ao “horizonte negativista que caracteriza a sociedade contemporânea, com a falência da ‘política de projetos’, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita” (PAIVA; SODRÉ, 2006, p. 5). Portanto, é a partir de uma atuação política gerativa, com ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade, com articulações políticas nacionais que o MST pode possibilitar novas sociabilidades e intersubjetividades, em um contexto de degradação do humano, corroborando efetivamente com as alterações no padrão de vida no meio rural.

Destarte, frente ao modelo neoliberal que produziu um Estado mínimo, as comunidades camponesas na Amazônia veem as políticas para o campo incapazes de atender as suas próprias necessidades nas áreas da saúde, educação, habitação, segurança, entre outras.

No entanto, o que se tem colocado em questão para a continuidade da Rádio Palmares são também as novas modalidades de mídias sociais (entre elas, *Facebook* e *WhatsApp*) que tomam conta do assentamento e atraem, principalmente, os mais jovens, que são os menos interessados em continuar vivendo no assentamento. Soma-se a isso, a publicização de que um emprego na mineração da Vale representa uma mudança imediata na vida dos jovens camponeses.

As entrevistas mostraram que o público que escuta a Rádio diminuiu com o tempo, apesar da coordenação não dispor de uma pesquisa sobre esta temática. O que é importante destacar que frente a esses novos desafios, a APROCPAR tem procurado estabelecer parceria com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), para qualificação de novos comunicadores, atualização de formato e dinâmica das programações, bem como a aquisição de equipamentos e *softwares* para conectar a Rádio à Web. São desafios atuais para uma rádio alternativa e comunitária em uma região pautada por conflitos e imposições empresariais, tornando-se pesquisas para próximos artigos.

REFERÊNCIAS

- ARGENTINO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.
- APROCPAR. **Relatório do encontro regional de avaliação dos 25 anos da Palmares II**. Parauapebas: fevereiro de 2019.
- ARAÚJO, I. S. de. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 42-50, set. 2009.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARBOSA, A. **A comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) -Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.tese.usp.br>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BARKER, C. **Cultural Studies - Theory and Practice**. 3. ed. Los Angeles; London: Sage, 2008.
- BECKEC, S. H. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais** (Tradução Marcos Estevão e Renato Aguiar). São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRINGEL, Fabiano O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processo de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 331f. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- COSTA, M. S. R.; HERMANN JR., W. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. **Revista Lugar Comum - n.17 - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**. Porto Alegre: Rede Universitária Nômade, 2002.
- CUBANA. **Entrevista realizada na Palmares II**, 2020.
- FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. de S. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Revista Eletrônica de Comunicação & Inovação e Saúde**, v. 12, n. 4. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/.../1527>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. 7 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006a.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1971.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press, 1984. v. 1.

MARTINS, J. de S. Educação e cultura nas lutas do campo (reflexão sobre uma pedagogia do conflito). In: ALBA, M. Z. *et. al.* **Sociedade Civil e Educação**. São Paulo: Papirus; Cedes, 1992.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2001.

MATOS, T. C. F. **Rádios Comunitárias: Sintonia Dissonante**

E “Auto-Imagem”. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7176/1/2006-TESE-TCFMATOS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MCLUHAN, H. M. **Understanding Media: The Extensions of Man**. Nova York: The New American Library, 1964.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Os “Estudos Culturais” como perspectiva teórica segundo Raymond Williams: os alicerces de um movimento intelectual. **Anais do 40**. Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2016, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092. In. <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MOREIRA, E. S.; PEREIRA, A. dos R. Government and Popular Participation in the Brazilian Eastern Amazon Region. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 7, n. 4, abr. 2020. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/government-and-popular-participation-in-the-brazilian-eastern-amazon-region/> Acesso em: 15 mar. 2019.

MOTTA, E. **A população indígena de Parauapebas**. Disponível em:

<https://www.slideshare.net/adilsonmottam/populao-indgena-de-parauapebas>. Acesso em: 15 mar. 2019.

NAASE, K. M. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 5, n.1, jan./abr. 2010.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. O sequestro da fala comunitária. **Internacional Scientific Journal**. v. 1, n. 1, 2006.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF**, v.1, n.1, jun. 2007. Disponível em: www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras**. São Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p.33-43, 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039>. Acesso em: 15 mar. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. *In*: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, p. 42-68, 2011.

WILLIAMS, R. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Trad. Márcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1a ed. São Paulo; Belo Horizonte: Boitempo; PUCMinas, 2016.

RODA DE CONVERSA. **Pesquisa de campo** [diálogos observados] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

SILVA, S. de S. **Contribuições acerca do tema classes subalternas em Gramsci**. *In*: Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci e VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia, 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Editora Jornada, 2016.

SILVA, Idelma Santiago Da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 181p. 2006

VELHO, O. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERDE, R. B. da R. V.; FERNANDES, F. R. C. **Panorama sócio-espacial de Parauapebas (PA) após a implantação da Mina de Ferro Carajás**. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=79>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Yin R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre (RS): Bookman; 2010.

URUGUAIO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

8. ANOTAÇÕES SOBRE OS ARTIGOS QUE COMPÕEM A TESE

A presente tese buscou apresentar elementos teórico-metodológicos que corroborem com os diálogos sobre saúde coletiva na Amazônia, a partir de um território marcado pela violência, massacres e conflitos pela posse terra no sudeste paraense, Amazônia Oriental. Trata-se do Assentamento Palmares II, lugar de expressão do campesinato de fronteira, ator amplamente abordado e problematizado na região, a partir de referenciais das ciências humanas. Com isso, os artigos que sustentam essa tese, refletem as análises do trabalho de campo, as experiências de vida do pesquisador, bem como as reflexões sobre saúde coletiva, à luz de autores vinculados a matriz pós-colonial.

É importante destacar que os artigos se articulam entre si, produzindo discussões que incidem na confirmação da hipótese central do trabalho, que foi a demonstração de que o acesso à terra na Amazônia, altera as condições de vida e saúde de populações invisibilizadas e subalternizadas pela lógica do capital.

Os trabalhos produzidos sobre o tema, a maioria deles discutidos nos artigos, apontam que a questão da saúde coletiva na Amazônia tem sua problematização ainda incipiente, carecendo de estudos robustos que possibilitem encontrar evidências e caminhos para a construção de políticas públicas que alterem as condições de vida e saúde das várias faces do campesinato, desde às expressões autóctones, como a diversidade dos povos indígenas, coletores e pescadores, até à diáspora camponesa.

Buscou-se, com isso, no primeiro artigo problematizar as condições de vida e promoção emancipatória da saúde, com um aporte teórico-metodológico do campo da saúde coletiva e do processo de determinação saúde-doença. Desta feita, considerando os trabalhos de autores como Sabroza; Freitas e Giatti; Schütz; Confalonieri; Couto Vicentin e Minayo; Viana *et al.*; Alho, entre outros, o enredo do nosso artigo buscou inovar, tanto no campo teórico, como também nas fontes de pesquisas que promoveram as discussões, apresentando aspectos diferentes, mas convergindo com apontamentos que se somam aos debates realizados, apontando para a necessidade de problematizar e avançar em novas abordagens.

Problematizando as experiências históricas de camponeses assentados no Palmares II, o segundo artigo demonstrou a importância das lutas coletivas e das histórias de vida marcadas pelo sofrimentos e precárias condições de vida, que se alteram na conquista e acesso à terra. Vinte cinco anos depois, a trajetória de vida dos assentados aponta para melhores condições de vida e saúde. No enredo desse artigo, a vivência etnográfica no território foi

fundamental para a produção das discussões, que dialogaram com autores como Benjamim, Thompson e Willians. Assim, tais características, apontam para uma contribuição inovadora no campo da saúde coletiva e nas análises sobre o campesinato na Amazônia.

O terceiro e quarto artigos expressam uma discussão sobre a importância da comunicação e os vínculos de solidariedade e cooperação que foram fundamentais na trajetória de mudanças nas condições de vida e saúde dos camponeses do Assentamento Palmares II. Abordagens que sustentem essa perspectiva teórica-metodológica que apontam para o papel político dos movimentos sociais camponeses na construção coletiva e colaborativa de estratégias de transformação sociais são fundamentais para confirmar os caminhos e matrizes orientam as interpretações sobre a saúde coletiva na América Latina e no Brasil. Cabe destacar que o enredo proposto, a partir das evidências de campo, análise de material produzido pelos movimentos e o aporte teórico escolhido, possibilitou a construção de dois artigos inovadores, levando em conta as discussões apresentadas no campo da saúde coletiva na Amazônia.

8.1 CONTRIBUIÇÕES PARA ESTUDO NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA NO MEIO RURAL AMAZÔNICO

A pesquisa buscou estabelecer diálogos com um campo teórico essencial para o debate na saúde coletiva. Trata-se dos diálogos sobre modelo de desenvolvimento vis-à-vis aos estudos vinculados ao “pós-colonialismo” ou “pós-colonial”⁶¹ que compreendem as reflexões sobre colonialidade, decolonialidade, estudos culturais, estudo subalternos, estudos “fronteiriços”⁶². Com isso, somam-se os estudos sobre experiências históricas e comunicação dialógica, sendo importantes concepções para compreensão das condições de vida e saúde. Tais pressupostos vinculados a estudos empíricos em territórios que recebem impactos diretos do processo de acumulação de capital, focado na aceleração do metabolismo social, como é o

⁶¹ Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

⁶² O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço de onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (MIGNOLO, 2003, p. 52).

caso do projeto minerometalúrgico e do agronegócio no sudeste paraense, corroboram à compreensão dos efeitos caóticos da colonialidade que invisibiliza e subjuga populações camponesas, precarizando as condições de vida e saúde.

É importante salientar que a tarefa principal da modernidade foi reconhecer apenas a experiência científica como válida, invisibilizando as outras leituras e possibilidades de interpretação da realidade social. A partir dessa perspectiva foram colonizados povos e nações, estabelecendo aquilo que Santos (2010) chamou de linha e/ou pensamento abissal, pilar e sustentáculo da modernidade eurocêntrica e do norte global.

Neste sentido, o pensamento abissal é sustentáculo dos processos de colonização e de colonialidade, atuando também como processo de legitimação da modernidade e da lógica de expansão do sistema mundo capitalista, legitimando a ciência como pensamento único capaz de distinguir o verdadeiro e falso. Esta lógica descarta qualquer outra forma de conhecer e de poder “do outro lado da linha”, apenas subjuga e os invisibiliza, como acontece nos territórios de exploração e expropriação de recursos naturais, em vários cantos e recantos do mundo colonizado, na semi-periferia do capitalismo global.

Nessa perspectiva, para alterar esse padrão de produção de ideias e discursos, torna-se necessário dar visibilidade a outras formas de conhecimento da realidade que corroboram com apontamentos e questões para compreender o mundo vivido (SANTOS, 2010). Com isso, o reconhecimento de que a experiência coletiva de milhares de camponeses que vivem na fronteira do humano, em busca de sua reprodução social, é imprescindível nas análises sobre o meio rural amazônico. Dar voz a grupos sociais marcados pela subalternização, mas também pela resistência, frente às novas formas de colonialidade é avançar no sentido de construir espaços de sociabilidade que garantam melhores condições de vida e saúde no campo.

Na Amazônia, o modelo de desenvolvimento implementado na região, nos últimos 50 anos do século passado, trouxe no seu bojo os pressupostos do paradigma do capitalismo global, fortalecido pelo ideário neodesenvolvimentista da ordem ditatorial vigente. As dinâmicas territoriais extrativistas promotoras de tal desenvolvimento foram pensadas e elaboradas fora da região, pela tecnoburocracia do estado nacional totalitário sob a orientação de governos e empresas do capitalismo central. Este processo, ainda em curso, viola direito e a dignidade humana, produzindo destruição, escravidão e pobreza; ceifando vidas e suprimindo culturas; dizimando povos tradicionais e aniquilando migrantes nordestinos, que

aqui se acomodavam. Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento, é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar formas de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais, inclusão social e respeito às práticas e modos de vida locais.

Neste sentido, a proposta de desenvolvimento imposto à Amazônia se constituiu: 1) na negação dos saberes indígenas, camponês e popular; 2) na tentativa de invisibilizar povos tradicionais e migrantes que aqui se conformaram, em sua maioria de origem negra e indígena; 3) no discurso que nega as formas de conhecimento e saber e; 4) na destruição das práticas e relações socioeconômicas cooperadas e familiar, rotuladas como atrasadas e incapazes de se adequar ao modo de produção capitalista e de promoção do progresso. Tais perspectivas hegemônicas são difundidas e defendidas, globalmente, nos espaços científicos, nos meios de comunicação sociais, nos programas de Estado e nos discursos políticos, impondo uma racionalidade científica que se estabelece na produção e no consumo capitalistas globais, invisibilizando culturas e sujeitos sociais.

Com isso, esta tese buscou apresentar elementos teóricos metodológicos fundamentais para pensar a saúde coletiva no meio rural amazônico, se afastando de análises baseadas em uma concepção de saúde instrumental e positivista⁶³. Desta feita, as discussões sobre saúde coletiva na América Latina, no Brasil e na Amazônia quando se propõe a compreender a determinação social do processo saúde-doença, denunciando as iniquidades promotoras das injustiças ambientais e da negação de direitos e da dignidade humana, dialogo fortemente com as teorias apresentadas no presente estudo. Assim, não tem como estabelecer um debate comprometido com a saúde coletiva e a determinação social do processo saúde-doença, sem questionar as estruturas que produzem iniquidades, ignoram direitos, a democracia e a justiça ambiental.

A necessidade de valorização do conhecimento e do relato colaborativo dos processos de resistências, redes de solidariedade, diálogos e comunicação dos atores sociais, na Amazônia e em outros territórios colonizados pelo capital, são indispensáveis na construção de uma sociedade democrática, justa, inclusiva e que valoriza a natureza e seus ecossistemas,

⁶³ Viana, Freitas e Giatti (2016) indicam que a produção sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia ainda é muito restrita; diversos autores têm suas questões e apontamentos focados em aspectos ecológicos, biológicos e sociais da região em questão; no campo da saúde as pesquisas estão mais na linha de análise de aspectos epidemiológicos ou clínicos de doenças endêmicas e quando focalizam no meio ambiente e no desenvolvimento se limitam a abordagens disciplinares.

rompendo com a lógica de acumulação dos mercados globais. Tal discussão se coloca no bojo das possibilidades realistas de demonstrar a potência e as evidências da ação coletiva de sujeitos sociais que elaboram, dialeticamente, a resistência às iniquidades que produzem e reproduzem desigualdades, exclusão e agravos em nome da acumulação capitalista que se impõe sob a égide da produção, consumismo e destruição ecológica.

A produção de conhecimento que rompe com a lógica *extrativista*, baseada na retirada arbitrária de informações e de dados de uma realidade social, sem considerar os atores sociais, deve orientar a prática dos intelectuais orgânicos comprometidos com a mudança social. Valorizar os saberes e as práticas populares que transformam situações de destruição e de injustiça ambiental, em possibilidades de melhores condições de vida, dignidade e saúde na sua dimensão integral é uma perspectiva e, ao mesmo tempo, um desafio das discussões teóricas e conceituais da saúde coletiva.

8.2 APONTAMENTOS PARA NOVOS ESTUDOS

Recontar a luta pela terra do campesinato nos moldes críticos mais clássicos podem deixar uma lacuna importante para pensar a luta pela terra, considerando outra concepção alternativa de sociedade e desenvolvimento. Incorporar dimensões de saúde e ecologia nessa perspectiva é considerar o diálogo intercultural com as lutas dos povos indígenas e outros para pensar as alternativas de desenvolvimento. Considerando que não foi esse o objeto central, é importante pontuar para estudos futuros a articulação de perspectivas e faces diversas do campesinato na Amazônia, permitindo problematizar a dimensão intercultural com os povos indígenas, negros, ribeirinhos etc. Tal horizonte é central para não cair numa visão excludente de reforma agrária, em um contexto marcado pela diversidade de atores sociais camponeses, que resistem permanentemente para a garantia de seus territórios na Amazônia.

Outro ponto sensível, diz respeito às abordagens que apontam para uma perspectiva hegemônica no campo crítico de que o problema das condições de vida se resume a uma modernização excludente, e que se houvesse mais políticas distributivas e sociais (incluindo de saúde), tudo estaria bem. No entanto, tal visão é também moderna e eurocêntrica, pois considera condições de vida como uma expressão de indicadores clássicos (expectativa de vida, renda, nível educacional...) que não consideram perspectivas, valores e conhecimentos de povos amazônicos considerados não modernos. Esse é um grande desafio, como aliar as

duas perspectivas emancipatórias, do Norte Global (eurocêntrica) interessada com as condições de vida, e as o Sul Global, zelosa com modos de ser e conhecer outros, incluindo os indígenas? Não se trata somente de alterar o metabolismo social, mas as formas de pensar, sentir e poder. Entre as questões para novos estudos, talvez essa problematização possa indicar novas respostas e rumos para alterar e garantir melhores condições de vida no meio rural amazônico, visto que a maioria dos referenciais analíticos críticos usados pela saúde coletiva/medicina social não incorporam e nem aprofundam isso.

Autores como Freire (1987) e Fals Borda (2007) criticaram a dominação colonial, demonstrando que há séculos os movimentos de resistências constroem histórias e memórias coletivas como estratégias de sobrevivência e enfrentamento da opressão. Trata-se de conhecimentos e verdades vividas por meio da experiência, que apesar do epistemicídio e a violência protagonizado pela modernidade/colonial continuam existindo e narradas, passando de geração para geração, por meio das experiências cotidianas estabelecidas em cada tempo e território, promovendo formação e comprometimento com melhores condições de vida e trabalho.

A literatura que aborda a questão do campesinato na fronteira amazônica concentra-se fundamentalmente em análises vinculados aos conflitos, violência e sofrimento que milhões de camponeses experimentaram na longa luta pela terra e por melhores condições de vida. A presente tese, sem deixar de abordar e pontuar essa problemática discutida por uma diversidade de autores, buscou evidenciar que a análise sobre as alterações nas condições de vida e saúde são importantes veias de interpretação e compreensão do sucesso da luta dessa gente, meio aos processos que produziram invisibilidade e subalternidade na fronteira.

A história dessa gente de outros cantos e recantos, que experimentou a degradação do humano ganha significados nos relatos que se conformam na expressão de dignidade e humanidade, como no relato de Cubana, fato que se repete em outros depoimentos durante as rodas de conversa: “tenho orgulho do que construímos nessas terras, apesar de muita gente falar mal da gente – casa, energia, educação, saúde, roças, vacas, leite, queijo, terreiro farto e tudo mais – digo isso porque isso é a nossa dignidade e deve ser a expressão da nossa luta” (CUBANA. ENTREVISTA, PALMARES II, 2020).

Fica evidente que ao expressarem suas histórias, bem como suas condições de vida, os camponeses da Palmares II, em sua vivência no meio rural amazônico demonstram que são motivados também por uma mística marcada pela utopia de uma sociedade caracterizada pela

solidariedade e pela justiça social. Foi observado ao longo da pesquisa que as vitórias ao longo da luta, motivam os atores sociais e a mística para continuar lutando e resistindo.

Neste sentido, é importante aprofundar questões que problematizam ideias vinculadas às conquistas históricas do campesinato na fronteira amazônica, pois tais expressões são centrais para entender as condições de vida e saúde, corroborando com os estudos no campo de ciências sociais, especificamente no âmbito da saúde coletiva, cujo aporte e sustentação teórica e metodológica transitam no campo inter e transdisciplinar.

Desse modo, produzir conteúdos e análises que problematizem os processos de articulação, lutas e conquistas históricas do movimento camponês na Amazônia, afetados e encurralados pelo capital, pressupõe a organização de estudos vinculados a experiências históricas de enfrentamento e resistência à colonialidade do poder que apropria e degrada o território sob a égide do capital. Estudos como este da *Palmares II*, aproximam-se das análises históricas já realizadas sobre chamada *Lei Anilzinho*⁶⁴, em que na região do Vale do Tocantins povos indígenas (baixo e médio Tocantins), posseiros, quilombolas, ribeirinhos e pescadores forjaram e construíram a primeira Lei de Terras genuinamente camponesa. A história dessa luta, realizada ao longo do rio Tocantins nos anos 1980, teve como consequência o reconhecimento das terras indígenas, uma Reserva Extrativa e Terras de Quilombos. Com isso, aprofundar estudos nessa perspectiva, pode possibilitar a elaboração de novas teorias sociais.

A perspectiva de criação de uma articulação mais ampla de lutas camponesas, envolvendo populações tradicionais e o campesinato de fronteira, vinculadas aos Sindicatos Rurais, MST, MPA e outros movimentos, esbarra nos limites de estratégias coletivas, conforme admitiram várias lideranças do MST, participantes da pesquisa: “Temos que admitir que ainda é insuficiente os diálogos permanentes sobre estratégias de lutas coletivas. Precisamos avançar nessa linha, mesmo considerando a diversidade das lutas no meio rural amazônico” (ENTREVISTA COM CUBANA, PALMARES, 2020).

⁶⁴ A Lei Anilzinho foi criada pelos trabalhadores do Vale do Tocantins na década de 1980 em parceria com a Igreja Católica (então prelazia de Cametá) para dar apoio e articular a resistência a entrada dos grandes projetos na Amazônia, representado pela Hidroelétrica de Tucuruí. Entre os itens da Lei – se evidencia: resistir na terra. A terra é da comunidade. A terra é pra quem nela trabalha. Defender a terra com armas se for preciso machado, terçado, espingarda, etc. reagir contra ao ataque da grilagem (cf. Relatório do 1º. Encontro Anilzinho, 10 a 11 de julho de 1980).

Por fim, novos estudos na linha de investigação sobre o meio rural podem apontar evidências para compreensão de avanços, limites e desafios da construção de lutas coletivas para alterar o acesso à terra, melhorando as condições de vida e saúde no campo brasileiro.

9. CONCLUSÃO

Perdi o meu pai e meu irmão nos trilhos da Vale. O trem os assassinou. Mas não vamos perder a luta por melhores condições de vida na terra que a gente conquistou com muito sofrimento. Mas isso só é possível se continuarmos a luta coletiva. Um ajudando o outro, em tudo. No trabalho cooperado no lote e no MST (DEPOIMENTO DE CUBANA. PALMARES II, 2020).

Foto 9 – Foto do Jornal da MAM guardada por assentada



Fonte: pesquisa de campo (2020).

A Amazônia tem experimentado nos últimos 50 anos uma investida do capital financeiro e especulativo sobre os diversos territórios camponeses, tradicionais e ambientais. Trata-se de lugares e ecossistemas singulares, ocupados historicamente por povos tradicionais e recentemente por populações não indígenas, como os nossos irmãos migrantes, vindos de todos os cantos do Brasil, mas especialmente do Nordeste. Essas terras que proporcionaram

historicamente melhores condições de vida para milhares de camponeses e povos tradicionais estão sendo continuamente invadidas, apropriadas e questionadas pelos projetos do capital que pretendem transformar recursos naturais em *commodities* agrícolas, minerais e energéticas, acelerando o metabolismo social⁶⁵. Assim, as forças que impulsionam os aspectos estruturantes do processo saúde-doença no meio rural amazônico, vincula-se às políticas governamentais de incentivo a um modelo de produção que historicamente priorizou a expansão de monoculturas no Brasil.

A região da rodovia PA 275, no sudeste paraense, Amazônia Oriental, onde se localizam minerais abundantes e estratégicos, teve seu metabolismo sócio-ecológico acelerado, como já se afirmou aqui no caso das atividades do PGC, em função da apropriação e acumulação do capital e das necessidades de consumo das sociedades do norte global⁶⁶. Com isso, o território foi transformado, isto é, as dinâmicas sociais e a natureza sofreram alterações graves. De um lado, a natureza foi destruída e expropriada, em nome da produção e do consumo; e de outro, populações e povos foram subjugados, inferiorizados e invisibilizados, sendo que esse cenário de contradição, movimento e totalidade foi marcado pela violência e graves conflitos sociais. O assentamento Palmares II se localiza no centro desse processo, sendo construído nessa dialética, sendo bem sucedido no que tange ao acesso à terra e as alterações nas condições de vida e saúde, conforme se apontou nessa pesquisa.

Autores como Leite *et al.* (2004) e Medeiros e Leite (2002) já haviam apontados em seus estudos que ao comparar as condições de vida preliminares de assentados de diferentes regiões do Brasil, constataram que 90% dos assentados inquiridos admitiram uma melhoria depois do acesso à terra e a consolidação no assentamento. Assim, o estudo no Palmares II

⁶⁵ O metabolismo entre natureza e sociedade começa quando os seres humanos socialmente agrupados se apropriam de materiais e energia da natureza (input) e finaliza quando depositamos resíduos, emanações ou desperdício nos espaços naturais (output). No entanto, até hoje o processo global do metabolismo tem sido abordado como um fenômeno puramente material (e isso explica por que seus principais analistas têm sido economistas da nova onda de economia ecológica). Porém, uma abordagem sociológica completa requer a consideração de mecanismos não materiais com o qual e no qual o metabolismo ocorre. Desde sociedades mais simples, até as tecnologicamente mais complexas, o processo metabólico sempre ocorreu dentro de certas relações sociais, isto é, sempre foram condicionadas por vários tipos de instituições e grupos sociais (TOLEDO; MOLINA, 2013).

⁶⁶ Autores como Zhouri e outros (2016) identificam essa nova conformação do modo de produção capitalista como um processo denominado de “*violência das afetações*” que compreende um conjunto de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados mundiais do centro do capitalismo financeiro, mas que encontram materialidade nos territórios, pelas articulações políticas e econômicas com as elites locais/regionais/estado/nacional. “As *violências das afetações* implicam em expropriação, destruição de biomas e ecossistemas, eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados” (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016, p. 11, grifos dos autores).

evidenciou que o acesso à terra, acompanhado de uma diversidade produtiva (agricultura, criação de animais, hortaliças e a criação de gado), por si só já garante condições de alimentação para as famílias assentadas, que aliada à habitação digna, educação, saúde e trabalho comprovam que vida melhorou.

O trem que mata, estampado no jornal do Movimento Nacional pela Soberania Popular da Mineração (MAM), que transita pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) da Vale S/A, cortando o assentamento Palmares II, em Parauapebas, no Pará, representa o signo da exploração, expropriação e a rapina dos recursos naturais da/na Amazônia. Vincula-se a essa crítica do MAM, o depoimento de Cubana, carregado de incertezas, indignação e sentimento de luta e resistência, indicando que a questão da exploração mineral e suas iniquidades decorrentes continuam se configurando como um desafio contemporâneo de camponeses e povos tradicionais na fronteira amazônica. Já fora, outrora, durante o processo de conquista da terra e atualmente se consolida como um dos limites para a manutenção e expansão da ocupação do território e melhores condições de vida.

Foto 10 - Notícia publicada em Jornal de Parauapebas a respeito de um incidente em que o trem de minérios da VALE S/A atropelou e matou um morador de Palmares II



Fonte: pesquisa de campo, 2020.

Foto 11 – Lotes do assentamento cortados pela EFC



Fonte: pesquisa de campo (2020).

Neste sentido, a presente tese de doutoramento em saúde pública buscou atualizar os elementos constitutivos da luta pelo acesso à terra e por melhores condições de vida no meio rural amazônico, tendo como referência o Palmares II, assentamento impactado historicamente pela mineração e com migração constante de famílias do Maranhão e outros Estados do Nordeste, em busca de trabalho e melhores condições de vida. O referido assentamento representa desde o início dos anos 1990, com a espacialização do MST no sudeste paraense, o epicentro das ações do movimento, sendo uma das expressões organizativa e dirigente das ações do campesinato na fronteira amazônica. Concomitante a isso, o estudo de caso proposto, apontou que o acesso à terra alterou as condições vida e trabalho de migrantes sem terra convergindo com as análises de Scopinho (2010) e Leite *et al.* (2004). No entanto, o empobrecimento produtivo da terra, a carência de políticas públicas para o meio rural, acelerado processo de urbanização e a mineração impõem novos desafios e limites para a manutenção e ampliação das condições de vida e saúde dessa gente.

É importante destacar que a tese trabalhou com um conceito ampliado de saúde que vincula sua discussão a questões ligadas ao desenvolvimento e as condições históricas de acumulação produtiva do capital e as condições de vida impostas a um dado grupo social, imerso no território. Isto é, a forma como o capital estabelece o padrão de exploração na

relação natureza e sociedade e como os grupos sociais a partir de sua lógica de organização estabelecem as estratégias de resistência coletiva.

A qualidade de condições de vida, entendida como conceito ampliado de saúde de uma dada população, está condicionada por fatores sociais históricos, determinados pelos modos de produção, com maior ou menor sensibilidade na infraestrutura produtiva, bem como nos processos de distribuição de riquezas. Portanto, as alterações evidenciadas no metabolismo social, isto é, na produção, consumo e excreção, impactam nos perfis de morbi/mortalidade; de qualidade de vida e de conflitualidade social (PORTO, 2016; BREILH, 2008; SCHÜTZ *et al.*, 2014). Com isso, pode-se afirmar que pensar a saúde coletiva no meio rural amazônico pressupõe compreender os fatores que produzem pobreza e exclusão, invisibilizando pessoas e grupos sociais subalternizados. Olhar as condições de vida e saúde de milhões de camponeses na Amazônia, desvinculado da análise do modelo de desenvolvimento que produz, riqueza e pobreza, acumulação e desigualdade, incidindo na produção de uma concepção teórica e metodológica de saúde que não considera a determinação do processo saúde-doença defendido neste trabalho.

A discussão sobre saúde e determinação do processo saúde-doença incorpora a categoria das condições de vida como expressão particular dos procedimentos gerais de reprodução da sociedade. Esta categoria atua como mediadora entre os processos mais amplos que conformam o modo de vida da sociedade como um todo e a situação de saúde de um grupo populacional específico (CASTELLANOS, 1991).

Neste sentido, as discussões sobre condições de vida e saúde, em territórios desiguais e subdesenvolvidos, como o sudeste paraense, demonstram que a determinação da situação de saúde não é um processo simples, mecânico, com relações claras de efeito, aceitas em modelos epidemiológicos tradicionais; mas, sim, um processo complexo, dinâmico e mutável de uma realidade para outra no qual os determinantes atuam como a rede de interações e não na forma linear, considerando as contradições, o movimento e a totalidade do território

O meio rural amazônico é marcado por uma diversidade de atores sociais que disputam o território. A maioria deles é constituída de populações autóctones, como os inúmeros povos indígenas que habitam a região, povos extrativistas, ribeirinhos, coletores, quilombolas, beiradeiros, entre outros. No entanto, o sudeste paraense, Amazônia Oriental, experimentou com maior intensidade a partir dos anos 1970, a presença de novos atores, caracterizados pela migração, exclusão e subalternização. São milhares de pessoas à margem

das possibilidades de existência e invisibilizados pelo capital e pela história de colonização que os negou terra e trabalho digno. Esses sujeitos sociais tiveram suas histórias marcadas por lutas, resistências e a produção de saberes coletivos que os orientaram na busca permanente por melhores condições de vida e trabalho.

Neste sentido, problematizar a questão das condições de vida e saúde no meio rural na Amazônia, especificamente o Assentamento Palmares II, por meio de estudo de caso, como se fez nesta tese, pressupõe compreender o processo histórico de subalternização a que esses grupos sociais foram constantemente acometidos, bem como de que maneira construíram coletivamente a resistência, a qual ao longo do tempo esteve vinculada, meio aos conflitos e à violência a que foram expostos, a necessidade de reprodução social e de metamorfose nas condições de vida e saúde. Os movimentos sociais e populares autóctones ou de migrantes que na região se acomodaram buscaram manter ou conquistar um lugar para viver e trabalhar, dando as gerações presente e futura dignidade, justiça e paz.

Com isso, entre os caminhos possíveis e apontamentos desta tese, pode-se indicar que a ruralidade amazônica é um território, cuja complexidade se impõe pela diversidade de autores sociais que na região habitam e pelo histórico de processos de colonização a que são submetidos. O que impressiona nesse processo, mesmo considerando a marginalização, violência e barbárie, que esses grupos sofreram que são bem abordadas pela literatura no campo das ciências sociais, são as alternativas de resistências e saberes construídos no duro caminhar pela existência e pela visibilidade social, cultural e política. Perceber que garimpeiros, peões de fazenda, arrendatários, desempregados, homens e mulheres, em sua maioria negra, poderiam superar, em dado momento histórico, as maneiras de colonização e exclusão a que foram condenados é admitir que as experiências históricas de resistência coletiva, como parte fundante de suas vidas, possibilitou alcançar sonhos e utopias, meio a degradação do humano.

O estudo de caso no Assentamento Palmares II ofereceu depoimentos de pessoas e grupos que dão evidências que as alterações nas condições de vida e saúde são possíveis quando sujeitos sociais se juntam em processos de mobilização e luta para atingir objetivos comuns. Com isso, é fundamental frisar que os movimentos sociais camponeses, como o MST têm a capacidade de oferecer ferramentas organizativas que fortalecem esses ideários e dão significados à luta pela Reforma Agrária. A ausência dessas formas de atuação social no meio

rural pode-se colocar em questão os avanços que o campesinato conquistou ao longo da história agrária e fundiária recente.

O estudo demonstrou também que a luta por melhores condições de vida e saúde é permanente e contínua, dado que as formas de colonização do capital são remodeladas, conforme as alterações globais no processo de acumulação de riquezas. E, se as maneiras de colonizar e invisibilizar se modificam, as alternativas de resistências também, considerando o processo de acumulação de saberes dos atores sociais no meio rural.

Historicamente no Brasil, a luta pela terra marcou a vida de milhões de negros, povos indígenas e migrantes excluídos. Indígenas e negros foram escravizados e invisibilizados no processo de colonização. Nesses tempos históricos, as lutas e resistências coletivas mais bem sucedidas se vincularam aos movimentos sociais que mantiveram articulação, mobilização e organização, com relações políticas e redes de apoio e solidariedades em vários segmentos da sociedade, seja nas cidades e no meio rural. A experiência do MST, com a dimensão da comunicação, dando visibilidade à luta, bem como sua capacidade de ampliação das redes de intercâmbios, em um dado período histórico, garantiram acesso à terra e alterações nas condições de vida e saúde de milhões de pessoas no meio rural.

Os diálogos estabelecidos nas rodas de conversas, observações em campo e entrevistas evidenciaram histórias de vidas e narrativas que expressaram um acúmulo de saberes e experiências de resistência. Conforme destacou Chileno, a família dele experimentou o sofrimento e a luta nos garimpos, fazendas e acampamentos do MST, até chegar a uma vida melhor que só se efetivou no Assentamento Palmares II. Chileno é categórico nessa narrativa:

Desde início dos anos 1990, quando o MST passou a olhar a região da PA 275, como espaço estratégico para acomodar milhares de sem terra que viviam sem trabalho e em precárias condições de vida. O jeito deles juntarem as pessoas tinha como ponto de partida o trabalho de base, em que eles identificavam o tipo de gente, suas histórias e vontade de lutar por um pedaço de terra. Recebemos a visita do Fusquinha e o Doutor do MST na periferia de Curionópolis onde a gente vivia. Naquela época o garimpo de Serra Pelada tava em decadência e a nossa família já trabalhava plantando capim e com lavoura branca para os fazendeiros da região. A gente não tinha terra e trabalhava como meeiros ou de empreita. Tínhamos uma história de muita resistência e dor. O trabalho era duro nos garimpos e nas fazendas. Foi meio ao sofrimento que aprendemos a dar valor naquilo que não tínhamos a terra. Foi com esse sonho que chegamos aqui na Palmares II e aqui estamos com uma vida digna (CHILENO. ENTREVISTA PALMARES II, 2020).

As entrevistas com lideranças do MST, as observações em campo e diálogos das rodas de conversa realizadas em janeiro de 2020, apontaram que no período de realização do trabalho de base para organização dos acampamentos que deram origem a três assentamentos apenas na fazenda Reunidas Rio Branco, as pessoas atingidas eram em sua maioria migrantes, com uma história sofrida, mas que mantinham viva a esperança. Com isso, o MST teve a tarefa de organizar o povo e fortalecer a esperança de que a terra era a saída do sofrimento e a chance de mudança de vida. O lema “ocupar, resistir e produzir” representa de fato a práxis desse movimento que luta pela Reforma Agrária.

A história dessa gente se confunde com a história do MST. Portanto, a compreensão da organização e atuação do MST nos vários cantos e recantos do rural brasileiro é uma importante linha de investigação do campesinato, pois no bojo de sua estratégia, propõe luta e conquista por terra e trabalho através de um movimento coletivo de resgate da dignidade humana e melhores condições de vida. O MST tem papel estratégico e indispensável no que tange à possibilidade real de mudanças de condições de vida e trabalho que impactam diretamente na saúde coletiva de grupos sociais marginalizados e excluídos do processo de produção da lógica capitalista. Scopinho (2010) descreve a experiência desse movimento se referindo a expressão da luta social pela melhoria das condições de trabalho e vida, espaços de diversas relações e trocas de saberes. No entanto, as pesquisas de Scopinho, não indicaram questões e desafios vinculados à mineração e ao agronegócio que tendem a ameaçar as conquistas vinculadas ao acesso à terra.

A pesquisa na Palmares II, além de confirmar essas assertivas, indica evidências de uma ação política articulada por meio da comunicação e da criação de redes de solidariedade que transcende o espaço e a luta pela terra. Vinculam-se à luta por uma sociedade que enfrenta as iniquidades do capital que produz pobreza, destruição ambiental, desigualdades e precárias condições de vida e saúde.

O trabalho também indicou que os desafios que acompanham a conquista e consolidação do Assentamento Palmares II podem ser elencados considerando o tempo histórico. No passado, poder-se-ia elencar alguns desafios: 1) dificuldade no acesso à terra, em um cenário dominado pelo latifúndio e grilagem; 2) ação violenta da pistolagem e agentes públicos que ameaçavam e assassinavam camponeses na região; 3) fazendeiros e empresas rurais atuando de forma articulada com a oligarquia política local e regional; 4) controle de áreas vastas (inclusive parte das terras dos Xikrins do Cateté) pela então CVRD e; 5) milhares

de sem terra, ex-garimpeiros de Serra Pelada, ocupando as periferias das cidades da região, desempregados e sem moradia. No presente: 1) controle do território pela Vale S/A, cortando e ocupando áreas dentro do Assentamento Palmares II, com os trilhos do trem e o movimento de dezenas de empresas ligadas à mineração que circulam no Assentamento, com caminhões, ônibus e outros maquinários; 2) reestruturação produtiva do projeto minerometalúrgico da Vale S/A, alterando o padrão de produção e acumulação de riquezas que aumentou o metabolismo social, ao mesmo tempo que impossibilitou a oferta de empregos e subempregos na companhia e nas empresas terceirizadas. Hoje, o trabalho na Vale S/A ficou mais automatizado (para aumentar a produção de ferro e outros minérios), aumentando o número de pessoas na Agrovila do Assentamento, sem trabalho e vivendo em precárias de condições de vida e saúde. Este cenário provocou um aumento da população, conforme diagnóstico realizado pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Parauapebas; 3) dificuldade de manter e aumentar a produção agrícola nos lotes em função do empobrecimento do solo, diminuição da mão-de-obra (força de trabalho) e dificuldade de acesso a políticas públicas (créditos) para diversificar a produção e; 4) surgimento de divisões entre cooperativas no Palmares II protagonizada por assentados que entraram recentemente na área por meio da compra de lotes (últimos 10 anos), com interesse de minerar seixo, areia, brita e pedras dentro do assentamento, o que aumenta os problemas ambientais, principalmente os impactos nos rios que cortam o assentamento (Rio Novo, Rio Parauapebas, etc.), assoreando e retirando a mata ciliar. Cubana sobre esse aspecto destaca:

Tenho sofrido muita pressão aqui na terra. Já me ofereceram um bom dinheiro para eu deixar minerar o Rio Novo que passa pelo meu lote. Tenho resistido. Vejo que depois que essa cooperativa ligada ao garimpo aqui na Palmares II começou a tirar brita, areia e pedras, diminuiu muito o peixe, principalmente o surubim que era farto por essas bandas. A água ficou mais escura e imprópria para o consumo. Eles têm apoio de empresas ligadas à Vale S/A que sempre quis nos tirar daqui. Sabemos que essa empresa não vai desistir e nós também não. Por isso a luta continua porque eles não gostam do MST também (CUBANA. ENTREVISTA PALMARES II, 2020).

Nas entrevistas durante a pesquisa de campo, jovens filhos de assentados inquiridos demonstraram que entre as questões e desafios apresentados estão: 1) mineração, considerando que a Vale S/A atua na perspectiva de acelerar a produção de ferro, aumentando os impactos ambientais e o metabolismo social; 2) dificuldade de manter e ampliar a força de trabalho nos lotes, dado que os jovens precisam sair para estudar e depois têm dificuldades de retornar para trabalhar na terra pela ausência de políticas públicas e por conseguirem

empregos nas cidades, dificultando a volta para o assentamento; 3) a população recém chegada ao Palmares II tem seu foco no trabalho na Vale S/A. No entanto, a maioria não tem qualificação para atender às especificações da empresa e acabam criando bolsões de pobreza no entorno do Assentamento o que aumenta a violência, principalmente entre os jovens; 4) as escolas, o posto de saúde e toda infraestrutura conquistada ao longo de 25 anos não é mais suficiente para atender a demanda do assentamento que cresceu nos últimos 10 anos, conforme já assinalado na tese. Esse crescimento, espontâneo e sem uma perspectiva organizativa de luta só faz aumentar o número de pessoas na linha da pobreza e miséria, conforme os quadros a seguir:

Quadro 2 - Situação de Renda, por Família Palmares II, 2019

Extrema pobreza	Pobreza	Renda até meio salário mínimo	Renda acima de meio salário mínimo	Total de famílias
210	221	171	200	802

Fonte: autor, a partir dos dados coletados no CadÚnico, 2019.

Quadro 3 - Dados sobre Bolsa Família e CadÚnico

BENEFICIÁRIOS DO PBF, POR PESSOA PALMARES II	1.517
NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS NO CADÚNICO	797 Famílias 2.579 Pessoas

Fonte: autor, a partir dos dados coletados no CECAD, 2019

Os dados apresentados são evidências de que as condições de vida de muitos moradores da Agrovila do Assentamento se colocam como desafio, visto que o Palmares II é símbolo histórico de conquista e acesso à terra que melhorou as condições de vida de milhares de pessoas. Como a área da Agrovila tornou-se urbana em função de suas características populacionais e no que tange às políticas públicas, tal cenário enfraquece a atuação do movimento social camponês junto a essas novas famílias que chegaram ao assentamento. No entanto, todas as famílias da Agrovila acessam as políticas públicas disponíveis.

Em estudo denominado *Diagnóstico Socioterritorial: riscos e vulnerabilidades em um território não referenciado pela proteção social básica da política de assistência social*, a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Parauapebas aponta para questões

preocupantes sobre a disseminação da miséria e pobreza em assentamentos no meio rural do município, entre eles os assentamentos, originariamente ligados ao MST como, Palmares I e Palmares II.

Quadro 4 – Dados sobre a renda Per Capta

Extrema pobreza por pessoa e localidade Faixa de renda Per Capta por localidade	Por Pessoa	
	QTD	Porcentagem
1-Extrema Pobreza (Até R\$ 89,00)		
Céu Azul	88	5%
Residencial Ipê	17	1%
Jardim Canadá II	18	1%
Residencial Martini	4	0%
Nova Conquista	85	5%
Palmares Sul	552	31%
Palmares II	950	54%
Renascer	13	1%
Santa Luzia/Águas Frias	34	2%
Vale dos Carajás	14	1%
Total	1775	100%

Fonte: SESMA, 2019.

No que diz respeito ao assentamento Palmares II, a referida pesquisa foi aplicada junto às famílias que se localizam na Agrovila e como o mesmo diagnóstico indica que houve um aumento significativo da população no referido espaço, em função dos processos migratórios recentes, principalmente do Maranhão em busca de emprego na Vale S/A, os dados não representam a realidade dos assentados que estão vivendo nos lotes nos últimos 25 anos.

As rodas de conversas realizadas durante a pesquisa de campo indicaram que existia uma área deixada para expansão do assentamento e que deveria atender os filhos dos assentados. Esta área foi ocupada pelas famílias migrantes que chegaram nos últimos 10 anos, criando uma periferia na Agrovila, com precárias condições de vida e saúde. Além disso, alguns lotes destinados aos assentados na Agrovila foram divididos e até vendidos para atender a demanda dos novos migrantes. Assim, como as duas Agrovilas – Palmares I e II são espaços com infraestrutura (saúde, educação, transporte, saneamento, energia, água, etc.) as famílias que chegam em busca de trabalho preferem se acomodar e buscar alternativas de vida nas Agrovilas, fugindo da periferia da cidade de Parauapebas onde as condições de vida são precárias e a violência assusta.

Assim, a pressão dos processos de urbanização como já dito, tem representado um desafio para o meio rural, criando indefinição no que se refere ao financiamento público para o meio rural e outras políticas públicas, o que cria novos bolsões de pobreza e miséria. Com isso, mesmo considerando todo o potencial de infraestrutura das Agrovilas dos assentamentos, como o caso da Palmares II, hoje não é mais suficiente para atender novas demandas de desempregados e famílias de migrantes que ali se chegaram.

A pesquisa levantou que o MST tem conhecimento dessa realidade e busca alternativas junto aos poderes públicos municipal e federal para que possa dar solução satisfatória a essa nova situação de vulnerabilidade que se encontram os migrantes que vem em busca de mudanças nas condições de vida.

É importante destacar que essa realidade de pobreza e miséria elencada no diagnóstico da SEMAS não impacta diretamente os assentados que estão nos lotes rurais, pois como já foi descrito aqui as condições de vida das famílias que vivem na Palmares II se caracterizam como satisfatória.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 173f. 2016.
- ARGENTINO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.
- ALBUQUERQUE, Guilherme S. C.; SILVA, Marcelo J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out./dez. 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140082.
- ALHO, Cleber J. R. Importância da biodiversidade para a saúde humana: uma perspectiva ecológica. **Rev. Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et. al (orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.
- APROCPAR. **Relatório do encontro regional de avaliação dos 25 anos da Palmares II**. Parauapebas: Fevereiro de 2019.
- _____. **Relatório sobre a Rádio Comunitária**. Parauapebas, 2017.
- ARAÚJO, Inesita Soares de. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 42-50, set., 2009.
- ARAÚJO, I. M. M. de; OLIVEIRA, Â. G. R. da C. Interfaces entre a saúde coletiva e a ecologia política: vulnerabilização, território e metabolismo social. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, Número Especial, p. 276-286, jun. 2017.
- ARENDT, Hanna. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARREAZA, Antônio L. V. Epidemiologia crítica: por uma práxis teórica do saber agir. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1.001-1.013, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000400022.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BARBOSA, Marcelo Bruno Ribeiro. **Assentamento Palmares II: perspectivas para a reforma agrária na Amazônia em meio ao avanço dos agro-minero-negócios**. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 297 f. 2018.

BARBOSA, A. **A comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) -Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.tese.usp.br>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARKER, C. **Cultural Studies - Theory and Practice**. 3. ed. Los Angeles; London: Sage, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKEC, S. H. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais** (Tradução Marcos Estevão e Renato Aguiar). São Paulo: Hucitec, 1999.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras escolhidas I.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire um lírico no auge no capitalismo**. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Experiência e Pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_____. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BECKER, Bertha K. A Geopolítica da Amazônia. **Estud. Av.** v. 19, n.53,; jan./abr. 2005.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2ª reimpressão. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte Ed. UFMG, 2003.

BOLIVIANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007.

BREILH J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. **Uma perspectiva emancipadora da pesquisa e da ação baseadas na determinação social da saúde**. Cidade do México Universidade Autónoma do México, 2008. Disponível em: <http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf>, Acesso em 16 mar. 2019.

_____. Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud. **Conferencia Mundial sobre Determinantes Sociales de la Salud. Movimiento por la Salud de los Pueblos**, Río de Janeiro, octubre de 2011.

BRELAZ, Walmir Moura. **Os sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana**. Montevideo: Ventara SA, 2015.

BRINGEL, F. de O. Fronteiras agrárias intermitentes e processo de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará. 2015. **Tese de Doutorado em Geografia**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974>. Acesso em: 16 de mar. de 2019.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos, trechos e bocorocas: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém, 217 f. 2006.

BRITO-FILHO, Glauco. **Consequências ambientais e na saúde no processo de disputa de modelos agrícolas: o caso do Assentamento Palmares II- Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 116f. 2016.

BUTLER, Judith. Levante. *In*: GEORGES, Didi-Huberman. **Levante**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, J.M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In*: Avelar, Cintra A. O (org.). **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: Ed. UNESP, 2004.

CASTELLANOS, Pedro Luis. Epidemiologia, saúde pública, situações de saúde e condições de vida: considerações conceituais. *In*: BARATAS, Rita Barradas (org.). **Condições de vida e Situações de saúde**. Rio de Janeiro. Abrasco, 1997.

CASTELLANOS, Pedro Luis. **Sistemas Nacionales de Vigilancia de la Situación de Salud según Condiciones de Vida:** y el Impacto de las Acciones de Salud y Bienestar. Washington D.C: OPS/OMS, 1991.

CASTRO, Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia:** saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOUEL, Ramon. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

Coleção Saber e Fazer Nº 2. **A Questão da Mística no MST.** São Paulo, abril de 1991.

COLOMBIANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Rev. Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira.** Belém: Naea/UFPa, 2012.

_____. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000100009.

COSTA, Samira Lima da; MENDES, Rosilda. Redes Sociais e territoriais. **Redes Sociais Territoriais: Primeiras Palavras** In. COSTA, Samira Lima da & MENDES, Rosilda. **Redes Sociais e territoriais** (org.). São Paulo. Fap-Unesp, 2014.

COSTA, M. S. R.; HERMANN JR., W. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. **Revista Lugar Comum - n.17 - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia.** Porto Alegre: Rede Universitária Nômade, 2002.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. Saúde e projetos desenvolvimento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2. Belém, 1999.

CUBANA. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: **riscos e vulnerabilidades em um território não referenciado pela proteção social básica da política de assistência social.** Prefeitura Municipal de Parauapebas - **Secretaria** Municipal de Assistência Social – SEMAS Coordenadoria da Vigilância Socioassistencial. Parauapebas-PA, 2019.

ENP/FIOCRUZ. **Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde Pública (PPG-SP/Ensp).** Rio de Janeiro, 2019.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. La superación del eurocentrismo: Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical, **Polis: Revista Latinoamericana**, N°. 7, 2004.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. As representações sociais em assentamentos de reforma agrária: algumas reflexões. *In*: Congresso Brasileiro de Sociologia, 12., 2005, Minas Gerais. **Anais, [...]**. Minas Gerais, 2005.

FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. v.12, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em:

FAVRET-SAADA, Jeanne. Os Afetos e a etnográfica (tradução Márcio Godman). *In*. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

_____. **A delimitação conceitual de campesinato**. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/220579704/Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernardo-Mancano>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1975.

FIOCRUZ. **Resolução N°510, de 07 de Abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação na cidade**. 7 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006a.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 29a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil**. Setor de Documentação, 1996-2010.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697>; DOI: 10.4000/rccs.697.

_____. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la descolonización de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: VIANELLO, A.; MAÑÉ, B. (coord.). Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer. Training Seminar de Jóvenes Investigadores em Dinámicas Interculturales, 4., 2011, Barcelona. *Anais [...]* Barcelona: Edicions CIDOB, p. 97-108, 2011. Disponível em: www.boaventuradesousasantos.pt/media/ramon%20grosfoguel%20sobre%20boaventura%20y%20fanon.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e PEREIRA, Airton dos Reis. História e Acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol.12,n.1,jan.-jul.,2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Volume I).

HABERMAS, J. **The theory of communicative action. Reason and the rationalization of society**. Boston, Beacon Press, 1984. v. 1.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (1971-2011)*. Belém: EDUFPA, 2004 (Volume I).

HELLER, A. **Uma teoria da história**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição história através da fotografia. *In*: KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. O que significou para a região e a quem beneficiou o Programa Grande Carajás 30 depois de sua implantação na região amazônica? Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/530505-o-que-significou-para-a-regiao-e-a-quem-beneficiou-o-programa-grande-carajas-30-depois-de-sua-implantacao-na-regiao-amazonica>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05 de agosto de 1992, p. 16.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 02 de junho de 1995.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de julho de 1995, p. 3, caderno 2.

LEITE, S. *et al.* (Coord.). **Impacto nos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília; São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: Ed. UNESP, 2004.

LEONARD-BAXTON, D. **A dual methodology for casestudies: Synergistic use of a longitudinal single site with replicated multiple sites**. *Organization Science*, 1990, n. 3, 248-266.

LIMA, João Gabriel; Baptista, Luis Antônio. Itinerário do Conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. **Princípios Revista de Filosofia**. Natal (RN), v. 20, n. 33, 2013 (449-484).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis**: utopia e conflito na Amazônia. Belém: Ed. Cejup, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A Questão Fundiária na Amazônia. *In*. **Rev. Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia Brasileira II, São Paulo: IEA, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

MACHADO, Ricardo. Romaria como mito fundador da luta pela terra. A sacralização de mártires no Norte e Nordeste do Brasil. Entrevistado: Edimilson Rodrigues de Souza. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/596464-romaria-como-mito-fundador-da-luta-pela-terra-a-sacralizacao-de-martires-no-norte-e-nordeste-do-brasil-entrevista-especial-com-edimilson-rodrigues-de-souza>. Acesso em: 20 abr.2020.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 396-443, 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Social. USP**, São Paulo, v.8, n.1, p. 25-70, 1996.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. (org.). **Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. A epifania dos pobres da terra. In: MAMMI, Lorenzo; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **8 X fotografia**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. de S. Educação e cultura nas lutas do campo (reflexão sobre uma pedagogia do conflito). In: ALBA, M. Z. *et. al.* **Sociedade Civil e Educação**. São Paulo: Papyrus; Cedes, 1992.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2001.

MATHIS, Armi. **Serra Pelada**. Belém-PA: UFPA, 1996. Paper do Naea, 50

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

MATOS, T. C. F. **Rádios Comunitárias: Sintonia Dissonante**

E “Auto-Imagem”. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7176/1/2006-TESE-TCFMATOS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MCLUHAN, H. M. **Understanding Media: The Extensions of Man**. Nova York: The New American Library, 1964.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. (org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. **ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**, 3., 2008, Campina Grande – PB. **Anais [...]**. Campina Grande, PB, 2008.

MICHELOTTI, Fernando *et al.* O Agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. *In*: **ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Os “Estudos Culturais” como perspectiva teórica segundo Raymond Williams: os alicerces de um movimento intelectual. **Anais do 40.** Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2016, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092. *In*. <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MINAYIO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petropolis-RJ. Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 3, p. 239-262, jul./set, 1993.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017.

_____. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu e TEIXEIRA, Sheila do Socorro Lima. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no Sudeste do Estado do Pará, Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1 e 2, p. 48–54, jan./dez. 2006.

MOREIRA, Edma Silva; PEREIRA, Airton dos Reis. Government and popular participation in the Brazilian Eastern Amazon Region. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**. v. 7, n. 4, Apr. 2020. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/government-and-popular-participation-in-the-brazilian-eastern-amazon-region/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MORENO, Glaucia de Sousa & GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, nº. 21 pp. 79-99 Jul./dez. 2012.

MOTTA, E. **A população indígena de Parauapebas**. Disponível em: <https://www.slideshare.net/adilsonmottam/populao-indgena-de-parauapebas>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MOTA NETO, João Colares da. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Convergências entre a educação popular e a investigação-ação participativa. **Arquivos**

Analíticos de Políticas Educativas, 26 (84), 2018. In.
<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3424>

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e utopia**: Thompson e a história. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da Terra Liberta**: colonização ‘espontânea’, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice: Anpocs, 1988.

NAASE, K. M. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 5, n.1, jan./abr. 2010.

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre**: Eldorado do Carajás, uma história da impunidade. Planeta Brasil: São Paulo, 2007.

NEGRI, Antônio. O acontecimento “levante”. In: GEORGES, Didi-Huberman. **Levantes**. [São Paulo]: Ed. SESC SP, 2017.

NICARAGUENSE. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

PACAJÁ, TUERÊ. **Relatório**. In: ENCONTRO DE ANILZINHO. 10., 1991, Cametá (PA). Prelazia de Cametá (PA): [s. n], 1991.

PAIM, J.S; ALMEIDA Filho, N. Saúde coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. O sequestro da fala comunitária. **Internacional Scientific Journal**. v. 1, n. 1, 2006.

PARÁ. Comissão Pastoral Da Terra. **Diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do Sul e Sudeste do Pará**. Centro de Documentação da CPT, 2012.

PARAGUAIO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA, 2020. Assentamento Palmares II

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019. 1 e-book

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no Sudeste do Pará**. Recife: Ed. da UFPE, 2015.

_____. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. **Ruris**, v. 2, n.2, set., 2008, p.99-136.

PERUANO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF**, v.1, n.1, jun. 2007. Disponível em: www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras**. São Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p.33-43, 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinis.br/index.php/fronteiras/article/view/5039>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PESSOA, Vanira Matos; ALMEIDA, Magda Moura; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, 42, Número Especial 1, p. 302-314, set. 2018.

PICCIN, Marcos Botton. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 115-141, abr. 2012.

PORTO, Marcelo F. S. Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. **Health Promotion International**, Oxford, v. 34, i56-i64, 2019. Supl. 1. DOI: 10.1093/heapro/day086.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, fev. 2016.

_____. Crise ecológica, capitalismo e metabolismo social: reflexões para a transição civilizatória e paradigmática. In: **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, 20. ed. Abr. 2017.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza *Et al.* Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(6):1474-1756, 2016.

PORTO, M. de S. F.; MILANEZ, Bruno M. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, dez. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro. Consequência, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-129. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMÉZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo de Hombre, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart *et al.* A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem (37-58). In: MUSSE, Christina Ferraz *et al.* **Comunicação, Mídias e Temporalidades**. Salvador: Edufba, 2017.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a. v. I.

RODA DE CONVERSA. **Pesquisa de campo** [diálogos observados] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

ROSA, Amélia P.A.T. El. Al. Epidemia de febre do Oropouche em Serra Pelada, Município de Curionópolis, Pará, 1994. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, n. 29, p. 537-541, nov./dez, 1996.

ROTHMAN, Franklin Daniel. O estudo de caso como método científico de pesquisa. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1., 1994, Viçosa. **Anais [...]**. Viçosa: UFV/Departamento de Economia Doméstica, 1996. p. 246-255. Tema: Economia familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90.

SABROZA, P. C.; LEAL, M. C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: alguns conceitos fundamentais. In: LEAL, M. C. et al. (Org.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. p. 45-93.

SALGADO, Sebastião. La Serra Pelada: les blancs pauvres sous la peau de l'indien. In: SALGADO, Sebastião. **Serra Pelada**. Paris: Nathan, 1999.

_____. **Gold: Serra Pelada**. São Paulo: Taschen, 2019.

_____. **Êxodos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-72

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal – das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos (CEBRAP)**, n. 73, p. 71-94, 2007.

_____. Subjetividade, emancipação e cidadania. **Revista Crítica em Ciências Sociais**, Coimbra, n. 32, p.135-191, jun. 1991.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Daniel *et al.* **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira (IPS)**. Belém, PA: Imazon, 2018.

SANTOS, V. M. **A economia do sudeste paraense = fronteira de expansão na periferia brasileira**. Tese Doutorado, no programa de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 341p. 2011.

SANTOS M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHÜTZ, Gabriel Eduardo *et al.* Sobre determinação socioecológica da saúde da ruralidade em Humaitá-AM, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4051-4060, 2014.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15, p. 1575-1584, 2010. Supl. 1

SILVA, Maria das Graças e. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set. 2015.

SILVA, S. de S. Contribuições acerca do tema classes subalternas em Gramsci. Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, 1.; jornada regional de estudos e pesquisas em nAntonio Gramsci, 7., 2016. Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação, 2016 –: Tema: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia.

SILVA, Idelma Santiago Da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 181p. 2006.

SOUZA, Haroldo. **A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. NAEA/UFPA. Belém, 174 f. 2010.

SUÁREZ JIMÉNEZ, J. S.; MÁRQUEZ, M. A. Los Proyectos Locales de Promoción de la Salud. Nuevos Escenarios para el Desarrollo de la Salud Pública. **Serie Desarrollo de La Representacion Ops/Oms**, Cuba, n. 19, 1995.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa (I): árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Víctor M.; MOLINA, Manuel González de. **El Metabolismo Social: Las Relaciones entre la Sociedad y la Naturaleza**. In *El Paradigma Ecológico en las Ciencias Sociales*. Espanha. Icaria, 2007.

TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA, Itarpa, 2001.

TURINI, Leide Alvarenga. A crítica da história linear e da ideia de progresso: um diálogo com Walter Benjamin e Eduard Thompson. **Educação e Filosofia**, v. 18, n. 35-36, p. 93-125, jan./ dez. 2004.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

VERDE, R. B. da R. V.; FERNANDES, F. R. C. **Panorama sócio-espacial de Parauapebas (PA) após a implantação da Mina de Ferro Carajás**. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbetes.aspx?verid=79>. Acesso em: 15 mar. 2019.

VIANA, Rosana Lima; FREITAS, Carlos Machado de; GIATTI, Leandro Luiz. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 25, n. 1, jan./mar. 2016.

VIANA et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup 2: S117-S131, 2007.

VICENTIN, Genésio; MINAYO, Carlos Gomes. Saúde, ambiente e desenvolvimento econômico na Amazônia. Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 8 (4), 1069-1085, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the age of transition? a long-term view of the trajectory of the world-system. **International Sociology**, v. 15, p. 249-265, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

WILLIAMS, Raimund. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 42-68.

_____. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Trad. Márcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1a ed. São Paulo; Belo Horizonte: Boitempo; PUCMinas, 2016.

YIN R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010.

URUGUAIO. **Pesquisa de campo** [Entrevista cedida a] Jax Nildo Aragão Pinto, Parauapebas, PA: 2020. Assentamento Palmares II.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

ANEXOS

Anexo I.

Entrevista em profundidade com questões abertas e semi-abertas com membros de famílias específicas de cada vicinal para levantar a biografia e a experiência histórica (ver roteiro – anexo1). No total serão entrevistadas nove pessoas, sendo três assentados de cada vicinal. Serão escolhidos moradores mais antigos de famílias mais antigas, entre mulheres e homens. As entrevistas serão gravadas.

Questões Gerais:

- Sexo _____
 - Tempo no assentamento _____
 - Estado _____
 - Cidade _____
 - Povoado _____
1. Quando e por que vc veio para o Estado do Pará?
 2. Descreva como foi a sua vinda e o que a motivação?
 3. Antes de imigrar para o Pará qual era a sua atividade/trabalho?
 4. Qual a sua trajetória de vida antes de chegar ao Pará
 5. No Pará, em quantos lugares/povoados/cidades vc já residiu? Que atividades/trabalho realizou?
 6. Você é ou já foi ligado a algum movimento de luta e acesso à terra (caso afirmativo) quais são?
 7. Como você chegou ao assentamento? Participou do acampamento? Ou comprou lote depois do assentamento consolidado?
 8. Quanto tempo você está no assentamento?
 9. Qual o tamanho do seu lote, o que produz e se tem casa na Agrovila.
 10. Número de membros na família
 11. Atividades que desenvolve no assentamento
 12. O assentamento/acesso à terra modificou suas condições de vida e de sua família?
Caso afirmativo, em que sentido?
 13. Quais os desafios e problemas atuais do assentamento que mais lhe preocupa.
 14. Você pensa em sair do assentamento e viver em outro lugar?

Anexo II.

Roda de Conversas: Com membros de famílias assentadas. Serão convidados a participar da roda de conversas um membro de cada uma das cinco famílias mais antigas de cada vicinal, totalizando quinze pessoas. Serão observados elementos históricos da chegada do MST no Pará (atores principais) – Por que o sudeste paraense como região privilegiada para atuação e luta – como era a organização e a luta nos anos 1990 (avanços e desafios)? Como é hoje? O que mudou? O avanço da mineração representa o que para o Movimento? Em relação ao trabalho?

Anexo III.

Entrevista - com questões semiabertas, junto a duas lideranças históricas do MST no Assentamento, sendo uma mulher e um homem. Serão entrevistados ainda coordenadores de grupos de trabalho do MST local, a saber: saúde, educação, produção e comercialização, cultura e comunicação (ver roteiro – anexo 3). No total serão oito entrevistados.

Roteiro da Entrevista

- Será feito o convite as referidas organizações para participarem da pesquisa e as mesmas indicarão quem será entrevistado. A entrevista será gravada.

1. Nome da grupo/associação/cooperativa/núcleo
2. Objetivo
3. Público alvo
4. Atividades que realiza
5. Impactos das atividades nas condições de vida e saúde dos assentados
7. Como é realizado o trabalho interno no grupo que você coordena?
8. De que forma acontece a interação entre os grupos de trabalho presentes no assentamento?
9. Como você avalia os impactos da dinâmica territorial, isto é, o avanço da fronteira na região? Violência, conflitos, desmatamentos, apropriação dos recursos naturais. Quais os agentes privilegiados e quais os atores subalternizados?
10. Como eram as condições de vida dos migrantes sem terra que chegaram na região do sudeste do Pará? Houve melhorias nas condições de vida e saúde depois do acesso à terra, Caso sim, descreva.

12. Quais os resultados do acesso e conquista da terra por camponeses no sudeste do Pará? Quais os avanços e desafios atuais?

Anexo IV

Grupo de discussão - serão realizadas duas oficinas (09 membros) com a participação de membros da direção local do MST e outras lideranças do assentamento indicadas pela mesma. A primeira oficina será para apresentar e discutir os achados referente aos objetivos 1, 2 e 3. A segunda será para apresentar e discutir informações produzidas a partir do levantamento documental realizado. Os participantes serão estimulados a realizar, a partir de suas experiências históricas, uma discussão sobre os limites, desafios e possibilidades de luta pela terra por melhores condições de vida e saúde, considerando os 25 anos de assentamento. As oficinas terão uma relatoria e uma coordenação, tendo as suas discussões e encaminhamentos gravados para futura síntese e análise.

1. Apresentação dos participantes do grupo de discussão
2. Breve relato de sua experiência de vida na luta pela posse da terra e por melhorais nas condições de vida e saúde.
3. Apresentação pelo pesquisador do material sistematizado. Os achados.
4. Orientações para as intervenções: 5 minutos por participante para a primeira intervenção e 3 minutos para as seguintes.
5. Realização de conclusão e sínteses a partir das falas pelo pesquisador.

Anexo V.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pesquisa: *“Acesso à terra, condições de vida e saúde no meio rural amazônico: estudo de caso no assentamento Palmares II”*

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisatintitulada *“Acesso à Terra, condições de vida e saúde no meio rural amazônico: estudo de caso no assentamento Palmares II”*, desenvolvida por **Jax Nildo Aragão Pinto**, discente do programa de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. **Marcelo Firpo de Souza Porto**.

O **objetivo central** do estudo é compreender em que medida o acesso à *terra* e a subsequente acomodação no *Assentamento Palmares II*, possibilita melhorias nas *condições de vida* das famílias *migrantes sem terra*, alojadas no município de Parauapebas, no Sudeste Paraense, Amazônia Oriental.

O **motivo do convite** a sua participação nesta pesquisa se deve à posição de assentado na Palmares II, membro de associação ou cooperativa do assentamento, liderança do MST, Agente de Pastoral da CPT, Liderança da Fetagri.

Por isso sua colaboração é de grande relevância para a execução da pesquisa. Contudo, é muito importante destacar que sua **participação é voluntária e não obrigatória**. Isto é, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não integrar o estudo, bem como para retirar-se do mesmo em qualquer momento de seu desenvolvimento. Sendo assim, você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir em participar ou desistir de ser incluído na pesquisa.

Garantias aos participantes e informações relacionadas à pesquisa

Caso você voluntariamente opte por participar, serão garantidas a **confidencialidade e a privacidade das informações** prestadas. Para **preservar seu sigilo e privacidade**, qualquer dado ou informação que permita sua identificação direta será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Porém, apesar da adoção de rigorosos cuidados éticos para garantir sigilo e privacidade, existe a possibilidade de informações contidas nesta pesquisa facilitarem a sua identificação como integrante do MST e de outros movimentos sociais camponeses. Ainda assim, para que dados desta pesquisa contribuam para sua identificação, mesmo que de forma indireta, seria necessário acessar outras fontes de informação que vinculem o seu nome à entidade que representa no conselho. É também importante informar que você será respeitado caso manifeste a vontade de ter seu nome descrito no trabalho final do estudo.

A sua participação consistirá em **responder ao pesquisador algumas perguntas abertas** contidas em um roteiro de entrevista. Esta entrevista terá a duração de aproximadamente uma hora e somente será **gravada se houver autorização explícita do entrevistado(a)**.

A qualquer momento, durante a realização da pesquisa, ou após sua conclusão, **você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação** e/ou sobre a pesquisa através dos meios de contato fornecidos logo abaixo neste Termo. Os resultados desta

pesquisa serão divulgados em uma tese de doutorado, que tem sua defesa programada para 2021, posteriormente, estará disponível no acervo de teses e dissertações da ENSP.

O material produzido pelos instrumentos de pesquisa será armazenado em local seguro. **As entrevistas serão transcritas e armazenadas**, em arquivos digitais, somente acessados pelo pesquisador e seu orientador. Ao final do estudo, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP.

Benefícios e riscos aos participantes da pesquisa

O **benefício resultante de sua colaboração** nesta pesquisa é a aquisição de informações a serem divulgadas nos resultados do estudo que sejam úteis para elucidar as questões cotidianas envolvidas no processo de organização do assentamento por melhores condições de vida e saúde.

Por outro lado, apesar das preocupações éticas com a preservação de sua integridade física, emocional e social como sujeito do estudo, é importante pontuar os **potenciais riscos decorrentes de sua participação na pesquisa**. Estes estão relacionados a conflitos internos no assentamento e/ou perseguição e ameaças por forças antagônicas as lutas sociais camponesas. Para mitigar os riscos, antes, durante e depois da coleta de dados serão mantidos contatos e conversas com a direção do MST para se antecipar a possíveis problemas juntos aos participantes no desenvolvimento da pesquisa, buscando gerenciar possíveis conflitos. Os procedimentos adotados no decorrer da pesquisa estarão de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016, por ser tratar de uma pesquisa de cunho social.

As entrevistas serão gravadas e para tanto os envolvidos na pesquisa serão convidados a assinar ou não uma declaração de consentimento de gravação.

Informações importantes do CEP/ENSP

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Telefone e Fax: (0XX) 21 25982863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br; Endereço eletrônico: <http://www.enso.fiocruz.br/etico>

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210.

Contato com o pesquisador responsável

Jax Nildo Aragão Pinto

Telefones: (0XX) 91 98124-9393

E-mail: jaxp3072@gmail.com

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma delas destinada ao participante do estudo e a outra ao pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas tanto pelo participante quanto pelo pesquisador responsável (ou pessoa por ele delegada e sob sua responsabilidade) e a última página deve conter suas assinaturas.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e Data	Assinatura do participante da pesquisa
Local e Data	Assinatura do pesquisador (doutorando da ENSP)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, (nome do participante da pesquisa), depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada (título da pesquisa) poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, os pesquisadores (nome de todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa) a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação; 2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais; 3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas; 4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização; 5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa (nome completo do pesquisador responsável), e após esse período, serão destruídos e, 6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Parauapebas-PA, (data)

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

<p>ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.</p>

Anexo VI



Associação de Produção e Consolidação dos Trabalhadores
e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmeiras e Região.
CNPJ: 07.243.280/0001-42

DECLARAÇÃO

A APROCPAR declara para os devidos fins que o doutorando S.r. JAX NILDO ARAGÃO PINTO, portador do CPF: 443.418.652-34, brasileiro, união estável, professor de ensino superior e residente domiciliado na Rua Maria Moreira da Silva, nº 120, Bairro Reserva do Bosque, Rondon do Pará - PA está autorizado a realizar pesquisa de campo relacionada ao tema de sua tese de doutoramento: Acesso à Terra, Condições de Vida e Saúde no Meio rural Amazônico: estudo que será realizado no assentamento Palmeiras II sob a supervisão do orientador Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto.

Por ser verdade, firmo o presente.

Parauapebas, 01 de janeiro 2020.

Atenciosamente:

Jorge Luiz Rodrigues Neri
Coord. Adm. APROCPAR

